



ESCOLA NAVAL



talant de bi-faire

Inês Antunes Pereira

Operações de Apoio Humanitário: O emprego da Marinha Portuguesa

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares
Navais, na especialidade de Administração Naval**



Alfeite

2023



ESCOLA NAVAL



talant de biefaire



Inês Antunes Pereira

Operações de Apoio Humanitário: O emprego da Marinha Portuguesa

**Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais,
especialidade de Administração Naval**

Orientação: CFR AN Armindo da Silva Frias

A Aluna

O Orientador

Armindo Silva Frias

Inês Pereira

ASPOF AN

Silva Frias

CFR AN

Alfeite

2023

Epígrafe

"Esperar pelo melhor e preparar-se para o pior: eis a regra."

– **Fernando Pessoa**

Dedicatória

Esta dissertação é dedicada a todas as mulheres e homens que servem na Marinha Portuguesa, cujo compromisso com a defesa e segurança da população, se estende ao apoio humanitário.

Agradecimentos

A concretização desta dissertação de mestrado é o culminar de muitos desafios ultrapassados, laços criados e conhecimentos adquiridos. Com o terminar desta importante etapa de cinco anos do meu percurso na Escola Naval, a frequentar o Mestrado Integrado em Ciências Militares Navais, na especialidade de Administração Naval, resta-me expressar algumas palavras de agradecimento a todos aqueles que me acompanharam e me deram a mão, não só na realização deste trabalho, mas ao longo de todo o meu percurso, e que contribuíram para a minha formação enquanto pessoa e enquanto militar. A minha primeira palavra de agradecimento é dirigida à minha família, o meu porto de abrigo.

À minha Mãe, por ser o pilar da minha vida, por ser o maior exemplo de força de viver e uma fonte de apoio e amor durante todo o meu percurso. Sem ti, não era possível.

Ao meu Pai, por me dar a conhecer de perto a vida castrense, por me encorajar à aventura e ao gosto pelo desporto, e por me ensinar que não há impossíveis quando somos persistentes.

À minha irmã, pelas brincadeiras, pela companhia, pelo carinho e pelos sorrisos.

À minha Tia “Xana”, ao Carlos e ao João, pelo acolhimento, pelos conselhos, por terem sido tantas vezes um ombro amigo e uma referência.

À minha Avó Noémia, pela constante alegria e vontade de viver, pela preocupação e compreensão, por me ensinar a ajudar o outro e a ser melhor que ontem.

A toda a minha família, pela compreensão, por me mostrarem que o caminho se faz caminhando, obrigada por todos os momentos de felicidade e partilha.

Aos meus professores da Escola EB2/3 da Zibreira e da Escola Artur Gonçalves, em especial, às Professoras Cremilde, Carla, Deolinda, São e Susana, pela formação e educação, pelos valores que incutiram em mim.

A todos os meus amigos e amigas de sempre, que guardo no meu coração, em especial à Joana e às “Marianas”, pela amizade, pela compreensão nos momentos de ausência e por serem as irmãs de coração.

À Academia Militar e ao curso General José Augusto de Simas Machado, em especial, à turma de Administração, por me mostrarem os valores de união e camaradagem.

À Faculdade de Motricidade Humana, por ser o ponto de partida da minha independência, onde aprendi a importância e o valor da pedagogia, a arte de ensinar e onde vivi o espírito motricitário. Às minhas amigas da Residência Luís de Camões, pela companhia, entreada e tantas horas de estudo.

Um reconhecimento de gratidão à Guarda-Marinha da classe de médicos navais, Margarida Araújo, pela camaradagem, pela partilha de ideias e por me ter dado a conhecer a Escola Naval.

Aos militares, docentes e civis da Escola Naval, casa que me formou e me forneceu as ferramentas para executar as funções inerentes a um Oficial de Marinha, o meu muito obrigada.

A toda a guarnição do NRP *D. Francisco de Almeida*, que me acolheu no período de estágio de embarque e preparou a militar que serei.

Ao meu Orientador, Capitão-de-Fragata da classe de administração naval, Silva Frias, pelo acompanhamento ao longo do meu trabalho, pelas recomendações e pela motivação para encarar este desafio.

Um especial agradecimento à Capitão-de-Mar-e-Guerra da classe de médicos navais, Filipa Albergaria, e à Capitão-Tenente da classe de administração naval, Lara Martins, por serem uma inspiração e a força ativadora deste tema e por me direcionarem no caminho a seguir, através da sua experiência e conhecimento.

Agradeço a todos os militares envolvidos e entrevistados, que contribuíram positivamente para a solidez e desenvolvimento do meu trabalho, para além do acréscimo na minha experiência, por meio dos vossos testemunhos. Um agradecimento

a todas as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos que cordialmente me receberam, nomeadamente, o Estado Maior General das Forças Armadas, o Comando Conjunto para as Operações Militares, o Estado Maior da Armada, o Comando Naval, a Escola de Fuzileiros, o Centro de Medicina Naval e o Departamento de Logística Sanitária.

Aos meus camaradas do curso “Contra-Almirante Manuel Armando Ferraz”, por cinco anos de distintas vivências, camaradagem, boa disposição e espírito de sacrifício. Guardarei para sempre todas as memórias que construímos. À Carolina Serra e à Madalena Duarte, pelas longas conversas, pelas aventuras, pelas palavras de encorajamento e pelo constante apoio nos momentos mais desafiantes. À Rita Mesquita e à Joana Caixinha, pela camaradagem e amizade, pelos sorrisos, por serem, dia após dia, um refúgio.

Ao meu namorado Rafael, por ser o meu porto seguro e o companheiro de todos os momentos. Obrigada por todo o apoio, carinho, cumplicidade, paciência e, sobretudo, por acreditares em mim.

A cada um de vós que, com boa vontade,
contribuíram para a concretização deste trabalho

Muito obrigado!

Inês Pereira

Resumo

O aumento generalizado de emprego das Forças Armadas em cenários de crise ou conflito, que dependem do apoio humanitário para restabelecer a normalidade e fornecer o apoio a civis, é indicador, tanto de uma urgente preocupação política com a frequência desses acontecimentos, como da necessidade de garantir e adequar uma resposta efetiva.

É num paradigma organizacional em mudança, acompanhado pela Marinha Portuguesa através de um modelo de duplo uso dos seus recursos, que urge aprontar militares, identificar meios materiais e edificar estruturas e mecanismos que contornem os desafios atuais, de natureza imprevisível e complexa, como são os cenários de necessidade de apoio humanitário. Igualmente importantes são as relações de cooperação com outras organizações, em tarefas de auxílio humanitário, que permitem a junção de esforços e possibilitam a realização de formações, treino e exercícios.

A Marinha tem apoiado ativamente um conjunto alargado de operações humanitárias emergentes, através do oferecimento das suas capacidades e meios disponíveis. O seu papel tem sido útil e diferenciador, tanto a nível nacional, como internacional, apesar das limitações que se fazem sentir na atualidade. De acordo com esta necessidade de resposta a um aumento de solicitações para participar em operações de apoio humanitário, é objetivo deste trabalho a apresentação de uma análise do emprego da Marinha nesta tipologia de missão.

Pretende-se efetuar um diagnóstico ao envolvimento da Marinha na resposta a situações de prestação de apoio humanitário, com base num enquadramento legislativo e doutrinário, entrevistas a entidades envolvidas em operações ou com conhecimento na área e a análise a alguns exemplos da sua participação. O intuito desta investigação termina com uma identificação de lacunas e ações que direcionam a Marinha no sentido de uma melhoria das suas capacidades e, consequentemente, de otimização da sua prestação e cumprimento da sua missão.

Palavras-chave: Apoio Humanitário, Marinha Portuguesa, operações, capacidades, cooperação.

Abstract

The generalized increase in the deployment of the Armed Forces in crisis or conflict scenarios, which depend on humanitarian support to restore peace and provide support to civilians, is an indicator, both of an urgent political concern with the frequency of these events, and of the need to ensure a suitable and effective response.

It is in a changing organizational paradigm, accompanied by the Portuguese Navy through a model of dual use of its resources, that it is urgent to prepare soldiers, identify material resources and build structures and mechanisms that address current challenges of an unpredictable and complex nature, such as the scenarios of need for humanitarian support. Equally important are the cooperative relationships with other organizations, in humanitarian aid tasks, which allow for the joining of efforts and make it possible to carry out formations, training and exercises.

The Navy has actively supported a wide range of emerging humanitarian operations, offering its capabilities and available means. Its role has been useful and had an impact both nationally and internationally, despite their limited resources. In accordance with this need to respond to an increase in requests to participate in humanitarian support operations, the objective of this work is to present an analysis of the Navy's employment in this type of mission.

The aim is to carry out a diagnosis of the Navy's involvement in responding to humanitarian support situations, based on a legislative and doctrinal framework, interviews with entities involved in operations or with knowledge in the area and the analysis of some examples of their participation. The purpose of this investigation ends with an identification of gaps and actions that direct the Navy towards improving its capabilities and, consequently, optimizing its performance and fulfilling its mission.

Keywords: *Humanitarian Support, Portuguese Navy, operations, capabilities, cooperation.*

Índice

Epígrafe	I
Dedicatória.....	III
Agradecimentos.....	V
Resumo	IX
Abstract.....	X
Índice.....	XI
Índice de Figuras	XIII
Índice de Tabelas	XIV
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.....	XV
Introdução.....	1
Justificação e Importância do tema.....	1
Motivação Pessoal.....	2
Enquadramento.....	3
Objeto de estudo e sua delimitação.....	4
Objetivo do Trabalho.....	5
Metodologia e Método	7
Estrutura da Dissertação	11
1. Contexto legal, estratégico, doutrinário e conceptual.....	13
1.1. Base Conceptual	13
1.2. Quadro legal e estratégico Nacional.....	16
1.3. Quadro legal e estratégico Internacional	24
1.4. Estado da Arte	31
2. O emprego da Marinha Portuguesa em apoio humanitário.....	39
2.1. Importância	39
2.2. A Formação, o Treino e os Meios.....	41
2.3. Participação	48
2.3.1. Operação PERA no Paquistão (2005).....	49
2.3.2. Missão de Apoio à Ilha da Madeira (2010).....	50
2.3.3. Operação TRITON (2014)	51
2.3.4. Missão DJARFOGO na Ilha de Cabo Verde (2014)	52
2.3.5. Missão de Apoio aos Incêndios de Pedrógão Grande (2017)	53
2.3.6. Operação de Assistência Humanitária em Moçambique (2019)	54

2.3.7. Missão de Apoio à Ilha das Flores (2019)	55
3. Apresentação dos dados	57
Conclusão	67
Limitações e dificuldades sentidas	69
Sugestões de investigação futuras	70
Referências Bibliográficas	71
Apêndices	85
Apêndice A - Militares Colaborantes	85
Apêndice B - Entidades Entrevistadas	87
Apêndice C - Guião da Entrevista	89
Apêndice D – Participação em Operações Conjuntas: Agência FRONTEX	93
Apêndice E - Contentores das Tabelas Especiais	95
Apêndice F - Questões Gerais das Entrevistas	97
Apêndice G - Questões Específicas das Entrevistas	133
Apêndice H - Análise Estatística	151

Índice de Figuras

Figura 1 - Volumes de financiamento e as necessidades de financiamento	1
Figura 2 - Etapas do procedimento da Metodologia de Investigação	8
Figura 3 - Documentos estruturantes para as missões das Forças Armadas	19
Figura 4 - Atores humanitários envolvidos na resposta humanitária.....	32

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Objetivos da dissertação.....	6
Tabela 2 - Questões da dissertação.....	7
Tabela 3 - Associação das questões das entrevistas aos OE e QD.....	10
Tabela 4 - Operações e missões que culminam no apoio humanitário.....	20
Tabela 5 - Normativo Internacional na Coordenação Civil-Militar	28
Tabela 6 - A Missão Militar e a Missão Civil	33
Tabela 7 - Tabelas de Saúde Operacional: Tabelas Especiais	47

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

3RP - Plano Regional de Refugiados e Resiliência

4GW - *Fourth-Generation Warfare*

AH - Assistência Humanitária

AHE - Ação Humanitária e de Emergência

AJCL - *Allied Joint Command Lisbon*

AJP - *Allied Joint Publication*

AMEC - Apoio Militar de Emergência a Civis

AMN - Autoridade Marítima Nacional

ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

C3RI - Comando, Controlo, Comunicações, Redes e Informação

CCOM - Comando Conjunto para as Operações Militares

CEDN - Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEM - Conceito Estratégico Militar

CEMA - Chefe do Estado-Maior da Armada

CEMC - Chefe do Estado-Maior Conjunto

CEMGFA - Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

CGerCIMIC - Companhia Geral CIMIC

CICV - Comité Internacional da Cruz Vermelha

CIMIC - *Civil-Military Cooperation*

CITAN - Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval

CMI - *Civil-Military Interaction*

CMN - Centro de Medicina Naval

COMNAV - Comando Naval

CRO - *Crisis Response Operations*

CRP - Constituição da República Portuguesa

CSMM - Centro de Simulação Médica da Marinha

CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

DAE - Desfibrilhador Automático Externo

DGAM - Direção-Geral de Autoridade Marítima

DIH - Direito Internacional Humanitário

DLA - Departamento de Limitação de Avarias

DLS - Departamento de Logística Sanitária

DPO - *Department of Peace Operations*

DS - Direção de Saúde

EADRCC - *Euro-Atlantic Disaster Response Center Coordination*

ECHO - *European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations*

ECP - Estratégia da Cooperação Portuguesa

EEINC - Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural

EHIR - Equipa Hidrográfica de Intervenção Rápida

EMC - Estado-Maior Conjunto

EMGFA - Estado-Maior-General das Forças Armadas

EN - Escola Naval

EOAHE - Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência

ETNA - Escola de Tecnologias Navais

EUMAM - *European Union Military Assistance Mission Ukraine*

FAP - Força Aérea Portuguesa

FFAA - Forças Armadas

FICV - Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

FRI - Força de Reação Imediata

IASC - *Inter Agency Standing Committee*

IH - Intervenção Humanitária

INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica

ISR - *Intelligence Surveillance and Reconnaissance*

LDN - Lei da Defesa Nacional

LOBOFA - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

LOMAR - Lei Orgânica da Marinha

MCDA - *Military and Civil Defense Assets*

MDN - Ministério da Defesa Nacional

MICVVCV - Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

NA5CRO - *Non-Article 5 Crisis Response Operations*

NATO - *North Atlantic Treaty Organization*

NRF - *North Atlantic Treaty Organization Responce Force*

OCHA - *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*

OE - Objetivos Específicos

OG - Objetivo Geral

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OSCE - *Organization for Security and Co-operation in Europe*

OST - *Operational Sea Training*

PESC - Política Externa e de Segurança Comum

PNDV - Plano Nacional de Distribuição e Vacinação

PSCD - Política Comum de Segurança e Defesa

PSO - *Peace Support Operations*

PTAHMC - Parque de Treinos de Assistência Humanitária e Medicina de Catástrofe

QC - Questão Central

QD - Questões Derivadas

ROE - *Rules Of Engagement*

SANT - Sistemas Aéreos Não-Tripulados

SAR - *Search and Rescue*

SAV - Suporte Avançado de Vida

SBV - Suporte Básico de Vida

SBV-DAE - Suporte Básico de Vida com Desfibrilhação Automática Externa

SIOPS - Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

SOFA - *Status Of Forces Agreement*

SOLAS - *Safety Of Life At Sea*

TE - Território Estrangeiro

TFUE - Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

TN - Território Nacional

TO - Teatro de operações

TTP - Táticas, Técnicas e Procedimentos

TUE - Tratado da União Europeia

U/E/O - Unidades/Estabelecimentos/Órgãos

UAV - *Unmanned Aerial Vehicle*

UE - União Europeia

UN - Unidade Naval

UNDAC - *United Nations Disaster Assessment and Coordination*

WHO - *World Health Organization*

Introdução

Justificação e Importância do tema

O apoio humanitário é um assunto relevante e cada vez mais uma preocupação, dado que se tem assistido a um aumento de crises humanitárias motivadas por conflitos políticos, catástrofes naturais e pobreza extrema. Existem cada vez mais pessoas a depender da ajuda humanitária para beneficiar de bens alimentares, abrigo, água, higiene, saneamento, proteção ou educação.

A Figura 1 ilustra graficamente as necessidades financeiras para garantir a prestação de ajuda humanitária a nível mundial. Os valores expostos são calculados de acordo com planos de resposta a vários países que se encontram em situação de crise humanitária, como é o caso do Plano Regional de Refugiados e Resiliência (3RP), desenvolvido para dar resposta à crise na Síria.

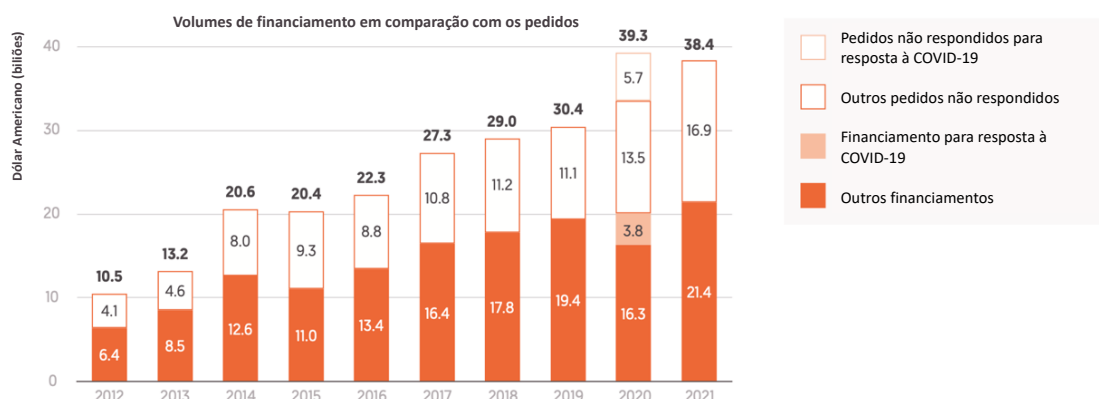


Figura 1 - Volumes de financiamento e as necessidades de financiamento

Fonte: *Development Initiatives* (2022)

Pela Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência (EOAHE), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2015, de 27 de agosto (Presidência do Conselho de Ministros, 2015):

“As situações humanitárias e de emergência têm aumentado em número e complexidade nos últimos anos sendo, por um lado, cada vez maior o número de pessoas afetadas por catástrofes naturais, cujos efeitos são potenciados

pela pressão demográfica, pelas alterações climáticas, pela concentração urbana e, especialmente, pela situação de pobreza e vulnerabilidade em que se encontram as populações. Assiste-se, por outro lado, a uma intensificação das situações de emergência complexas, resultantes de guerras ou de conflitos internos, que levam frequentemente ao colapso das estruturas sociais, políticas e económicas. Afigura-se, por isso, necessária uma resposta rápida, eficaz e eficiente para acorrer às necessidades das populações afetadas pelas situações humanitárias e de emergência, respeitando os valores e princípios do direito internacional humanitário”.

Perante esta moldura legal, ao setor militar incumbe organização e preparação para os desafios futuros, que orientem a sua formação e influenciem as suas atividades, levando a uma ampliação da capacidade militar preparada para intervir (Boeno, 2017). As Forças Armadas (FFAA) são empenhadas num vasto conjunto de atividades relativas ao apoio humanitário, em situações que exigem o uso das singulares capacidades dos militares. Perante cenários tão complexos e exigentes como são estes, a rapidez e a eficácia são fatores determinantes (Campos, 2019). A presença das FFAA neste tipo de cenários encontra-se prevista no n.º 6 do artigo 275º, da Constituição da República Portuguesa (CRP) (1975), sendo sua incumbência “(...) colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações (...)”. A Marinha, através das suas capacidades de projeção e rapidez, assume particular destaque naquilo que é o emprego dos seus meios humanos e materiais no apoio humanitário. Desta forma, justifica-se a realização de uma análise da participação e desempenho da Marinha Portuguesa em missões de apoio à população civil, decorrente de operações de apoio humanitário.

Motivação Pessoal

A presente dissertação tem como origem a análise à missão de apoio de emergência a Moçambique, realizada em 2019, onde participaram militares da Marinha Portuguesa. A 20 de março de 2019, por decisão do Almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) foi ativada a Força de Reação Imediata (FRI), na sequência da situação de calamidade gerada pela passagem do ciclone Idai. A

importância e o caráter particular desta missão foram os impulsionadores da necessidade de realizar uma análise, legal e estratégica, às operações de apoio humanitário realizadas no passado pela Marinha Portuguesa. De acordo com Csikszentmihalyi (1997), a motivação intrínseca e o interesse pessoal numa determinada área de estudo resultam numa força combustível que otimiza a *performance*¹, e neste caso, o fascínio e o gosto da autora pelo tema permitiram alinhar a necessidade do estudo à sua execução.

Enquadramento

O modo de vida atual, o sistema de organização do poder e do trabalho e todas as interações entre a humanidade e o planeta Terra são dimensões desencadeadoras de conflitos e de uma procura constante pela sustentabilidade² (Soromenho-Marques, 2005). Um pouco por todo o mundo esta situação se tem verificado, proporcionando um aumento na intensidade e frequência de catástrofes naturais e antropogénicas, potenciais causadoras de crises humanitárias. A vulnerabilidade das populações e a dificuldade no acesso a bens de primeira necessidade, particularidades presentes em cenários de crise, exige uma resposta imediata “(...) perante a indiferença de uma sociedade que se diz tecnologicamente avançada, mas carente de Humanidade” (Cardoso, 2023).

A capacidade de resposta dos Estados e das Organizações Internacionais torna-se cada vez mais desafiante e exigente (*Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* (OCHA), 2023). Como referiu João Marques de Almeida, “De um modo sintomático, o

¹ Termo historicamente utilizado no campo das artes para referir uma atuação ou ação. Atualmente, este anglicismo refere-se ao desempenho em si mesmo, e não apenas à execução de algo. Taylor, D. (2020). *Performance*. Duke University Press.

² A sustentabilidade é a capacidade de satisfazer as nossas necessidades no presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (*Business Council for Sustainable Development*, 2023).

estudo³ de Boutros-Ghali reflete o consenso emergente sobre a necessidade de se recorrer a intervenções militares para lidar com muitas das novas ameaças” (2003, p. 179), referindo-se às capacidades e valências inerentes a um militar.

Atualmente, as missões atribuídas às FFAA, tanto a nível nacional, como internacional, assumem cada vez menos um carácter exclusivamente de defesa militar (Silva, 2011). Faz cada vez mais sentido considerar os militares das FFAA atores participantes das operações humanitárias, e não apenas agentes secundários no apoio a entidades primariamente responsáveis (Campos, 2019). A Marinha, como ramo das FFAA, desempenha aqui o seu papel, legitimado pela sua participação, tanto em Território Nacional (TN), como em Território Estrangeiro (TE), individualmente ou integrada em forças multinacionais, em tarefas de auxílio humanitário (Afonso, 2010). Também inerente ao cumprimento da missão da Marinha, incluem-se na Ação Humanitária e de Emergência (AHE), as tarefas desempenhadas em cooperação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e as ações de busca e salvamento marítimo. No primeiro capítulo será apresentado um contexto legal e estratégico, no âmbito nacional e internacional, que enquadra as Operações de Apoio a Ajuda Humanitária (terminologia *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), que passará a designar-se adiante como Operações de Apoio Humanitário) (Silva, 2011) na atuação não militar da Marinha Portuguesa, consubstanciada num modelo de duplo uso (Marinha, 2022).

Objeto de estudo e sua delimitação

Face ao quadro de necessidade humanitária, a nível global, pretende-se com este trabalho abordar as Operações de Apoio Humanitário na Marinha Portuguesa. O empenhamento de militares da Marinha Portuguesa em operações de natureza complexa e diversificada, características apresentadas por cenários de crise ou

³ Boutros-Ghali, sexto Secretário-Geral das Nações Unidas entre 1992 e 1996, apresentou um relatório intitulado de “Uma Agenda para a paz” (1992). Este documento foi, posteriormente complementado pelo “Suplemento à Agenda para a paz” (1995).

catástrofe, leva a uma necessidade de analisar a sua participação, sendo esse o objeto de estudo.

A nível temporal e espacial, o objeto de estudo centra-se nas Operações de Apoio Humanitário da Marinha Portuguesa dos últimos 20 anos e restrito à atuação da Marinha Portuguesa. O conteúdo do estudo está delimitado ao contexto legal e doutrinário das Operações de Apoio Humanitário da Marinha Portuguesa, às suas capacidades para enfrentar os desafios humanitários, às funções e atividades desempenhadas pelos militares nesse âmbito, aos protocolos e estruturas de articulação da Marinha Portuguesa com outras organizações e às vantagens e limitações que advêm da participação dos seus militares nestes cenários.

Objetivo do Trabalho

O Objetivo Geral (OG) deste trabalho e os respetivos Objetivos Específicos (OE) encontram-se esquematizados na Tabela 1.

Tabela 1 - Objetivos da dissertação

Objetivo Geral
Analisar a participação da Marinha Portuguesa com o empenhamento de militares na prestação de apoio humanitário
Objetivos Específicos
OE1 - Identificar o atual contexto doutrinário e legislativo que adequa a participação da Marinha Portuguesa em operações de apoio humanitário
OE2 - Apurar as capacidades da Marinha Portuguesa para fazer face às operações de apoio humanitário
OE3 - Identificar que atividades e funções desempenham os militares da Marinha Portuguesa em operações de apoio humanitário
OE4 - Analisar os protocolos e formalidades que articulam a Marinha Portuguesa com outras organizações em operações de apoio humanitário
OE5 - Detetar as vantagens e lições aprendidas para a Marinha Portuguesa com a participação de militares em operações de apoio humanitário
OE6 - Reconhecer as limitações para a Marinha Portuguesa na prestação de apoio humanitário

Fonte: Elaboração própria

Para atingir os referidos objetivos, orientando o trabalho a desenvolver, foram formuladas questões de investigação. A Questão Central (QC) e as Questões Derivadas (QD) deste trabalho são as apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Questões da dissertação

Questão Central
De que forma a Marinha Portuguesa participa com o empenhamento de militares na prestação de apoio humanitário?
Questões Derivadas
QD1 - Que doutrina e legislação enquadra e adequa a participação da Marinha Portuguesa em operações de apoio humanitário?
QD2 - Quais os planos, capacidades, formações, treinos e meios disponíveis na Marinha Portuguesa para aplicação em operações de apoio humanitário?
QD3 - Quais as funções desempenhadas pelos militares da Marinha Portuguesa empenhados em operações de apoio humanitário?
QD4 - De que forma a Marinha Portuguesa se articula com outras organizações em operações de apoio humanitário?
QD5 - Quais as competências e os benefícios adquiridos pela Marinha Portuguesa com a participação de militares em operações de apoio humanitário?
QD6 - Quais são as limitações para a Marinha Portuguesa na prestação de apoio humanitário?

Fonte: Elaboração própria

Metodologia e Método

No presente capítulo são descritos os procedimentos metodológicos e o método que suportam este trabalho, através do esquema de ação que o conduziu e direcionou, assim como os processos de recolha e análise de dados. A presente dissertação de mestrado foi escrita em conformidade com as Normas da Escola Naval (EN), e para a elaboração de referências bibliográficas foi utilizada a forma *American Psychological Association Publication Style* (APA) (6ª edição).

A metodologia proposta por Quivy & Campenhoudt (2005) em Ciências Sociais consiste em desenvolver uma investigação através de 7 fases, partindo da QC, passando pela exploração, a problemática, a construção do modelo de análise, a observação, a análise das informações e terminando com as conclusões.

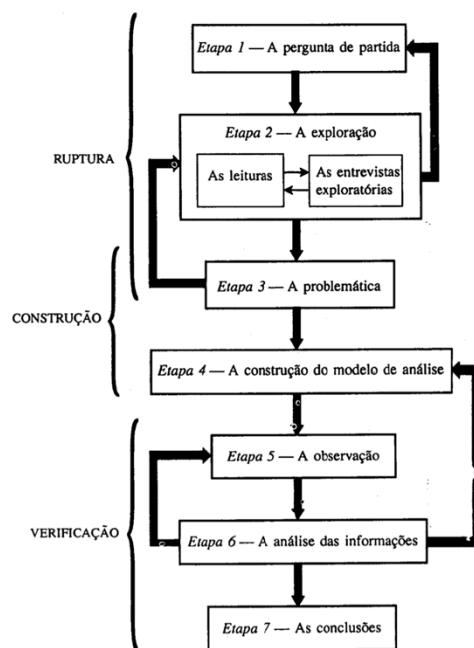


Figura 2 - Etapas do procedimento da Metodologia de Investigação

Fonte: Quivy & Campenhoudt (2005)

Em primeiro lugar, foi realizada uma abordagem qualitativa, com uma pesquisa dentro da organização, após a qual foi efetuada uma análise documental da legislação e doutrina em vigor, tanto a nível nacional, como internacional. Ainda numa primeira fase, foi efetuada uma revisão da literatura no âmbito do apoio humanitário, por meio de documentos estruturantes das organizações intervenientes, incluindo a NATO, a União Europeia (UE), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), a ANEPC e demais trabalhos científicos sobre o tema. Nesta fase, a ajuda e o contributo de alguns militares (Apêndice A) revelou-se essencial.

Seguidamente, foram identificadas as Operações da Marinha Portuguesa que envolveram apoio humanitário de forma mais impactante, no que respeita a militares e meios envolvidos, características únicas da operação e a sua complexidade, nos últimos 20 anos.

No respeitante ao método utilizado para a obtenção de dados secundários foram realizadas entrevistas estruturadas, onde se recolheu as experiências dos entrevistados (Apêndice B). A seleção dos entrevistados seguiu um critério oportunista, optando-se pelos militares e civis na categoria de oficiais, ou que outrora pertenceram à categoria

de oficiais, e que haviam participado em operações de apoio humanitário ou que, pelas funções que desempenham atualmente ou desempenharam no passado, tivessem conhecimento na área e, conseqüentemente, frutuosa contributos. A amostra é constituída por dezoito entrevistados, incluindo dezassete militares da categoria de oficiais e um civil, outrora oficial. Dos entrevistados, doze deles são do sexo masculino e seis deles são do sexo feminino. Segundo Barraza (2011), o contexto temporal e espacial onde a entrevista decorre pode influenciar a qualidade da mesma, na medida em que um ambiente mais intimista poderá resultar numa maior liberdade de expressão. No seguimento deste facto, o espaço físico e o tempo foram variáveis controladas pelo entrevistado. Ainda que fosse dada ao entrevistado a opção de escolha pela entrevista presencial, foi também possível realizar as entrevistas através das plataformas *Microsoft Teams* ou *Zoom*. As questões efetuadas em entrevista, constantes no guião de entrevista em Apêndice C, foram realizadas de forma guiada e direcionada, alinhando-as com os objetivos do trabalho. Ainda que esta tipologia se mostre mais morosa e, logisticamente menos prática, permite alinhar as questões com as respostas de acordo com as preferências do entrevistador, concedendo liberdade para a existência de interações que não se encontram previstas no guião.

Para atenuar eventuais fatores negativos, e não sendo possível eliminá-los, do recurso a esta tipologia, foram garantidos alguns procedimentos. O facto da localização temporal e espacial ficar ao critério do entrevistado, contribuiu para uma maior comodidade e redução do eventual constrangimento proporcionado pela entrevista. De acordo com a Lei da proteção de dados, Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e, em conformidade com a preferência pessoal de cada entrevistado, a opção pela recusa da gravação da entrevista foi sempre facultada. Nos casos em que foi permitida, garantiu-se a salvaguarda da informação, destinando-se a mesma a ser sigilosamente possuída pelo entrevistador, com o fim único de contribuir para a credibilização e acrescento de valor ao trabalho. Após o uso da informação, foi garantida aos entrevistados a eliminação de qualquer dado relativo à entrevista.

Para a realização das entrevistas foi enviado, antecipadamente, o respetivo guião para que o entrevistado pudesse inteirar-se do tema e estruturar as suas respostas. No local e tempo determinados para a realização de cada entrevista foram, primeiramente, enumeradas ao entrevistado todas as regras e procedimentos a adotar. Durante a

realização das entrevistas foi introduzido ao entrevistado a estrutura do guião, dividida em três partes; a primeira parte (Apêndice F), com treze questões gerais, respeitante à percepção e conhecimento detido pelo entrevistado no que respeita às operações de apoio humanitário, a segunda parte (Apêndice G), com nove questões específicas, remete para o testemunho numa missão ou operação de apoio humanitário em que o entrevistado tenha participado, apelidada de missão X, e a última parte contém quatro questões acerca da caracterização do entrevistado, sendo que estas últimas se verificaram convenientes para a posterior contextualização e análise estatística.

Após a reunião de todos os dados e realização de todas as entrevistas, e de forma a atingir os OE e conseguir responder às QD, foi realizada uma associação entre cada uma das questões, gerais e específicas, das entrevistas e os OE e QD, na medida em que a cada OE e QD foram associadas as questões das entrevistas apresentadas na Tabela 3. análise de cada uma das perguntas das entrevistas

Tabela 3 - Associação das questões das entrevistas aos OE e QD

	Questões Gerais	Questões Específicas
OE1/QD1	1,4	
OE2/QD2	2,11,13	6
OE3/QD3	3	3,5
OE4/QD4	5,12	4
OE5/QD5	6,7,8,10	1,2,8,9
OE6/QD6	9	6,7

Fonte: Elaboração própria

Esta análise permitiu apresentar conclusões finais e atingir o OG, dando resposta à QC. Para esta fase conclusiva foi adotado um raciocínio do tipo indutivo, que corresponde a um processo que parte da observação de factos particulares para, associando-se, formular generalizações (Santos & Lima, 2019).

Estrutura da Dissertação

A presente dissertação está estruturada em três capítulos, para além da presente introdução e da conclusão.

No primeiro capítulo, é feita uma revisão da literatura, onde se procurou explorar o contexto legal, estratégico, doutrinário e conceptual no âmbito humanitário, de forma a identificar autores que estudaram este tipo de missão e compreender o seu posicionamento face ao objeto de estudo.

No segundo capítulo, é analisado o emprego da Marinha Portuguesa em apoio humanitário, nomeadamente a importância que este tema assume no seio militar, a formação e o treino dos militares envolvidos, a sua participação nacional e internacional em algumas operações de maior relevo, bem como as limitações e lições aprendidas nessas operações.

No terceiro capítulo, correspondente ao último capítulo, é apresentada a análise às entrevistas realizadas, procurando-se identificar as capacidades da Marinha para empregar militares e fornecer apoio humanitário, identificar as atividades e funções inerentes aos militares no decorrer das suas ações e detetar as eventuais lições aprendidas e limitações sentidas, que advêm da visão e experiência dos entrevistados.

Na conclusão será efetuada a síntese dos resultados obtidos em concordância com os objetivos propostos inicialmente, bem como a identificação de linhas de investigação futuras.

1. Contexto legal, estratégico, doutrinário e conceptual

No presente capítulo é apresentada a base conceptual, o quadro legal e estratégico, nacional e internacional, e uma revisão da literatura.

1.1. Base Conceptual

Para melhor compreensão do tema deste trabalho, torna-se fundamental a clarificação de alguns conceitos. Embora alguns termos do âmbito humanitário sejam diferentes, o objetivo é praticamente o mesmo: ajudar a salvar vidas, aliviar o sofrimento humano e manter a dignidade humana (NATO, 2015).

Ação Humanitária - Não existe um consenso entre académicos e organizações, sobre o significado de ação humanitária, devido à multiplicidade de contextos, atividades, atores e objetivos implicados (Afonso, 2010). O marco fundamental deste conceito remonta a 1859, após a Batalha de Solferino, entre tropas francesas e austríacas, quando Henri Dunant, um dos fundadores do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (MICVCV), vivenciou a morte e o desaparecimento de mais de 40 mil pessoas. Dunant sentiu-se no dever de ajudar os militares feridos e doentes em campo de batalha, pelo que defendeu em livro⁴ que todas as nações deveriam dispor de sociedades voluntárias de auxílio a feridos e doentes em batalhas. Este acontecimento convergiu para a cristalização da ideia de ação humanitária, para a edificação dessa ideia, com a criação do atual Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), para a sua normalização no Direito Internacional Humanitário (DIH) e para a valorização do imperativo humanitário pelas nações (Nascimento, 2013). A ação humanitária remete para a prestação de cuidado e ajuda, segundo os princípios de independência e neutralidade, abstraída de ideologias políticas e sem colocar em vantagem ou desvantagem qualquer das partes em confronto (Rey & Currea-Lugo, 2002). O conteúdo que encerra a ação humanitária supera a ajuda humanitária por si só, porque inclui não só o fornecimento de bens e serviços básicos, como também, sobretudo em contextos de conflito, a proteção das vítimas e dos seus direitos fundamentais (Afonso, 2010). A ação humanitária atua num terreno lotado, constituído pelos atores indispensáveis, sendo eles as forças governamentais, as FFAA, as

⁴ *A Memory of Solferino* (Henry Dunant, 1862)

autoridades civis, os órgãos de comunicação social e outros atores internacionais, nomeadamente agências, que acautelam questões ambientais, de saúde e de administração interna (Arena, 2020).

Ajuda de Emergência - Tem como objetivo principal salvar vidas e assegurar a sobrevivência imediata, embora temporalmente limitada, através do alívio do sofrimento instantâneo e da proteção dos direitos fundamentais. Os princípios que regem a ajuda de emergência são a humanidade, a imparcialidade, a neutralidade e a independência (Freitas, 2012). A ONU é, atualmente, a maior fornecedora de ajuda de emergência e assistência a longo prazo; a sua ação baseia-se num mecanismo catalisador, que complementa a resposta dos Estados afetados, nos casos em que estes esgotem a capacidade das suas autoridades nacionais.

Ajuda Humanitária - “(...) Constitui uma expressão fundamental do valor universal da solidariedade entre os povos, bem como um imperativo moral” (UE, 2008). A ajuda humanitária inclui todos os recursos necessários para aliviar o sofrimento humano (NATO, 2021), incluindo o fornecimento de apoio material e logístico às pessoas afetadas por catástrofes naturais ou de origem humana (UE, 2022). A ajuda humanitária abrange, assim, um vasto campo porque inclui não só a ajuda de emergência, como também a ajuda em forma de operações prolongadas a refugiados e a deslocados (Afonso, 2010).

Apoio Militar de Emergência a Civis (AMEC) – Em 2021, o EMGFA criou o conceito de AMEC, que alterou a lógica anteriormente vigente, de disponibilização de forças e meios para resposta a pedidos de apoio de entidades externas, para uma abordagem conjunta, baseada na atribuição de missões operacionais (Cunha, 2022). Este novo paradigma pretende envolver o potencial de colaboração das FFAA no apoio à proteção civil, tanto em ações programadas, como não programadas, sempre na ótica de ganhos de eficácia e eficiência (Agência Lusa, 2021).

Intervenção Humanitária (IH) - A IH verifica-se quando existe o recurso à força armada. Visa a proteção de pessoas, cujos direitos fundamentais estão a ser alvo de violação de forma gravosa, sem que o Estado revele interesse ou capacidade para intervir na proteção dessas pessoas (Pereira, 2013). Esta ação interventiva, para além de não consentida pelo Estado em cujo território se desenrola a atuação, ocorre

independentemente de autorização do Conselho de Segurança da ONU, ao contrário do previsto nas Convenções de Genebra (Nunes, 2020).

Assistência Humanitária (AH) - Define-se como parte de uma operação em que é feito uso dos recursos militares disponíveis para auxiliar ou complementar as funções dos responsáveis civis ou organizações humanitárias (NATO, 2021).

Non-Article 5 Crisis Response Operations (NA5CRO) - Na doutrina NATO o espectro das operações militares apresenta-se dividido em duas grandes áreas: as operações ao abrigo do artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte e, um outro grupo que integra um conjunto de operações, as “Operações não artigo 5º” (Alves, 2013). Estas últimas caracterizam-se pela sua multifuncionalidade, que compreende atividades políticas, militares e civis, iniciadas e executadas de acordo com o DIH, contribuindo para a prevenção e resolução de conflitos e gestão de crises, assim como servir a propósitos humanitários na prossecução dos objetivos declarados no Tratado do Atlântico Norte. A missão militar das NA5CRO centra-se em contribuir para a gestão eficaz de crises, quando não existe ameaça direta às nações ou territórios da NATO que, de outra forma, se enquadrariam no artigo 5º do Tratado da NATO, que prevê o mecanismo de defesa coletiva entre países (NATO, 2010).

Operação Humanitária - Operação dedicada especificamente ao alívio do sofrimento humano, numa área onde os atores civis, responsáveis por essa ação, não conseguem aceder ou não demonstram vontade para apoiar as populações (NATO, 2021).

Operação de Apoio Humanitário - Operação militar destinada a aliviar o sofrimento humano, que pressupõe uma incapacidade das autoridades responsáveis, para prestar o devido apoio às populações. Os cenários que desencadeiam este tipo de operação incluem situações de desastre ou calamidade, crise ou contexto pós-conflito. As catástrofes, acidentes graves com consideráveis prejuízos, dividem-se em dois tipos: naturais ou antropogénicas. As cheias, ciclones, sismos, erupções vulcânicas, aluviões, epidemias e secas são consideradas catástrofes naturais, normalmente decorrentes de fenómenos meteorológicos extremos. As guerras, acidentes, incêndios, explosões e colapso de infraestruturas são catástrofes causadas pelo Homem e, por isso, antropogénicas (Afonso, 2010).

Operação de Apoio à Paz - Conjunto de esforços empreendidos por forças militares com o objetivo de restaurar ou manter a paz, incluindo prevenção de conflitos, pacificação, imposição da paz, manutenção da paz e consolidação da paz. A consolidação da paz requer um compromisso de longo prazo para reduzir o risco de reincidência do conflito. Por outro lado, a imposição da paz, destina-se a encerrar as hostilidades através de medidas coercitivas, incluindo o uso da força militar sem consentimento (NATO, 2021).

Organização Humanitária - A ajuda humanitária é prestada por uma série de organizações humanitárias, como a ONU, o MICVVCV e outras organizações internacionais ou locais. Os fundos destas organizações advêm principalmente dos governos, mas também de particulares e empresas privadas (UE, 2022).

Organização Não-Governamental (ONG) - Organizações com caráter voluntário, privado, sem fins lucrativos, sem afiliação governamental ou intergovernamental, destinadas a realizar um conjunto de atividades promotoras de uma causa específica (NATO, 2015). Uma ONG pode recorrer a três parceiros principais: o Estado, uma Organização Regional, como por exemplo a UE, ou uma Organização Internacional, como é o caso da ONU (Mauri, 2013). As diferentes estruturas e formas de operação, bem como a combinação de características do setor público e da sociedade civil das ONG leva a que estas assumam uma natureza muitas vezes híbrida⁵. A independência relativamente ao governo, com financiamentos provenientes de fontes distintas, as parcerias com diferentes setores, tanto no setor público como no privado, e a prestação de serviço público semelhante ao papel desempenhado pelo setor público, são alguns exemplos de particularidades que uma ONG pode assumir e, assim, receber essa designação (Ebrahim, 2003).

1.2. Quadro legal e estratégico Nacional

A resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2022, de 9 de dezembro (Presidência do Conselho de Ministros, 2022), como instrumento de política externa,

⁵ Um tipo “ideal” de organização, com configurações resultantes de processos de mudança (Wood, 2010). Combinação de ideias convencionais e não-convencionais, associado a capacidades modernas (Fernandes, 2016).

aprova a Estratégia da Cooperação Portuguesa (ECP) 2030 e define a orientação pública de cooperação internacional para o desenvolvimento. Esta estratégia assenta em três domínios e áreas de atuação: Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e AHE. A prevenção e a resposta a crises humanitárias encontra-se dependente da AHE, tendo a sua atuação particular relevância nos países em contexto de instabilidade. A nível interno, a resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2015, de 27 de agosto (Presidência do Conselho de Ministros, 2015), estabelece a coordenação e a articulação entre as diversas entidades que participam na ação humanitária, através da EOAHE.

O papel desempenhado pelos militares das FFAA no âmbito da manutenção da paz e da segurança nacional e internacional, é o reflexo do seu compromisso com os valores humanitários e do seu dever de participação nas missões que lhes são atribuídas, pelas organizações nacionais e internacionais, através do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA). A CRP (1976), pelos seus números 5 e 6 do artigo 275º, atribui às FFAA a incumbência de participar em missões humanitárias e de paz e colaborar em missões de proteção civil. A Lei da Defesa Nacional (LDN), prevista na Lei Orgânica 1-B/2009, de 7 de julho (Assembleia da República, 2009), no n.º 1, do artigo 24º, relativo ao exercício das FFAA em missões, reproduz o referido na CRP.

A Lei Orgânica do EMGFA, prevista no Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro (Presidência do Conselho de Ministros, 2022), que alterou as Leis Orgânicas dos três ramos das FFAA, estabeleceu duas estruturas principais distintas: o Estado-Maior Conjunto (EMC) e o Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM). O Chefe do Estado-Maior Conjunto (CEMC) coadjuva o CEMGFA no exercício das suas funções, exceto para o emprego das FFAA no cumprimento de missões, que competirá ao 2.º Comandante Operacional das FFAA,

"(...) dotado de autoridade para, em exclusividade e integrado na cadeia de comando das FFAA, coadjuvar o CEMGFA no comando das forças e meios em missões das FFAA, nos planos externo e interno, incluindo na cooperação com as forças e serviços de segurança e na colaboração em missões de proteção civil e de apoio a outros organismos do Estado."

De forma equivalente, na Lei Orgânica da Marinha (LOMAR), prevista no Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro (Ministério da Defesa Nacional (MDN), 2014), no n.º 2, do artigo 2º, encontra-se previsto o emprego da Marinha em missões humanitárias e de paz. Ainda na mesma Lei, no n.º 5, do artigo 34º, são referidas as missões, tarefas e ações em imersão destinadas aos mergulhadores, em vários âmbitos, entre os quais, as operações de caráter humanitário.

A nível estratégico, e de acordo com “As Grandes Opções do Plano 2020-2023”, aprovadas pela Lei n.º 3/2020, de 31 de março (Assembleia da República, 2020), constitui-se como estratégia do governo português reformar o sistema de proteção civil, comprometendo-se, entre outras medidas, a “definir um modelo de resposta profissional permanente a riscos de proteção civil, com a participação (...) das FFAA (...)” e de outros organismos e associações.

Através da resolução do Conselho de Ministros nº19/2013, de 5 de abril (Presidência do Conselho de Ministros, 2013), foram definidas as prioridades do Estado em matéria de defesa, com a aprovação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN). De acordo com o CEDN, as missões de apoio à paz e auxílio humanitário constituem-se como resultado da capacidade de projeção de forças conjuntas de elevada prontidão das FFAA, preparadas para serem empenhadas autonomamente, integradas em forças multinacionais ou em parceria com a proteção civil.

No Conceito Estratégico Militar (CEM) (MDN, 2014), documento estruturante das FFAA e decorrente do CEDN, pela Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), prevista na Lei Orgânica n.º 2/2021, de 9 de agosto (Assembleia da República, 2021), vêm traçadas as linhas de atuação nacionais a colocar em prática no quadro das FFAA, nomeadamente no âmbito das operações de resposta a crises, de apoio à paz e humanitárias, no quadro da defesa coletiva.

As potencialidades da ação conjunta, a complementaridade de valências, a mobilidade, a modularidade e os sistemas de comando e controlo devem ser explorados ao nível inter-ramos. O envolvimento das FFAA em operações humanitárias é cada vez mais uma realidade, segundo a edição “A Defesa de Portugal 2015” (MDN, A Defesa de Portugal 2015, 2015), onde consta uma abordagem à Defesa Nacional e às FFAA dos últimos 20 anos. De acordo com os objetivos estratégicos definidos, o atual quadro

conjuntural proporciona um maior envolvimento das FFAA em operações de resposta a crises, missões humanitárias e de paz, em apoio às populações nacionais e no âmbito bilateral e multilateral. Uma visão do mundo baseada em interesses comuns e vontade de os manter implica a resposta a cenários caracterizados pela instabilidade e imprevisibilidade, pelo que são prioritários os esforços de informação estratégica, bem como a vigilância e o controlo dos espaços marítimos, aéreos e terrestres de soberania e sob jurisdição nacional (MDN, A Defesa de Portugal 2015, 2015). Para a consecução deste tipo de missões e para a sustentabilidade das forças militares que nelas participam, foi aprofundada, através da política conhecida como reforma “Defesa 2020” (MDN, Defesa 2020, 2015), a participação ativa de Portugal em missões internacionais de caráter humanitário e de manutenção da paz, nomeadamente em países lesados ou em crise, como o Afeganistão, Kosovo, Somália, Líbano, Mali, República Centro-Africana e no Mediterrâneo.

De acordo com a LOBOFA, a atuação das FFAA segue as normas e orientações estabelecidas nos seus documentos estruturantes, apresentados na Figura 3. No documento estruturante “Missões das Forças Armadas” (MIFA, 2014) estão referidas as missões que incumbem às FFAA, de acordo com a CRP e o CEDN aprovado.



Figura 3 - Documentos estruturantes para as missões das Forças Armadas

Fonte: Adaptado de Santos (2021)

A multiplicidade de ambientes, as atividades desenvolvidas e as circunstâncias que culminam com o apoio humanitário, encerram no termo em si mesmo uma transversalidade de áreas de atuação. Exemplo disso são as operações e as missões referidas na Tabela 3, de acordo com as MIFA (2014).

Tabela 4 - Operações e missões que culminam no apoio humanitário

Âmbito	Missões	Definição	Exemplos
Segurança e defesa do TN e dos cidadãos	M1.4 - Evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise	Proteger e evacuar cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise.	Operação Crocodilo, 1998
Exercício da soberania, jurisdição e responsabilidades nacionais	M3.2 - Busca e salvamento	Dirigir e conduzir os serviços de busca e salvamento marítimo, aéreo e terrestre, no quadro das competências atribuídas.	Operações de Busca e Salvamento
Segurança Cooperativa	M4.1 - Operações de Resposta a Crises no âmbito da NATO (não artigo 5º)	Participar em operações de resposta a crises no âmbito da NATO, a fim de contribuir para a promoção da paz e da segurança internacional.	Operação PERA, 2005
	M4.3 - Operações e missões no âmbito da UE	Participar em operações e missões no âmbito da UE, a fim de contribuir para a promoção da paz e da segurança internacional.	Operação TRITON, 2014
	M4.4 - Operações de Paz no âmbito da ONU e da CPLP	Participar em operações e missões da ONU e da CPLP, a fim de contribuir para a promoção da paz e da segurança internacional.	UNIFIL <i>Maritime Task Force</i> , 2006
	M4.5 - Operações e missões no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais	Participar em operações e missões no âmbito dos acordos bilaterais ou multilaterais, a fim de contribuir para a promoção da paz e da segurança internacional.	Iniciativa Mar Aberto
Apoio ao desenvolvimento e bem-estar	M5.1 - Apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens	As FFAA colaboram com entidades civis no sentido de garantir a salvaguarda de pessoas e de bens.	Apoio aos Incêndios de Pedrógão Grande, 2017
Cooperação e assistência militar	M6.1 - Cooperação e assistência militar de natureza bilateral e multilateral	Conduzir ações de formação e de treino no âmbito da Cooperação Militar, garantido as relações internacionais de cooperação.	Presença Marítima Coordenada

Fonte: Elaboração própria

A Visão Estratégica Militar para as FFAA (2022) define como prioridades de capacitação para o emprego operacional, para além das missões de alta intensidade em resposta aos compromissos assumidos no âmbito da NATO, também as missões de baixa e média intensidade assumem relevância, com maior probabilidade de emprego, incluindo a resposta a catástrofes e a AH.

Segundo a Diretiva Estratégica da Marinha (2022), os objetivos estratégicos e as iniciativas estratégicas do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) são operacionalizados e materializados nos planos de atividades setoriais que definem as ações a serem desenvolvidas. A visão do Almirante CEMA (Melo, 2019) é a de “Uma Marinha holística, pronta, útil, focada, significativa e tecnologicamente avançada” e, para tal, as funções operativas que a Marinha deve ser capaz de cumprir são a presença, a dissuasão e a projeção. A função de projeção inclui forças e capacidade logística, onde seja necessária a garantia dos interesses nacionais, AH ou evacuação de pessoas. As iniciativas estratégicas que materializam o objetivo estratégico de “Potenciar a atuação militar e não militar, de forma complementar” passam por reforçar as proficiências e os recursos necessários para apoiar as comunidades em situação de emergência civil, bem como em missões humanitárias e pós-conflito, através de elevados padrões de treino e da recolha de informação sobre a atividade marítima militar e não-militar. Fazendo uso das ferramentas multiplicadoras das funções operativas, onde se inclui esforço operativo e não operativo, nomeadamente, a função de Comando, Controlo, Comunicações, Redes e Informação (C3RI), constituída pelos centros de operações e a sua estrutura subjacente, é possível manter atualizada a informação acerca da atividade de superfície e subsuperfície nas águas de soberania e sob jurisdição portuguesa. A noção do panorama marítimo que é recolhido graças a estas ferramentas permite o desenvolvimento das ações no mar, salvaguardando os interesses e valores militares.

Nos termos da CRP, nomeadamente no artigo 275º, tal como previamente referido, “às FFAA incumbe a defesa militar da República” podendo ainda “ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações (...)”. Em todas as circunstâncias, isto é, tanto em tempos de normalidade, como de exceção, o Ministro da Defesa Nacional, no âmbito das suas responsabilidades, “assegura a elaboração e a execução da política de defesa nacional e

das FFAA e é politicamente responsável pela componente militar da defesa nacional, pelo emprego das mesmas e pelas suas capacidades, meios e prontidão”, competindo-lhe, designadamente “elaborar e dirigir as políticas de saúde a desenvolver no âmbito militar e de articulação com outros organismos congéneres do Estado e coordenar e orientar as ações necessárias para garantir a colaboração daquelas com as forças e serviços de segurança” pelo n.º1 e n.º3 do artigo 14º da LDN (Assembleia da República, 2009).

Recentemente, no âmbito da pandemia da COVID-19, declarada a 11 de março de 2020 (Ghebreyesus, 2020), e considerada como uma crise global de saúde (Pollard, 2020), a Comissão Europeia tem vindo a assegurar às populações o acesso à vacina, através dos planos de vacinação elaborados pelos seus Estados-Membros. O Plano Nacional de Distribuição e Vacinação (PNDV) “serve como o plano de um país para a distribuição das vacinas e vacinação contra a COVID-19, bem como o principal quadro para apoio e assistência do país”, de acordo com a *World Health Organization* (WHO) (2021). No debate “uma guerra contra a humanidade” relativo à COVID-19, o Doutor Miguel Guimarães, Bastonário da Ordem dos Médicos, afirma que “Neste momento isto é uma guerra do vírus contra a humanidade (...)” e que “(...) é preciso chamar os militares para esta “guerra”, uma vez que temos especialistas (...) que poderiam coordenar a resposta a nível nacional” (Revista da Ordem dos Médicos, 2020). O Núcleo de Apoio ao Coordenador da *Task Force* para a elaboração do plano de vacinação contra a COVID-19 em Portugal inseriu-se na esfera de ações de apoio e coordenação no domínio da saúde pública, por parte das FFAA. A participação dos militares nesta tarefa, especialmente os elementos do Comando e Estado-Maior da FRI, coordenada pelo Almirante Henrique Gouveia e Melo, tal como previsto no Despacho n.º 4879/2021, de 14 de maio, contribuiu para a rápida implementação do plano de vacinação em todo o país e, assim, para mitigar a doença e prestar apoio à população.

Na sequência das competências do Ministro da Defesa Nacional relativamente ao apoio humanitário na saúde, é de referir que, em julho de 2009, foi celebrado o Protocolo de Cooperação entre o MDN e a CVP, com o objetivo de vincular a aproximação dos militares às missões humanitárias (Barbosa, 2009). Este protocolo “permite a cooperação e o intercâmbio nas áreas de formação, de apoio à sobrevivência em situações de emergência no âmbito nacional e internacional, da cooperação

sanitária e de outras que sejam acordadas entre as Partes”, de acordo com a primeira cláusula. A título de exemplo, a CVP pode usufruir de formação para as suas equipas de emergência nas FFAA, como é o caso da realização do curso de nadador-salvador na Marinha e, de forma análoga, as FFAA podem frequentar os cursos de formadores na Escola de Socorrismo, na Escola Superior de Saúde e na Escola Superior de Enfermagem da CVP.

A CVP integra o MICVCV, a maior rede humanitária do mundo, nivelado com a sua missão de alívio do sofrimento humano, proteção da vida, saúde e dignidade humana, sobretudo durante conflitos armados e outras emergências, como catástrofes naturais e acidentes (CVP, 2023). O Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto, aprovou os estatutos da CVP e consagrou, no artigo 3º, a sua natureza como instituição humanitária não-governamental, de carácter voluntário e de interesse público (MDN, 2007). O mesmo Decreto-Lei estabeleceu o exercício da tutela inspetiva dos recursos da CVP pelo MDN.

Nas atribuições da CVP vem prevista a colaboração com o pessoal de saúde militar, no âmbito dos conflitos nacionais e internacionais, às vítimas civis e militares. Apesar desta colaboração, os valores pelos quais se rege a CVP são os de Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Voluntariado, Unidade e Universalidade, diferentes dos valores pelos quais se regem as FFAA e, consequentemente, a Marinha. O quadro de valores a adotar pelos militares que servem na Marinha constitui a base para a sua conduta e para a cultura da própria instituição, sendo eles a Disponibilidade, a Lealdade, a Integridade, a Coragem, a Camaradagem e a Justiça.

De acordo com a Lei de Bases da Proteção Civil, a Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, e com os planos de emergência e socorro estabelecidos, participam na Comissão Nacional de Proteção Civil representantes do EMGFA, que asseguram a colaboração militar com a Proteção Civil. Ainda na mesma Lei, no artigo 52º, vem prevista a colaboração das FFAA em funções de proteção civil, atuando em cooperação, em caso de necessidade com corpos de bombeiros, com as Forças de Segurança, com as autoridades marítima e aeronáutica, com o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e com os sapadores florestais, que se articulam operacionalmente no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS). Esta cooperação assume variadas formas, desde ações preventivas, de auxílio e combate a incêndios, apoio na área da saúde, incluindo a

emergência médica, a evacuação e a hospitalização de feridos e doentes, busca e salvamento, apoio logístico (alimentação, água, alojamento e equipamentos), reabilitação de infraestruturas, reconhecimento terrestre, aéreo e marítimo, que contribui para a consciência situacional, até às ações de apoio em comunicações (Matias, 2013). No âmbito do apoio humanitário, as FFAA podem ser empenhadas para colaborar com a entidade responsável pela coordenação e gestão das operações de proteção e socorro, a ANEPC. Esta cooperação pode assumir duas formas distintas, consoante o apoio seja programado ou não programado; no primeiro caso, o apoio “(...) é prestado de acordo com o previsto nos programas e planos de emergência previamente elaborados, após parecer favorável das FFAA, havendo, para tanto, integrado nos centros de coordenação operacional um oficial de ligação”; no segundo caso, o apoio “(...) é prestado de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, cabendo ao EMGFA a determinação das possibilidades de apoio e a coordenação das ações a desenvolver em resposta às solicitações apresentadas”, pelo disposto no artigo 58º da referida Lei.

1.3. Quadro legal e estratégico Internacional

O contexto legal e estratégico internacional é sustentado pelos documentos estruturantes dos grandes atores humanitários, representados pelos organismos e organizações internacionais ou não governamentais, nomeadamente a UE, a ONU, o MICVCV e a aliança militar da NATO, que devido ao seu alcance global e capacidade de mobilização, são detentores de recursos e influência política que as torna proeminentes. Para além destes, participam na ação e apoio humanitário outras entidades que, apesar de não se encontrarem referidas abaixo, assumem um papel significativo, nomeadamente ONG regionais e locais, que detêm um conhecimento profundo do contexto local onde existe necessidade de apoio.

UE

A ajuda humanitária e a proteção civil da UE são prestadas em vários cenários, incluindo catástrofes naturais e catástrofes provocadas pelo Homem, através da *European Civil Protection and Humanitarian Aid operations* (ECHO), que direciona as suas ações para o salvamento de vidas, alívio do sofrimento humano e salvaguarda da integridade das pessoas. A ECHO subdivide-se em Operações Europeias de Proteção Civil

e Operações Europeias de Ajuda Humanitária, que prestam assistência aos países e respectivas populações afetadas, através de ações guiadas pelos princípios de Neutralidade, Imparcialidade, Humanidade, Independência e Solidariedade, também constantes no DIH (UE, 2023). A ajuda humanitária da UE é financiada e prestada em parceria com agências da ONU e outras organizações internacionais, enquanto o domínio da defesa é essencialmente regido pela Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e pela Política Comum de Segurança e Defesa (PSCD). Para além destas políticas, também uma série de estratégias e instrumentos são utilizados pela UE no reforço da segurança e da defesa, onde se inclui a ajuda humanitária. A PSCD garante à UE “uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares” (UE, 2007) com aplicabilidade em missões no exterior, onde se incluem as missões humanitárias e de evacuação, previstas nos artigos 42º e 43º do Tratado da União Europeia (TUE) (UE, 2016a).

A Agência FRONTEX⁶ ajuda os Estados-Membros da UE na proteção das suas fronteiras externas. As atividades desenvolvidas pela FRONTEX estendem-se às operações de busca e salvamento marítimo, sempre que essas decorram no contexto da vigilância das fronteiras marítimas.

A assistência militar, como ramo de atuação da UE, destina-se a ser empregue no desenvolvimento de missões de formação militar que garantam a capacidade militar e a condução das operações. Em 2018, foi criado o *Military Mobility Action Plan*, um plano para o âmbito militar com o objetivo de ajudar as FFAA europeias a responder de forma mais eficaz, relativamente aos ataques que surgem nas fronteiras externas da UE, reforçando a sua capacidade para apoiar os Estados-Membros. O conjunto de obstáculos burocráticos pré-existentes que se transpõem, a interoperabilidade entre as forças militares da UE e o aumento na rapidez de resposta no contexto das operações militares justificam a necessidade e a utilidade deste projeto. De forma a garantir a sua continuidade e o progresso, enquanto é salientada a relevância e o compromisso contínuo da UE neste tópico, foi criado o *Military Mobility Action Plan 2.0*. Em particular, e a título de exemplo, na sequência da agressão da Rússia contra a Ucrânia, iniciada em

⁶ *Frontier Exterior* – Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da UE.

fevereiro de 2022, os dirigentes da UE criaram a *European Union Military Assistance Mission Ukraine* (EUMAM) com o objetivo de treinar as FFAA ucranianas e defender a integridade territorial, protegendo a população civil.

A UE assume um papel relevante no que a este tema diz respeito, constituindo-se como o maior prestador de ajuda humanitária internacional pública perante os desafios humanitários, seguindo uma orientação política global consignada no Consenso Europeu em Matéria de Ajuda Humanitária (Comissão Europeia, 2008), aprovado pelos Governos dos Estados-Membros.

A base jurídica da UE e o seu compromisso em fornecer AH estão previstos no Regulamento da Comunidade Europeia nº 1257/96, de 20 de junho, relativo à ajuda humanitária e nos “Tratados”, assim designados o TUE e o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). No artigo 214º do TFUE vêm descritas as ações no domínio da ajuda humanitária, apesar das circunstâncias e regras em que são executadas estarem definidas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu. A coordenação das ações entre a UE e os Estados-Membros, através da Comissão Europeia, resulta num reforço de eficácia e complementaridade de mecanismos na resposta humanitária, incluindo os pedidos de ajuda de organismos e organizações internacionais ou não governamentais (TFUE, 2016).

ONU

A Carta das Nações Unidas, ou correntemente designada apenas de *Carta*, devido à distinção que assumiu no estabelecimento e desenvolvimento de bases para a criação da ONU, foi emitida na Conferência das Nações Unidas e assinada por 50 Estados-Membros. Este documento tem sido o principal instrumento jurídico em matéria de manutenção da paz e da segurança internacional. Para além de incluir as responsabilidades e regras dos órgãos da ONU, descreve objetivos e princípios no âmbito do DIH, como a promoção da paz e da segurança internacional, proteção dos direitos humanos, cooperação entre as nações, esclarecimento de normas relativas às relações internacionais, bem como a obrigação de resolução de conflitos. A ONU participa ativamente em ações de ajuda humanitária, através do *Department of Peace Operations* (DPO), que desempenha um papel crucial na manutenção da paz e na resolução de conflitos, através da mobilização de recursos e coordenação de esforços

internacionais. As missões de paz da ONU são constituídas por forças militares, forças policiais e civis, sendo que as primeiras participam ativamente na proteção dos últimos, os quais se dedicam unicamente a prestar apoio humanitário. Estes atores humanitários, no seu conjunto, concorrem para a promoção da estabilidade e garantia dos processos de paz.

O empenhamento de militares em missões da ONU pressupõe a existência de uma resolução do Conselho de Segurança que autorize a sua participação. Após a emissão da resolução, a Sede da ONU comunica aos Estados-Membros a identificação do pessoal a envolver e o respetivo empenhamento. Com a natureza de multidimensionalidade das operações, os “capacetes azuis”, assim apelidados os militares destacados para integrar forças de comando e controle da ONU, podem desempenhar uma diversidade de funções, entre as quais a proteção de civis e pessoal da ONU, o treino e ajuda do pessoal militar do país de destino e o fornecimento de segurança. Uma variedade de militares são empenhados neste tipo de missão, devido ao seu nível de treino, independentemente do seu ramo, posto ou especialidade. Em ambientes de manutenção da paz, as mulheres militares têm um impacto cada vez mais positivo e crucial, principalmente naquilo que é a proteção dos direitos da mulher, pelo que é atualmente um imperativo operacional a sua participação. Para além desta meta, existem outras necessidades a contornar na incorporação em termos de pessoal, como sejam engenheiros e militares com capacidade para reconstrução de edifícios, pilotos de helicópteros e pessoal médico (ONU, 2023).

O Quadro de Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015-2030 (United Nations Office for Disaster Risk Reduction, 2015) foi apresentado na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas, em Sendai, no Japão, a 18 de março de 2015. Este documento tem como expectativa futura a redução da mortalidade e das perdas em ativos económicos, físicos, sociais, culturais e ambientais, sendo o objetivo principal o de mitigar o risco de desastres. Para atingir este patamar, são estabelecidas neste documento algumas prioridades de ação e princípios orientadores, baseados na prevenção do risco de desastres e, portanto, relacionados com a quantidade de pessoas que dependem de apoio humanitário.

No caso específico das FFAA, o papel dos militares em missões humanitárias encontram-se ao abrigo das diretrizes sobre a utilização dos seus meios e da proteção civil para apoiar operações humanitárias de emergência complexas - Diretrizes *Military and Civil Defense Assets* (MCDA) - e as diretrizes sobre a sua utilização e da proteção civil na resposta internacional a catástrofes – Diretrizes de Oslo (Madiwale & Virk, 2011). Estas diretrizes estabelecem princípios orientadores para a utilização dos meios das FFAA e da proteção civil em situações como desastres naturais ou crises humanitárias, cooperando para a coordenação e cooperação na gestão da situação de crise, enquanto cumprem o estabelecido no DIH. Ainda sobre a regulação das hostilidades definida para o emprego das FFAA, no âmbito das operações internacionais, as Convenções de Haia, adotadas nos Países Baixos entre 1899 e 1907, apresentam um dos principais tratados através dos quais os militares portugueses guiam a sua conduta de guerra.

Tabela 5 - Normativo Internacional na Coordenação Civil-Militar

Normativo	Assunto
Diretrizes de Oslo (2007)	-Diretrizes para uso de recursos militares e de defesa civil estrangeiros em catástrofes ou desastres naturais
Diretrizes sobre a utilização de meios das FFAA e da proteção civil para apoiar operações humanitárias de emergência complexas (2008)	-Relações civil-militar em situações de emergência complexas, pelo <i>Inter Agency Standing Committee</i> (IASC)
	-Diretrizes de utilização de recursos militares e de defesa civil em apoio às operações humanitárias das Nações Unidas em situações de emergências complexas – Diretrizes MCDA
	-Uso de escoltas militares armadas para comboios humanitários
	-Manual de Campanha das Nações Unidas para coordenação civil-militar

Fonte: Adaptado de Rosa e Bandeira (2016)

MICVCV

O MICVCV, orientado por sete princípios fundamentais, que são os anteriormente referidos para a CVP, é formado por três componentes:

- CICV ou *International Committee of the Red Cross* (ICRC) - uma organização internacional, neutra e independente, que atua em exclusividade na ação humanitária, seguindo as Convenções de Genebra;
- Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICV) - representante oficial das suas Sociedades-membros, baseada nos princípios do MICVCV;
- Sociedades Nacionais- personificam o trabalho e os princípios do MICVCV em 192 países, sendo que cada país poderá ter uma Sociedade Nacional da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho reconhecida. Estas Sociedades trabalham no âmbito humanitário através de programas de socorro em situações de desastre, saúde e sociais. Em conflitos armados, apoiam as FFAA, nomeadamente os serviços médicos, e assistem a população afetada (ICRC, 2023).

As Convenções de Genebra (1949) englobam quatro tratados e, mais recentemente, dois protocolos (1977), emitidos pelo CICV e assinados por vários países representantes, incluindo Portugal. As Convenções de Genebra estabelecem os direitos das pessoas que não estão envolvidas diretamente nas hostilidades, como civis, feridos ou prisioneiros de guerra, e algumas regras de conduta em situações de conflito armado, baseadas no DIH. O objetivo é o de estabelecer padrões mínimos de proteção da dignidade humana e dos direitos humanos.

NATO

Segunda a doutrina NATO, em específico as *Allied Joint Publication* (AJP), são definidos dois tipos de operações militares, Operações de Defesa Coletiva do Artigo 5 e *Crisis Response Operations* (CRO) não artigo 5 ou NA5CRO. No âmbito das CRO, as *Peace Support Operations* (PSO) são conduzidas de forma imparcial, normalmente apoiadas pela ONU ou pela *Organization for Security and Co-operation in Europe* (OSCE), ambas as organizações reconhecidas internacionalmente.

A publicação AJP-3.4.1. (NATO, 2001) descreve a doutrina militar para a condução das PSO, incluindo a cooperação civil-militar, enquanto salvaguarda o papel militar, para criar as condições necessárias para que outras organizações executem as suas funções humanitárias. As atividades relacionadas com a ajuda humanitária podem ser

independentes ou parte de uma PSO, e neste campo é necessária a coordenação militar com as organizações de ajuda civis. Este envolvimento militar, que tende a ser de curto prazo e orientado para a situação de conflito, deverá ser tal que não crie dependência na sua interação, nem seja contraditório aos programas de desenvolvimento.

De acordo com a publicação AJP-3.19. (NATO, 2018), a sigla *Civil-Military Cooperation* (CIMIC), utilizada na terminologia militar, compreende um conjunto de capacidades que podem ser usadas em apoio da consecução dos objetivos de uma missão militar, através da participação num conjunto alargado de *Civil-Military Interaction* (CMI). A ONU usa, normalmente, a abreviatura “CM Coord” - *Civil-Military Coordination*. (Branco, 2007, p. 79). O processo de coordenação subentende a organização de pessoas, do ponto de vista logístico, para fazê-las trabalhar juntas, de forma eficaz, ao passo que a cooperação se verifica numa situação em que as pessoas ou organizações cooperantes trabalham juntas para alcançar um objetivo final que as beneficiará a todas (Alegre, 2013). A harmonização de esforços é apenas o resultado de uma ação de coordenação, mas para atingir o objetivo comum existe necessidade de cooperação, dentro de um ambiente de apoio ao plano do comandante militar, de acordo com o AJP-3.19. (2018).

No âmbito da CIMIC, existem alguns constrangimentos que podem afastar as duas partes, tanto o lado civil, como o lado militar. As ONG fracassam na ausência de meios de coerção ou força armada, por exemplo, podendo esse ser um desafio que tenham de enfrentar, na ausência de cooperação com as FFAA. Do princípio da imparcialidade, ressalta-se que as ONG devem, em todas as circunstâncias, abster-se do decurso de eventuais operações militares que possam ocorrer sem, no entanto, negligenciar a sua ação de assistência. As forças da NATO, com mandato da ONU, enfrentam vários problemas no âmbito do direito à intervenção, no que toca à legitimação das suas ações, na prevenção de conflitos e na gestão de contextos litigiosos, do ponto de vista jurídico e dos meios que dispõe (Januário, 2020). A NATO estabeleceu, então, um acordo, edificado numa Convenção, que regula as relações entre as forças militares dos Estados-Membros e as forças militares do Estado-Membro anfitrião, nas operações que decorrem dentro do âmbito geográfico da organização, a *Status Of Forces Agreement* (SOFA) da NATO (Presidência da República, 1955).

1.4. Estado da Arte

Num cenário mundial de contínua globalização e necessária interdependência, em que emerge uma diversidade de fenómenos de origem natural e/ou humana, afiguram-se ameaças e riscos cada vez mais imprevisíveis, com consequências “tão nefastas quanto incontrolláveis para o bem-estar das populações, pelo que impera conhecê-los, urge antecipá-los e impõe-se preveni-los, tanto quanto possível” (Martins, 2018). Esta urgência na resposta humanitária é justificada pelo conhecimento comum de que as vítimas mais vulneráveis, em situações de crises humanitárias, são os civis, nomeadamente as populações residentes em países em desenvolvimento. De acordo com Monteiro, Pedra e Pinto (2018), as situações que desencadeiam a necessidade de apoio humanitário são as mesmas que podem, potencialmente, constituir uma ameaça à segurança regional e internacional e, assim, à paz, pelo que importa referir a importância que as operações de apoio à paz também assumem neste tema.

Apesar desta necessidade, a ajuda humanitária constitui-se como um imperativo moral, sendo essencial que os intervenientes humanitários respeitem e preservem as normas constantes no DIH, no decorrer de Operações de Apoio Humanitário (Comissão Europeia, 2008). Para além disso, a imperatividade de uma avaliação detalhada dos preceitos legais aplicáveis às operações justifica-se devido à crescente participação, pois só dessa forma é possível assegurar um legítimo emprego e uma garantia da segurança do pessoal envolvido.

Fazem parte do Regulamento Interno das Operações deste tipo os planos operacionais e as *Rules Of Engagement* (ROE). Os primeiros são elaborados pelo Comandante da Força, e resultam numa interpretação dada a uma força pelos órgãos competentes da Organização que lidera, no âmbito estritamente militar do mandato. Nestes planos estão explícitas as estruturas de comando e controle, a atribuição de funções, os vários níveis de comando, a segurança da força e o estado de preparação para combate, bem como a relação com os *media*. No que diz respeito às ROE, é fundamental que as mesmas se mantenham sigilosamente na posse do pessoal competente, pois constituem informação classificada, nomeadamente as condições e medidas precisas do uso da força durante as operações de paz. Este conjunto de regras são elaboradas antes de cada missão e de acordo com os Estados que empregam os seus

militares, pelo que variam de acordo com o enquadramento político e a segurança vigente. A sua consulta é feita sempre que julgado necessário, estando descritas em linguagem acessível através de cartões entregues aos militares. Apesar da organização internacional ou regional deter a autoridade operacional sobre as forças empenhadas na operação e colocadas ao seu serviço, o seu Estado de origem retém a responsabilidade disciplinar, civil e penal sobre as mesmas (Silvestre, 2010).

A diversidade de atores humanitários envolvidos na resposta humanitária (Figura 4), que atuam durante uma crise ou um conflito, são guiados individualmente por diversos princípios humanitários ou por uma parte de princípios humanitários já reconhecidos por outra entidade. No caso da Marinha Portuguesa, como ramo das FFAA, quando empenhada num cenário deste tipo, faz-se representar pelos valores, princípios e interesses pertencentes ao Estado Português e, conseqüentemente, às FFAA. De igual modo, são ainda reconhecidas as funções desempenhadas pelo oficial de ligação integrado nos centros de coordenação operacional ou no estrangeiro, responsável por facilitar e agilizar o contacto com os agentes locais e outras organizações envolvidas, no sentido de apurar necessidades e unir esforços, de acordo com a Lei de Bases da Proteção Civil (2015).

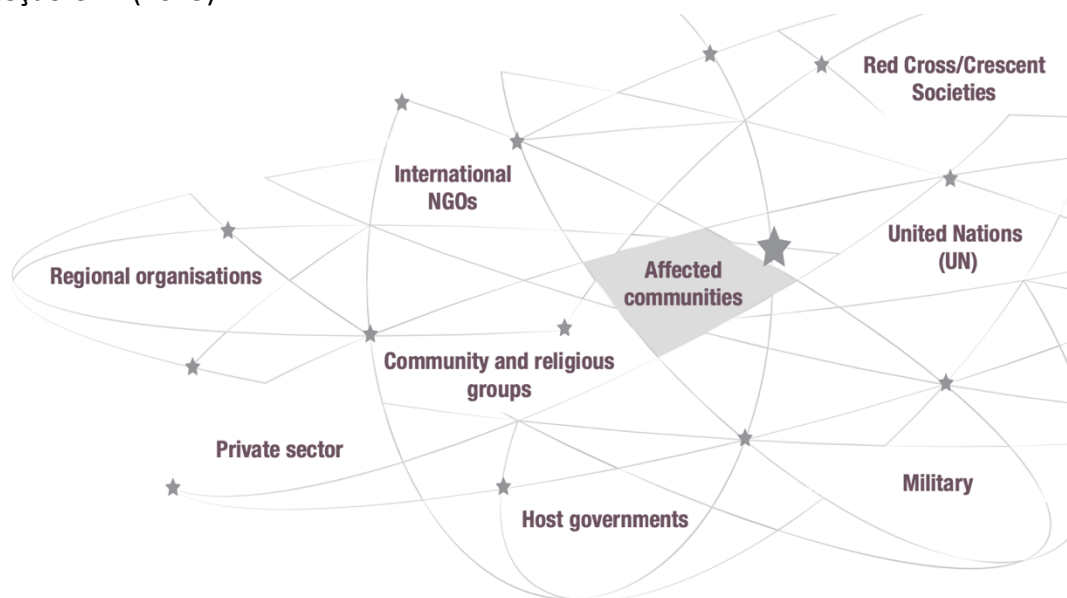


Figura 4 - Atores humanitários envolvidos na resposta humanitária

Fonte: Saavedra (2015)

Os atores que intervêm na resposta humanitária atuam de formas distintas, dependendo, essencialmente, da participação militar ou civil na missão. A diferenciação, de acordo com o contexto, da missão militar e da missão humanitária levada a cabo por qualquer organização está exposta na tabela seguinte.

Tabela 6 - A Missão Militar e a Missão Civil

Contexto	Missão Militar	Missão Civil
Equipa	Única, preparada e treinada	Rotativas, desconhecidas e sem treino
Cenário	Conhecido antes da mobilização	Conhecido no terreno
Objetivos	Definidos antes da mobilização	Definidos no terreno
Logística	Preparada antes da mobilização	Improvisada no terreno
Segurança	Risco elevado, mas assumido	Risco baixo, mas imprevisto
Remuneração	Suplemento de missão	Voluntariado

Fonte: Adaptado de Martins (2018)

Ainda que o propósito final seja o de assegurar que a ajuda necessária é prestada às populações, este contexto de multiplicidade de atores sob a bandeira humanitária poderá tornar complexo o atingir do objetivo final (*University of Deusto*, 2006). O sucesso das ONG está dependente do lugar onde podem atuar e, portanto, os setores público e privado não têm todas as respostas, só a coordenação entre os dois pode conduzir a bons resultados (Clark, 1993).

Posto isto, segundo Jochems (2006),

“alguns comentadores acreditam claramente que o trabalho de ajuda humanitária pode ser executado com maior eficácia e de forma mais económica por atores civis, quer por autoridades nacionais, organizações internacionais ou organizações não-governamentais. (...) infelizmente, existem ocasiões em que a catástrofe assume tais proporções que as Unidades de intervenção primária

(...) são simplesmente ultrapassadas pelos acontecimentos. É nestas ocasiões que as Forças Armadas podem e devem ser envolvidas (...).”

No que respeita à influência humana, a perspetiva é a de um futuro com aumento crescente do volume de solicitações para emprego das FFAA em operações de apoio humanitário, promovendo a necessidade de emprego de militares com capacidades técnicas e equipamentos adequados a este tipo de intervenção (Gomes, 2022). Para além de uma avaliação institucional à doutrina, formação, treino e meios disponíveis, é igualmente relevante que sejam efetivas as ações de cooperação entre a Marinha Portuguesa e outras organizações nacionais, bem como a cooperação entre os ramos das FFAA, na perspetiva de Forças Conjuntas⁷, e entre as FFAA e outros países pertencentes às organizações internacionais de que Portugal faz parte, no âmbito das Forças Combinadas⁸. Portugal coopera, no âmbito do MDN com outros Estados, através de relações bilaterais, e integra igualmente diversas iniciativas multilaterais, para além da resposta fornecida às principais organizações internacionais. A título de exemplo, no âmbito das relações multilaterais, no decorrer do ano 2023, Portugal assumirá a presidência da Iniciativa “5+5 Defesa”. Esta Iniciativa de cooperação foi criada entre dez países para procura de soluções que respondam a preocupações comuns em vários domínios, como sejam a segurança e a participação das FFAA em apoio a ações de Proteção Civil.

Por este motivo, existe necessidade de fomentar e efetivar o relacionamento civil-militar que, necessariamente, se estabelece entre forças militares e atores internacionais humanitários, ainda que, doutrinariamente, a ONU já reúna esforços nesse sentido (Henriques, 2012).

De forma a que as FFAA atinjam, na sua execução, a eficácia desejada, e em consonância com a dimensão política, há que aprofundar e adaptar a cultura militar tradicional, centrada na liderança de uma guerra, para uma maior permeabilidade face à sociedade civil. A necessária adequação à mudança cria um paradigma multifuncional

⁷ Constituídas por elementos de dois ou mais ramos das FFAA.

⁸ Constituídas por elementos de dois ou mais países.

na profissionalidade militar, com uma nova condição de atuação e com novos desafios a enfrentar (Moreira, 2010d).

A necessidade de mitigar o sofrimento humano está diretamente dependente da gestão e resposta de quem tem o controle da operação, neste caso, humanitária. Para tornar o sistema de resposta operacional eficaz e eficiente há que apostar numa liderança, também ela eficaz e eficiente. Na gestão de emergências, a liderança é amplamente reconhecida (Hannah, 2009), visto que é aos líderes a quem cabe a função de guias do público para a via da normalidade, por meio de uma postura decisiva, num cenário de confusão e caos (Anderson, 2002). Segundo o Almirante António Silva Ribeiro, CEMGFA entre 1 de março de 2018 e 1 de março de 2023, as competências de um líder devem incluir a visualização da situação futura que se pretende atingir, a motivação dos seus subordinados e a identificação com essa visão, para que, em conjunto e com o contributo de todos, a alcancem (Ribeiro, 2023).

A CRP atribui às FFAA a incumbência de participar em missões humanitárias e colaborar em missões de proteção civil, referência essa que se encontra vertida na documentação estruturante da Defesa Nacional (Nunes, 2020). O papel desempenhado pelas FFAA no âmbito da manutenção da paz e da segurança internacional é o reflexo do rigoroso cumprimento da sua missão e do seu compromisso, não só para com o Estado, mas também com os valores humanitários (Januário, 2020). A atuação dos militares constitui-se como um instrumento central da política externa do país durante a sua participação em missões internacionais, mas também internamente, e fruto das missões realizadas e lições aprendidas, evidenciam uma elevada capacidade de adaptação e preparação para ambientes díspares. A integração militar no quadro de operações de apoio humanitário contribui para aumentar a doutrina e os testemunhos das missões, estimular a modernização dos seus equipamentos, aumentar as sinergias entre os diferentes ramos, com uma linguagem operacional genérica, e adaptar o ângulo social e cultural na forma de agir, respeitando outros países e as suas realidades (Moreira, 2010b).

Os meios que a Marinha disponibiliza incluem eficiência e eficácia para o emprego de forças no âmbito das operações humanitárias, resultando num conjunto de atributos inerentes ao poder naval. Denotam-se quatro características principais, que

potenciam o papel das Marinhas em operações de paz, designadamente mobilidade, autonomia, flexibilidade e prontidão (Monteiro, Pinto, & Pedra, 2018). O papel determinante da Marinha Portuguesa prende-se com a sua capacidade de adaptação, rentabilização e otimização dos meios e procura de sinergias. Estas características permitem que em situações de busca e salvamento, evacuação de migrantes, sustentação logística, prestação de cuidados médicos, transporte de pessoas e meios, comando, controlo e comunicações se verifique um eficiente e eficaz cumprimento das missões que lhes são incumbidas (Nunes, 2020). O conceito de “Marinha de duplo uso”, de onde é retirado proveito da redundância dos meios e capacidade adaptativa, para promover sinergias entre vertentes distintas da sua atuação (Henriques, 2009), pode ser potenciado através de formação específica, treino de Táticas, Técnicas e Procedimentos (TTP) e aumento de exercícios (Almeida, 2020). Apesar de tudo, não se retiram apenas valências, mas também limitações, nomeadamente na ausência de uma estrutura específica destinada a este tipo de missões e a falta de um Navio Polivalente Logístico (NAVPOL), com um valor incalculável em operações de apoio humanitário e outras, devido à sua potencial polivalência e flexibilidade (Nunes, 2020). A necessidade de utilização de um meio como este tem vindo a ser referenciada por vários autores, ficando até comprovada a sua carência através de outras ocasiões, em que a Marinha recorreu aos seus aliados da NATO (Afonso, 2010). Neste âmbito, a Marinha Portuguesa insere-se, atualmente, e de acordo com a Diretiva Estratégica da Marinha 2022, num quadro de tecnologia e avanço que acompanha a imprevisibilidade da evolução cibernética e tecnológica. Para além disso, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), prevê-se a aquisição de uma plataforma naval multifuncional e um navio reabastecedor de esquadra com o objetivo respetivo de, entre outras funcionalidades, dar resposta a emergências civis e ser empregue em situações de AH, com edificação expectavelmente concluída até 2025.

Atualmente, a guerra de que se fala é assimétrica, no sentido em que o confronto decorre entre recursos bélicos, táticas, e conceitos de guerra díspares, tornando-a altamente flexível nos seus movimentos. No seio desta assimetria, os recursos da guerra da informação vêm proporcionar meios ilimitados de ataque, sem necessidade de recurso a batalhas no terreno, pelo que nesta vertente não física e tecnológica da guerra importa salientar que o trabalho de logística humanitária se torna particularmente

inexequível. A guerra de quarta geração ou *Fourth-Generation Warfare* (4GW) teoriza o conflito global que mobiliza todos os recursos existentes, incluindo humanos, bélicos, políticos, económicos e culturais. Exemplo disso mesmo é a proliferação nuclear, bem como a guerra de mísseis e de *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV), que assume no presente o seu desenvolvimento e melhoramento, enquanto se espera deles um desafio (Moreira, 2010c).

A redução dos fundos financeiros aplicados ao setor da Defesa diminuem com o aumento das exigências e obrigações estaduais, o que origina uma situação de contrassenso político. A burocratização dos apoios logísticos, a disparidade de doutrinas e a carência de órgãos de comando resulta numa conjectura e descredibilização das organizações e das suas equipas, comprometendo as suas ações. A escassez de recursos humanos e a falta de meios, que afetam diretamente a capacidade de atuação e participação da Marinha Portuguesa nas operações, a inexistência de protocolos de dados para partilha de informação entre os diversos atores participantes e a inexistência de interoperabilidade entre os diferentes sistemas e equipas, são também reconhecidos aspetos deficitários (Campos, 2019). O desenvolvimento tecnológico e a automação poderão ser a solução para uma melhoria na resposta, embora o estudo das lacunas e lições aprendidas com as operações do passado, a troca de formação entre organizações e a ativação de mecanismos de coletividade sejam a voz para a criação de um futuro preparado e precavido, em vez de limitado na resposta ao presente (Fritz, 2008).

2. O emprego da Marinha Portuguesa em apoio humanitário

2.1. Importância

Para além de um imperativo moral, e de se encontrar prevista e legislada a participação da Marinha neste âmbito, a importância de responder a operações de carácter humanitário justifica-se pelos motivos de afirmação do poder naval e do alinhamento com a sua missão: “Promover e Proteger os interesses de Portugal no e através do mar” (Marinha, 2022). O compromisso com esta missão estende-se à prestação de apoio a pessoas necessitadas, nomeadamente em situações diminuídas, provocadas por crises e catástrofes. A participação neste tipo de ações materializa, acima de tudo, a expressão fundamental do valor universal que é a solidariedade entre as pessoas. A Marinha Portuguesa assegura o cumprimento da sua missão a partir de um núcleo comum quando se encontra envolvida no âmbito humanitário, mesmo em missões de cariz militar, em que o objetivo principal não é o de prestar apoio humanitário.

Uma Marinha holística estará, certamente, mais bem preparada e adaptada que uma outra com um foco unicamente militar, devido à diversidade de circunstâncias e ambientes com as quais se confronta. No mar, essa visão é colocada em prática segundo um modelo de atuação, pela própria natureza dos atores (estatais e não estatais), dos fenómenos (humanos e naturais) e das atividades (económicas, políticas, militares, criminais, lazer e outras) (Cagarrinho, Godinho, Santos, & Silva, 2022).

No ano de 2022 foram salvas 516 pessoas, em 458 ações de busca e salvamento marítimo, coordenadas pela Marinha Portuguesa. Para o sucesso deste feito colaboraram diversas entidades e organismos, como a Autoridade Marítima Nacional (AMN), a Força Aérea Portuguesa (FAP) e outros meios e recursos pertencentes à Estrutura Auxiliar do Sistema Nacional de Busca e Salvamento (Marinha, 2023). O planeamento e a concretização de ações de busca e salvamento no mar constitui-se como um dos exemplos mais imediatos de salvaguarda da vida humana no mar, quando o assunto são as capacidades que concorrem para o cumprimento de ações de interesse público, relativas ao exercício da autoridade do Estado nos espaços sob soberania e jurisdição nacional.

Um outro reconhecido exemplo é salientado pelas atividades desenvolvidas pela Marinha Portuguesa em Operações da UE, no âmbito da Agência FRONTEX, no Mar Mediterrâneo. Entre 2015 e 2023 foram salvas 615 087 vidas nas rotas do mar Mediterrâneo e da África Ocidental (Conselho da UE, 2023), muito devido à crise de refugiados⁹ que ali atinge níveis críticos. A UE tem três operações da FRONTEX que decorrem no Mediterrâneo, a Operação Themis, que veio substituir a Operação TRITON, a Operação Poseidon e a Operação Indalo, que contribuem para proteger as fronteiras da UE e resgatar os eventuais migrantes. No Apêndice D são apresentados os recursos da Marinha empregues nas operações conjuntas da Agência FRONTEX, entre 2014 e 2022, com especial destaque para a Operação TRITON, em 2014, onde a Marinha resgatou mais de 400 pessoas, no espaço temporal de 72 horas.

O emprego da Marinha em operações humanitárias é de elevada importância, em cenários de natureza mais complexa e com consequências mais gravosas ou em ações simples, mas que fazem toda a diferença; seja pelo empenhamento de uma equipa médica (uma médica ginecologista/obstetra e uma enfermeira) na sequência do sismo no Paquistão, em 2005, seja através do apoio prestado pelo NRP *Viana do Castelo* (integrado numa força de guerra de minas da NATO para o Mediterrâneo) a um veleiro com migrantes, à deriva no Mar Jónico, onde fez o acompanhamento contínuo desse veleiro e serviu de barreira próxima ao vento e ondulação durante o transbordo dos migrantes para a lancha da Guarda Costeira Italiana, segundo o artigo “NRP *Viana do Castelo*: Integração na Força de Guerra de Minas” (Revista da Armada nº1031, 2023, p.11).

É inevitável destacar a importância da capacidade de projeção dos meios da Marinha Portuguesa. A celeridade na mobilização e a consequente resposta a pedidos de ajuda nacionais ou internacionais, que surgem de forma inopinada durante a natural permanência no mar ou durante a navegação em áreas de missão, é fator revelador da singularidade que os seus meios assumem.

⁹ Resultante da crescente pressão migratória sentida no Espaço Schengen, particularmente a do flanco sul, resultante da Primavera Árabe de 2010 e dos conflitos da Líbia e da Síria.

2.2. A Formação, o Treino e os Meios

Mais do que compreender o conceito e os princípios orientadores de uma operação humanitária, devem os atores intervenientes considerar um planeamento e uma preparação prévia ao seu empenhamento, principalmente aqueles que respondem a situações inopinadas. Há que antecipar o conhecimento da diversidade de tarefas passíveis de serem desempenhadas, bem como os meios, organizações, autoridades, forças e ferramentas suscetíveis de serem empregues e acionadas. Um estudo antecipado do idioma, cultura e contexto social em que decorre a operação orienta a atuação de quem presta apoio, direcionando-a para as pessoas que mais necessitem. O conhecimento deste conjunto de fatores pelos atores humanitários, contribui para uma melhor organização e formação, garantindo as possibilidades de sustentação durante a operação.

Cada operação humanitária tem as suas características, derivada da sua dimensão, em termos de consequências, do local e contexto sociocultural onde decorre, e da capacidade dos atores humanitários para prestar apoio. Para garantir que essa capacidade se mantém, são ministradas formações e são dirigidos treinos às populações e às organizações que intervêm nesta tipologia de operação. A Marinha participa em ações de treino que contribuem para o sucesso das operações reais, por meio de exercícios e formações, que garantem que os militares estão aptos a responder eficazmente e eficientemente (Silva, 2011).

Ao nível internacional, no âmbito das forças conjuntas e combinadas, a NATO dispõe de uma rede de escolas de formação, que realizam cursos e exercícios com regularidade, em específico, a Escola da NATO, na Alemanha, que direciona a formação para a área logística, comunicações, planeamento civil de emergência ou CIMIC (NATO, 2022). Ao nível nacional e interno da Marinha, a Escola de Tecnologias Navais (ETNA), no Departamento de Limitação de Avarias (DLA), dispõe de um Parque de Treinos de Assistência Humanitária e Medicina de Catástrofe (PTAHMC), constituído por infraestruturas e vários simuladores, apelidado de “Vila D’Ela”, bem como um Centro de Simulação Médica da Marinha (CSMM), ambos utilizados para simulação de cenários de catástrofe, no âmbito do apoio humanitário. A “Vila D’Ela” permite treinar várias ações, como a remoção de sinistrados de escombros de edifícios, assistência médica, instalação

de um hospital de campanha, alojamento da população sinistrada, reforço estrutural de edifícios, recuperação de estradas e pontes, combate a incêndios, recuperação de circuitos elétricos e de água, descontaminação biológica e química e contacto com a imprensa (Silva, 2011). O CSMM permite a prática de Suporte Básico de Vida (SBV) e a aplicação de noções de medicina de catástrofe, por parte das equipas médicas das Unidades Navais (Santos, 2013). Na sequência da formação destes militares, o CSMM desenvolveu quatro cursos, com vista à formação para situações operacionais:

- ASS27 – Curso Básico de Socorrismo, com a duração de dois dias úteis, com o objetivo de treinar SBV com Desfibrilhador Automático Externo (DAE). Este curso destina-se a todos os militares e militarizados da Marinha, oficiais, sargentos ou praças.
- ASS28 - Curso Complementar de Socorrismo, com a duração de quatro dias úteis, que habilita os militares, perante uma situação de catástrofe, a fazer triagem das vítimas (avaliação primária) até chegar ajuda diferenciada, a avaliação secundária e a evacuação. Este curso destina-se a militares que ocupam condições de Socorristas nas Unidades Navais ou em Unidades em Terra, Fuzileiros e Mergulhadores.
- ASS30 - Curso de Emergência em Combate, com duração de seis dias úteis, com o objetivo de preparar os militares para o socorro em combate, em que as atitudes do militar se encontram em simbiose com a parte tática, ou seja, é atribuído privilégio à missão e depois ao socorro. Este curso destina-se a militares Fuzileiros e Mergulhadores que estejam em aprontamento para missões em ambiente hostil.
- ASS29 - Curso de Suporte Avançado de Vida (SAV), com uma duração de três dias úteis, tem como objetivo treinar no manequim todas as técnicas de monitorização, reconhecimento de arritmias, intubação endotraqueal, desfibrilhação e administração de fármacos, que constituem o SAV. Enquanto decorre o treino no manequim é simultaneamente possível injetar num simulador (SIM-MEN 3G)¹⁰, através de um *software* próprio, diversos incidentes, de forma a que o profissional de saúde tome decisões terapêuticas

¹⁰ Simulador com capacidade para gerar situações clínicas de emergência complexas.

cada vez mais complexas. Este curso destina-se a médicos e enfermeiros militares.

A formação das equipas de saúde, formadas por três tipos de militares (médico, enfermeiro e socorrista), passa pelos cursos mencionados acima, para além da sua formação base. A gestão de vagas para a frequência destes cursos, que decorrem anualmente, é da responsabilidade da Direção de Formação da Superintendência do Pessoal (Terra, 2018).

Sempre que as Unidades Navais se encontrem no seu período de treino operacional, o Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN) é responsável por organizar exercícios DISTEX¹¹, realizados no PTAHMC da ETNA. Neste exercício é treinada a AH e a medicina de catástrofe a uma população, simulando a utilização das valências que a Unidade Naval (UN) dispõe a bordo para prestação de socorro. Para além do DISTEX, a Marinha participa no exercício anual conjunto “Lusitano”, sob a égide do EMGFA, com o objetivo de simular uma situação de tensão ou crise numa dada região, incluindo um cenário de proteção e evacuação de cidadãos nacionais. Para além destas possibilidades de treino, as FFAA participam em exercícios com as entidades com as quais cooperam habitualmente, a título de exemplo refira-se o exercício “Terra Treme”¹², promovido pela ANEPC, que conta já com dez edições, e pretende sensibilizar os cidadãos para o risco sísmico.

As Unidades Navais estão sujeitas a um sistema de avaliação do seu nível de prontidão, verificado a partir de um conjunto de treinos e exercícios que os certifica para as missões que lhes competem. As Unidades Navais que integram forças da NATO frequentam o *Operational Sea Training* (OST), um momento intenso e singular no seu ciclo operacional, realizado no Reino Unido. Durante esse período, é treinado o navio, em todos os seus espectros e ambientes operacionais navais, maximizando a sua capacidade, e a sua respetiva guarnição (Branco, 2009). Este modelo de treino não é específico nem orientado para aprontar os meios e os militares para operações de apoio

¹¹ *Disaster Relief Exercise.*

¹² <https://www.aterratreme.pt>.

humanitário, no entanto, uma parte significativa das competências desenvolvidas têm aplicação nesse tipo de missão.

No sentido de fomentar a interoperabilidade, no que respeita à formação e ao treino das FFAA em parceria com outra entidade, surge o protocolo de cooperação entre o MDN e a CVP, celebrado a 13 de julho de 2009, em Lisboa. Este protocolo consiste na troca de formação e treino nas áreas do apoio à sobrevivência em situações de emergência, no âmbito nacional e internacional, da cooperação sanitária e de outras que sejam acordadas entre as partes. Este protocolo permite o intercâmbio na formação de quadros especializados, entre as FFAA – que disponibilizam cursos, que no caso da Marinha, são do âmbito da medicina subaquática e hiperbárica ou cursos de mergulho, e a CVP – com a Escola de Socorrismo, a Escola Superior de Saúde, a Escola Superior de Enfermagem e o Departamento de Relações Internacionais da CVP – que disponibilizam licenciaturas e cursos de formação aos militares. O emprego de forças de fuzileiros envolve militares com preparação prévia, sendo apenas realizadas pequenas ações de coordenação durante o trânsito para o local da missão em que foram empenhados. Aos mergulhadores incumbe formações e treinos ministrados no âmbito das suas competências técnicas específicas (Nunes, 2020). Através do Corpo de Fuzileiros, a Marinha também colabora com a ANEPC, integrada nos planos pré-existentes, com militares em prontidão elevada para os mais variados cenários, como cheias e incêndios.

No âmbito do emprego e articulação das capacidades militares do AMEC, o EMGFA e a Marinha emitiram uma diversidade de planos operacionais e de contingência suscetíveis de serem empregues em resposta a riscos coletivos, isto é, a situações de acidente grave ou catástrofe. Dos planos emitidos, enumeram-se, a título de exemplo:

- Plano CAPPELUS: Plano Nº OO1/EMGFA/2021 – Participação das FFAA no AMEC;
- Plano REVELLES: Plano Nº OO2/EMGFA/2021 – AMEC: vigilância e deteção no âmbito do sistema integrado de gestão dos fogos rurais;
- Plano HEFESTO II: Plano Nº OO3/EMGFA/2021 – AMEC: apoio ao combate no âmbito do sistema integrado de gestão dos fogos rurais;

- Plano HÍGIA: Plano Nº 05/EMGFA/2020 – Emprego das FFAA em apoio à situação de crise sanitária resultante da COVID-19, perante o agravamento das consequências da pandemia;
- Plano de Operações ARCA 2018 – Orientado para a intervenção nas bacias hidrográficas dos rios Tejo, Douro, Mondego, Sado e Guadiana, em particular, nas situações resultantes de cheias e inundações.

A FRI encontra-se vocacionada, de entre uma variedade de missões, para atuar em situações de crise ou catástrofe, numa lógica humanitária, assegurando os compromissos no âmbito bilateral e multilateral. Esta força assegura a prontidão e preparação das FFAA para atuar, e, à ordem, empregar os seus militares em TN ou no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural (EEINC)¹³. Cabe a cada ramo das FFAA assegurar a sustentação das respetivas forças, unidades e meios que estejam atribuídos à FRI, garantindo a sua prontidão de resposta a situações que a exijam, de acordo com a DIROP Nº004/CEMGFA/2018.

A complexidade do ambiente das operações exige uma maior coordenação entre atores, programas e atividades devido ao impacto e interdependência entre eles. Neste sentido, para além da FRI, as FFAA edificam e aprontam uma Companhia Geral CIMIC (CGerCIMIC) para ser empregue em TN ou num Teatro de Operações (TO) externo, decorrente dos compromissos internacionais assumidos. A CIMIC é aplicável a todos os tipos de operações NATO, sendo pedido aos Comandantes que apliquem, na condução das operações, uma abordagem compreensiva, segundo os princípios pré-estabelecidos. De entre as várias funções desempenhadas pelos militares, as principais funções CIMIC incluem a ligação civil-militar, o apoio às forças militares e o apoio aos atores não militares, de acordo com a DIROP Nº017/CEMGFA/2018.

Para a realização de operações e missões, a Marinha dispõe de duas estruturas operacionais, o Comando Naval (COMNAV) e a Direção-Geral de Autoridade Marítima (DGAM), cujo quadro de atuação se complementa (Henriques, 2009). Os meios aeronavais da Marinha, disponíveis para emprego em operações de apoio humanitário,

¹³ Consideram-se áreas de interesse do EEINC qualquer zona do globo em que, em certo momento, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afetar.

englobam fragatas, patrulhas oceânicas e helicópteros orgânicos. Estes meios podem ser empregues dependendo do grau de prontidão a que respeitam, estabelecidos anualmente no Planeamento Operacional das Unidades Navais de Fuzileiros, de Mergulhadores e dos Destacamentos de Helicópteros (Nunes, 2020). Para além dos meios referidos, a Marinha tem capacidade para fornecer condições de habitabilidade e confeção de refeições, a bordo das Unidades Navais ou em Unidades em Terra.

Em situação de empenhamento numa operação, as atividades e meios relacionadas com a saúde na Marinha são atribuídos à Saúde Operacional do Centro de Medicina Naval (CMN). Segundo a ITSAUD 2B (2018), publicação da Direção de Saúde (DS) da Marinha, o conjunto de medicamentos e dispositivos médicos a requerer por cada entidade da Marinha, para cada situação específica, identificam-se segundo um nível e o tipo de tabela vencida pelas Unidades/Estabelecimentos/Órgãos (U/E/O). No âmbito do apoio humanitário, as tabelas especiais (E1, E2 e E3), assim designadas pelas características específicas que assumem, poderão ser ativadas pela DS da Marinha, dependendo da situação que o justifique. A Tabela 6 apresenta as tabelas especiais previstas no ITSAUD 2B, sendo que a tabela E1 tem uma prontidão para cedência de seis horas e uma capacidade de autonomia para cem pessoas, durante sete dias; a tabela E2 poderá ser cedida exclusivamente a Forças de Fuzileiros, no prazo máximo de seis horas; a tabela E3 tem uma prontidão de seis horas e assegura o apoio a mil pessoas, durante sete dias.

Tabela 7 - Tabelas de Saúde Operacional: Tabelas Especiais

Nível E - Uso Coletivo/Apoio Populacional/Especiais		
E1	Tabela de Apoio em Situação de Crise Humanitária	Tabela especial de ativação pela Direção de Saúde para apoio de Populações em Situação de Crise Humanitária
E2	Tabela de Apoio ao Posto Avançado de Saúde	Tabela especial de ativação pela Direção de Saúde para apoio de Populações em Situação de Crise Humanitária ou Crise Militar
E3	Tabela de Catástrofe	Tabela especial com ativação pela Direção de Saúde e para apoio de populações em áreas de catástrofe

Fonte: Adaptado de ITSAUD 2B (2018)

A dispensa de Tabelas de Saúde Operacional para uma UN é efetuada de acordo com o número de elementos da respetiva guarnição e dias de missão, sendo os medicamentos e dispositivos médicos acondicionados em contentores, com termómetro com capacidade para controlo da temperatura e humidade, identificados com a tipologia de material no interior e a listagem quantitativa e qualitativa no exterior (Apêndice E). O Departamento de Logística Sanitária (DLS), na dependência da DS da Marinha, é responsável pela gestão, controlo e aprovisionamento dos contentores que contêm o material previsto nas tabelas especiais, em coordenação com o CMN. Em situações de emergência (apoio médico sanitário em missões de carácter emergente, catástrofe humanitária ou no âmbito de operações de assistência, de apoio à paz ou mesmo em missões de combate), e após autorização da DS, o DLS ativa a dispensa da tabela solicitada para a U/E/O requisitante.

Da análise ao treino, formação e aos meios existentes nas FFAA, verificam-se também lacunas. Nem todos os militares da Marinha se encontram aptos para desempenhar ações no âmbito do apoio humanitário ou prestar auxílio a populações civis, nomeadamente devido à ausência de formação em SBV para a generalidade dos militares. O treino em SBV é recomendado a todas as pessoas para que, em última instância, numa situação de emergência, existam mais hipóteses de salvação da espécie humana. Ainda que nem todas as pessoas sejam instruídas neste tópico, urge ministrar

formação em SBV aos formandos das Escolas de formação da Marinha, e aos militares das FFAA no geral, sendo que, diariamente, são expostos a situações de alto risco. Atualmente, no âmbito do licenciamento do Programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa das FFAA, algumas U/E/O receberam formação em Suporte Básico de Vida com Desfibrilhação Automática Externa (SBV-DAE). A fragilidade da maioria das equipas de saúde é também uma limitação, devido à dualidade de funções desempenhadas pelos socorristas a bordo das Unidades Navais como praças da classe TF. A formação específica em intervenção em contexto de emergência e catástrofe apresenta-se também deficitária, nomeadamente relativa aos médicos, psicólogos, enfermeiros e socorristas, mas também a qualquer militar de uma forma global, visto que, de forma inopinada, qualquer militar pode ser empenhado neste contexto.

No que respeita aos meios, o abate ao efetivo do reabastecedor da esquadra NRP *Bérrio*, em 2020, veio agravar a situação de carência relativamente ao transporte logístico marítimo. A não existência de um NAVPOL ou de desembarque anfíbio restringe a capacidade de transporte a outros meios, nomeadamente os navios de patrulha costeiros, oceânicos e fragatas. Na área da saúde, importa referir que a Marinha não possui hospital de campanha para situações em que o seu uso se justifique, pelo que em caso de necessidade, o mesmo poderá ser facultado pelo Exército. A valorização do princípio do duplo uso, nomeadamente dos meios, pode ser impeditivo de uma completa especialização dos mesmos (Santos, 2021).

2.3. Participação

Neste subcapítulo serão referidas as missões e operações efetuadas pelos entrevistados, confinadas a uma duração temporal dos últimos vinte anos, das quais resultou a prestação de cuidados e ajuda, fornecimento de bens e serviços básicos, ou a proteção de vítimas e dos seus direitos. Devido à classificação assumida por cada uma das operações e missões, dependendo da entidade ou organização que a categoriza, será feita uma definição específica da tipologia de missão ou operação considerada pela Marinha Portuguesa.

O Núcleo de Apoio ao Coordenador da *Task Force* para a elaboração do plano de vacinação contra a COVID-19 em Portugal foi um bom exemplo de atividade

vocacionada para o apoio direto à população pela Marinha Portuguesa, no entanto, devido à ausência de resposta, não há nenhum testemunho militar nas entrevistas relativo a esta missão.

A missão de apoio ao povo moçambicano, exclusivamente humanitária, na sequência da passagem do ciclone Idai, desencadeou o recurso à FRI. Devido à participação da Marinha, bem como de outras organizações, foi alvo de análise através do seu relatório de missão, no entanto, não há neste estudo nenhum entrevistado que testemunhe a sua participação. Ainda assim, pela sua relevância, considera-se pertinente fazer-lhe referência.

2.3.1. Operação PERA¹⁴ no Paquistão (2005)

Descrição: Um sismo de intensidade 7,6 na escala de Richter, com epicentro na capital de Kashmir, destruiu quase por completo a região (Campos, 2019). Estima-se que este terramoto tenha causado a morte a mais de 80 mil pessoas, destruindo aldeias, causando deslizamentos de terra, bloqueio de estradas, destruição de escolas, hospitais e residências. Cerca de 100 mil pessoas ficaram feridas e mais de 3,5 milhões perderam as suas casas. Através dos países da Aliança foi possível o estabelecimento de duas pontes aéreas, doado para auxílio pelos países aliados. As doações da NATO e das nações parceiras foram coordenadas pelo *Euro-Atlantic Disaster Response Center Coordination* (EADRCC) da NATO, trabalhando em conjunto com o OCHA, a UE e o Governo do Paquistão. Foi a primeira vez que foi empregue a *North Atlantic Treaty Organization Response Force* (NRF) numa missão humanitária, constituída principalmente por médicos, engenheiros e pilotos (Silva, 2011). Por razões devidas à cultura e local, o governo do Paquistão exigiu que o pessoal a destacar para apoio ginecológico fosse exclusivamente feminino. Assim, foi feito o pedido a todos os países da Aliança no sentido de disponibilizarem equipas femininas de ginecologia-obstetrícia, mas apenas Portugal dispunha de meios humanos que cumpriam os citados requisitos. O campo de apoio humanitário da NATO, no vale de Bagh, foi o local de permanência das 2 equipas médicas portuguesas participantes nesta missão. A primeira equipa destacada era formada por uma médica e uma enfermeira, ambas do Exército. Estas

¹⁴ *Pakistan Earthquake Relief Assistance*

permaneceram no terreno até 20 de dezembro. Entre 27 de dezembro e 10 de janeiro coube à equipa da Marinha, constituída por uma médica e uma enfermeira, na altura, 2TEN MN Filipa Albergaria e 1SAR ENF Rosário Henriques, dar continuidade ao trabalho anteriormente iniciado. A equipa de ginecologia-obstetrícia encontrava-se de prevenção 24 horas por dia, todos os dias da semana. O maior obstáculo na relação com os doentes residiu na comunicação, o que obrigou a presença de um elemento estranho, a intérprete, durante as consultas provocando este facto situações de inevitável constrangimento. Uma outra dificuldade foi devida ao frio intenso que se fez sentir, com as temperaturas a atingirem os 5° negativos durante a noite, com a particularidade de não existirem abrigos eficazes nem em número suficiente para albergar todos os desalojados. Com esta missão, afigurou-se que o emprego crescente das FFAA em ações humanitárias e de apoio à paz parecia ter definitivamente entrado, com prioridade alta, nas agendas da maioria dos governos de países que, até há pouco tempo, se revelavam antagonistas, de acordo com o artigo “Apoio Humanitário ao Paquistão” (Revista da Armada nº395, 2006, p.10);

Data: 08OUT05;

Classificação: Missão Humanitária (Moreira, 2010a);

Local: Província de Kashmir, Paquistão;

Origem do pedido: Governo Paquistão, através da NATO;

Meios humanos e materiais da Marinha: 2 militares (1 médica e 1 enfermeira) integradas na Componente Terrestre da NRF e 8 militares dos três Ramos do Estado-Maior do *Allied Joint Command Lisbon* (AJCL) (Campos, 2019);

Entrevistada participante: CMG MN Filipa Albergaria.

2.3.2. Missão de Apoio à Ilha da Madeira (2010)

Descrição: A Ilha da Madeira foi devastada por um violento temporal que provocou a morte a 47 pessoas e envolveu elevadíssimos prejuízos materiais. A água das ribeiras transpôs as suas margens e espalhou-se por toda a Ilha, alcançando ruas, estradas e habitações, causando avultada destruição à sua passagem, de acordo com o artigo “A Pátria Honrai que a Pátria vos contempla” (Revista da Armada nº440,2010, p.8). A forte precipitação e ventos superiores a 100km/h provocaram deslizamentos de terra e várias povoações inundadas, originando um aluvião catastrófico (Campos, 2019). As FFAA e a

ANEPC foram solicitadas para iniciar ações de busca e salvamento e colaborar no esforço de recuperação da ilha (Silva, 2011). A bordo do NRP *Corte-Real* foi estabelecido o Posto de Comando da Autoridade Marítima, uma vez que as instalações originais estavam inundadas. Para além disso, fizeram parte das ações desenvolvidas pela Marinha, ações *Search and Rescue* (SAR), patrulhas, resgate e busca de corpos, evacuação de pessoas, apoio médico-sanitário, ações de bombagem de água em locais inundados e recuperação de infraestruturas básicas. Este acontecimento provocou ferimentos a 250 pessoas e 600 pessoas ficaram desalojadas (RTP1, 2010);

Data: 20FEV10;

Classificação: Operação de apoio à emergência civil (Marinha, 2017);

Local: Ilha da Madeira;

Origem do pedido: Governo Regional da Madeira, através do Comandante Operacional da Madeira (COM), que acionou os meios dos ramos das FFAA, através do EMGFA (Silva, 2010);

Meios humanos e materiais da Marinha: 366 militares (291 militares das guarnições, 60 fuzileiros, 7 mergulhadores e 8 militares de equipas médicas), NRP *Corte-Real*, NRP *Afonso Cerqueira*, NRP *Cacine*, Helicóptero *Lynx*, 10 Botes, 3 Moto 4 e 1 Contentor da Tabela de Catástrofe (E3) (Silva, 2011);

Entrevistados participantes: CFR FZ Jesus Alves, CTEN AN Lara Martins e Engenheiro João Santos.

2.3.3. Operação TRITON (2014)

Descrição: O NRP *Viana do Castelo* participou na Operação TRITON 2014, no âmbito da Agência FRONTEX, de combate aos fluxos migratórios irregulares provenientes do norte de África. A operação tem como objetivo impedir a atividade ilegal de embarcações envolvidas nesta atividade associada aos fluxos migratórios. O navio permaneceu na área de operações durante 30 dias, tendo largado da Base Naval de Lisboa a 28 de novembro. No dia 14 de novembro, o navio foi chamado a colaborar numa ação SAR, durante a noite, o que constituiu fator de dificuldade. Foram salvas 201 pessoas, incluindo 9 crianças e 24 mulheres. Estas pessoas apresentavam sinais de hipotermia, desidratação e fome. A todas elas foram prestados cuidados médicos básicos, foram servidas várias refeições quentes e distribuídos cobertores, proporcionando condições

até ao seu transbordo para um navio italiano. No dia 17 de novembro, o navio foi novamente chamado para duas outras ações SAR, tratava-se de duas embarcações de borracha. Uma das embarcações tinha 122 pessoas e a outra tinha 80 pessoas, estando 1 delas grávida. Após o fornecimento de bens de primeira necessidade, o navio navegou até ao porto de Catânia, para aí efetuar a transferência dos migrantes. No dia 25 de novembro, esta UN volta a estar empenhada num mesmo cenário, salvando 89 pessoas. Ainda com estas pessoas a bordo, o navio voltou a ser empenhado para, desta vez, recolher 93 pessoas. Com 182 migrantes a bordo, o navio rumou até ao porto de Empedocle para aí fazer a sua transferência, segundo o artigo “NRP *Viana do Castelo*: Operação TRITON” (Revista da Armada nº493, 2015, p.7). Foram salvas pela Marinha Portuguesa 585 vidas, na totalidade desta operação;

Datas: 14NOV14, 17NOV14 e 25NOV14;

Classificação: Missão de Segurança Marítima (Marinha, 2018);

Local: Largo da Ilha de Lampedusa, a sul da Sicília;

Origem do pedido: Centro Coordenador de Busca e Salvamento Marítimo de Roma e Centro Coordenador Internacional da Agência FRONTEX (Marinha, 2014);

Meios humanos e materiais da Marinha: NRP *Viana do Castelo*;

Entrevistado participante: CFR M Morais Chumbo.

2.3.4. Missão DJARFOGO na Ilha de Cabo Verde (2014)

Descrição: O Vulcão da Ilha do Fogo, em Cabo Verde, entrou em erupção pelas 09h45 do dia 23 de novembro, tendo sido a situação de emergência declarada nesse mesmo dia. Foram identificadas várias necessidades, como a assistência aos deslocados, realojamento, equipamentos de comunicação, geradores, armazéns temporários, tendas, colchões, casas de banho, chuveiros portáteis, sacos-cama, cobertores, roupas de cama, kits de cozinha, recipientes para água e água engarrafada, segundo a *United Nations Disaster Assessment and Coordination (UNDAC)* (2014). Ao abrigo do Tratado de Cooperação e Amizade entre Portugal e a República de Cabo Verde, foi solicitado apoio a Portugal. A Marinha coordenou os seus esforços com a proteção civil da República de Cabo Verde. De entre as atividades realizadas pela Marinha Portuguesa, foram efetuadas ações de monitorização da atividade vulcânica pelo helicóptero *Lynx* MK-95, prestado apoio médico e psicológico nos centros de deslocados, entregue

equipamento de comunicação às autoridades locais, fornecidas refeições quentes e efetuadas reparações em várias infraestruturas. O NRP *Álvares Cabral* transportou material e equipamento proveniente de diversas entidades e instituições nacionais, para além de cobertores, água e alimentos para distribuição à população afetada, sendo o responsável pela prestação de cuidados médico-sanitários e apoio logístico;

Data: 23NOV14;

Classificação: Operação de apoio à emergência civil;

Local: Ilha do Fogo, Cabo Verde;

Origem do pedido: Governo da República de Cabo Verde, através da UE;

Meios humanos e materiais da Marinha: 201 militares, NRP *Álvares Cabral*, helicóptero *Lynx* MK-95, 6 Contentores da Tabela de Catástrofe (E3) e 10 botes;

Entrevistado participante: 1TEN FZ Silva Caseira e 2TEN PSI Joana Firmo.

2.3.5. Missão de Apoio aos Incêndios de Pedrógão Grande (2017)

Descrição: O desastre em causa é considerado como o maior incêndio florestal de sempre em Portugal, que contou com quase 53 mil hectares ardidos, de acordo com a notícia “Incêndios: Quase 53 mil hectares arderam na região centro” (Diário de Notícias, 2017). Este incêndio, iniciado a 17 de junho, deflagrou no concelho de Pedrógão Grande. Ainda no mesmo dia, deflagrou outro incêndio no concelho de Góis, que acabou por se unir à frente de fogo do incêndio de Pedrógão Grande. Deste incêndio resultou a perda de 65 vidas, 254 pessoas ficaram feridas, foram destruídas meio milhar de casas e cerca de 50 empresas, segundo a notícia “Novo relatório assume 65 mortos em Pedrógão” (Correio da Manhã, 2017). A causa apontada para este incêndio foi uma trovoadas seca conjugada com temperaturas elevadas e ventos muito fortes. A intervenção da Marinha neste desastre decorreu em três fases. Uma primeira fase de apoio a quem estava na frente de batalha aos incêndios, com uma cozinha de campanha e em operações de rescaldo, vigilância e apoio sanitário urgente, em caso de necessidade. Posteriormente, foi dado apoio ao nível do reconhecimento da situação no terreno e na primeira assistência urgente, bem como ajudar a Câmara Municipal na organização urgente de bens de primeira necessidade. A terceira fase consistiu no fornecimento de apoio a médio/longo prazo, através do desenvolvido de uma base de dados que será posteriormente entregue à Câmara Municipal de Pedrógão Grande, de acordo com a

notícia “Marinha iniciou terceira fase de apoio à população de Pedrógão Grande” (Agência Lusa, 2017). Em declarações prestadas à Agência Lusa (2021), o Almirante CEMA, referente aos incêndios de Pedrógão Grande, admite “Ainda hoje sofro com o que vi e sou uma pessoa treinada”.

Data: 17JUN17;

Classificação: Operação de apoio à emergência civil;

Local: Pedrógão Grande;

Origem do pedido: Governo português, através da ANEPC;

Meios humanos e materiais da Marinha: 500 militares, 1 cozinha rodada com capacidade de confeção de 2000 refeições e 2 tendas refeitório (Governo da República Portuguesa, 2017). Foram empenhados nesta operação Fuzileiros do Batalhão de Fuzileiros nº 2, pertencentes à FRI;

Entrevistados participantes: CFR FZ Jesus Alves, 1TEN FZ Esteves Pacheco e 2TEN PSI Joana Firmo.

2.3.6. Operação de Assistência Humanitária em Moçambique (2019)

Descrição: O ciclone tropical Idai atingiu a costa central de Moçambique, na região da cidade da Beira, de 14 para 15 de março de 2019. Devido à sua trajetória para o interior, o ciclone, com ventos na ordem dos 200 km/h, provocou um cenário de destruição à sua passagem, causando incalculáveis danos e inundações. Algumas pessoas da população moçambicana ficaram desalojadas e sem acesso a bens de primeira necessidade. A Força de Fuzileiros nº 1 encontrava-se atribuída à FRI durante o ano de 2019, com uma prontidão de 48 horas, pelo que no dia 19 de março recebeu ordens para se preparar para uma possível operação de assistência humanitária. No dia 21 de março, 41 militares dos três Ramos foram projetados em conjunto com o material essencial à missão, nomeadamente os meios de comunicações, as rações de combate, a água e os botes da Força de Fuzileiros. No dia 22 de março os militares chegaram ao aeroporto da cidade da Beira. Entre o dia 24 de março e o dia 30 de março, foram projetadas equipas médicas, foram desenvolvidas ações de resgate de cidadãos em perigo, foi fornecida ajuda alimentar e medicamentosa às pessoas que se encontrassem mais necessitadas,

foram realizadas ações de reconhecimento, ações de busca e salvamento e educação comunitária para o consumo de água. Ao todo, a Marinha distribuiu cerca de 800kg de ajuda. Apesar do sucesso da missão, foram contabilizadas 501 vítimas mortais.

Data: 14MAR19;

Classificação: Operação de Assistência Humanitária;

Local: Cidade da Beira, Moçambique;

Origem do pedido: Governo Moçambicano;

Meios humanos e materiais da Marinha: 41 militares dos três Ramos da FRI e 12 botes.

2.3.7. Missão de Apoio à Ilha das Flores (2019)

Descrição: A passagem do furacão Lorenzo no Arquipélago dos Açores, em outubro de 2019, deixou dezenas de pessoas desalojadas e destruiu o único porto comercial da Ilha das Flores, originando constrangimentos no abastecimento à população. Fizeram-se sentir na Ilha das Flores rajadas de vento de 70 nós e ondas com 16 metros de altura. A missão da Marinha envolveu a colaboração com autoridades locais na avaliação do estado dos portos de Santa Cruz e das Lajes, no restabelecimento de infraestruturas, ações de desobstrução, satisfação de necessidades básicas da população e retirada de obstáculos submersos na água, pelos mergulhadores. O abastecimento de bens de primeira necessidade foi assegurado pelo NRP *Setúbal*. O reconhecimento foi efetuado visualmente através da Equipa Hidrográfica de Intervenção Rápida (EHIR), dos mergulhadores e dos Sistemas Aéreos Não-Tripulados (SANT), da célula de *Intelligence Surveillance and Reconnaissance* (ISR), instrumento central na avaliação do progresso diário das ações de limpeza do porto. As limitações que se fizeram sentir estão relacionadas com o número de viaturas disponíveis para o transporte de equipas de intervenção para o local de operações, bem como o facto do carregamento de ar das garrafas de mergulho ter sido efetuado a bordo do navio (Nunes, 2020). Apesar de ainda se encontrarem a decorrer trabalhos de reconstrução, já existem atualmente condições para a prática do porto (Marinha, 2023);

Data: 02OUT19;

Classificação: Operação de apoio à emergência civil;

Local: Ilha das Flores, Açores;

Origem do pedido: Governo Regional dos Açores, através da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, ao Comando Operacional dos Açores que, por sua vez, acionou os meios dos ramos das FFAA, através do EMGFA, segundo a notícia “Marinha e Força Aérea estão na Ilha das Flores para recuperar danos do Lorenzo” (TSF, 2019);

Meios humanos e materiais da Marinha: 206 militares, incluindo uma Força de Fuzileiros de 22 elementos e 6 mergulhadores, NRP *Álvares Cabral*, NRP *Bérrio* e NRP *Setúbal* (Nunes, 2020);

Entrevistado participante: CMG M Maurício Barbosa.

3. Apresentação dos dados

No presente capítulo pretende-se efetuar a apresentação dos resultados obtidos com o testemunho dos dezoito entrevistados, por meio das entrevistas realizadas. Ainda neste capítulo é exibido o tratamento estatístico dos dados, bem como a sua discussão, de forma a permitir a realização de uma consolidação para eventuais conclusões e considerações finais.

Na metodologia do trabalho foram apresentadas as etapas para a realização das entrevistas, desde a seleção das pessoas a entrevistar, à enumeração das regras adotadas para a sua realização, terminando com a apresentação do guião da entrevista.

Para a análise das entrevistas realizadas importa referir que o testemunho do entrevistado “E5” está limitado à segunda parte da entrevista, devido à tipologia da missão em que participou se inserir na esfera de missões de apoio à paz. De forma análoga, o testemunho do entrevistado “E10” está confinado à primeira parte da entrevista, por ter desempenhado apenas funções de Chefe da Célula Logística da CGerCIMIC, não tendo participado em nenhuma missão de apoio humanitário.

A análise estatística efetuada referente às entrevistas realizadas inclui os quantitativos dos contactos efetuados para entrevista, do sexo dos entrevistados e do território em que as missões dos entrevistados decorreram. Os gráficos correspondentes à análise estatística constam no Apêndice H.

Para a possibilidade desta análise foram importantes os contributos de dezoito entrevistados, sendo dezassete militares da categoria de oficiais e um civil, outrora oficial. As pessoas que foram entrevistadas, ou participaram em missões de diversas tipologias, onde foi prestado apoio humanitário, ou detêm conhecimento na área, pelas funções que exercem atualmente ou exerceram no passado. No total, foram contactadas vinte e sete pessoas para responder à entrevista, no entanto, apenas foram entrevistadas dezoito, não se tendo obtido resposta das nove restantes.

Neste estudo, das pessoas entrevistadas, doze delas são do sexo masculino e seis delas são do sexo feminino. Apurou-se ainda que a média das idades dos entrevistados é de 43 anos e a moda das idades dos entrevistados é de 48 anos.

As missões no âmbito do apoio humanitário realizadas pelos entrevistados decorreram em TN e em TE, sendo onze no primeiro caso e seis no segundo caso, respetivamente. Ao todo, foram realizadas pelos entrevistados dezassete missões neste âmbito.

Na primeira parte da entrevista, relativa a questões gerais, foram realizadas treze questões a cada pessoa, obtendo-se, para cada questão, as seguintes ilações:

Q1: A Marinha Portuguesa apresenta capacidades que a permitem assumir um papel fundamental no empenhamento de militares para a prestação de apoio humanitário. Apesar deste tema não ser o *core business* da Marinha, as atividades que leva a cabo, respeitantes a esta área, são consideradas úteis e necessárias, seja pela garantia da segurança do Estado durante as operações, seja pelas funções que desempenha no âmbito do apoio humanitário, tais como fornecimento de alimentos e auxílio médico ou pelo apoio dado à AMN no âmbito do salvamento marítimo. Embora a Marinha se encontre limitada em termos de transição do mar para a terra, possui várias vantagens significativas, especialmente no apoio humanitário de emergência, quando exista necessidade de projeção rápida e eficiente. A sua atuação poderá ser a de facilitadora em cenários mais complexos, como durante conflitos armados ou na entrada em países estrangeiros, devido à maior facilidade e legitimidade na aproximação e à preparação militar para situações em grande escala. A experiência e competências dos militares da Marinha, tanto pela sua componente naval, quanto pelas suas capacidades individuais, são valiosas para lidar com situações distintas e desafiantes. Para além disso, a Marinha assume compromissos nacionais e internacionais, constantes na CRP, que justificam o seu emprego em contexto humanitário, para além do cumprimento com a missão de salvaguarda da vida humana no mar, pela Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, a *Safety Of Life At Sea* (SOLAS), que se encontra alinhado com o apoio humanitário que presta.

Q2: A Marinha dispõe de uma estrutura e planos edificados para enfrentar situações decorrentes de conflitos e, assim, prestar apoio humanitário. Cada unidade possui o seu próprio plano, adaptado às suas características, e cada militar assume determinada função, embora não haja um plano que envolva toda a Marinha. Existe

documentação estruturante, como a CRP, o CEDN, o CEM e as MIFA que permitem enquadrar as missões da Marinha no apoio humanitário. A Marinha dispõe de militares participantes numa FRI, de um CCOM e de duas Divisões de Operações no EMA e no COMNAV, preparadas para efetuar a gestão e responder a diferentes tipos de missões, incluindo o apoio humanitário. Apesar de não edificadas e legisladas, e não havendo uma unidade ou estrutura específica para prestação de apoio humanitário ou para agrupamento das necessidades atuais fruto das lições aprendidas em missões anteriores, a Marinha possui algumas ferramentas. Seria importante que, apesar de nem toda a Marinha ser empenhada em operações de apoio humanitário, a preparação e sensibilização para apoiar fosse transversal a toda a Marinha.

Q3: As funções desempenhadas pelos militares dependem das necessidades e características de cada operação, bem como dos meios envolvidos. Algumas das principais funções incluem a criação de um ambiente securitário para permitir a atuação de organizações humanitárias, funções técnicas e logísticas, como a distribuição de alimentos, fornecimento de abrigo ou resgate de pessoas e corpos, o apoio médico e psicológico a vítimas, a reconstrução de infraestruturas e a cooperação com autoridades locais. Apesar das competências inerentes a um militar, adequadas a reagir e aliviar o sofrimento humano, fruto do seu treino e meios disponíveis, é de destacar a preparação deficitária dos militares da Marinha para lidar com algumas situações deste tipo, nomeadamente no que respeita à formação em primeiros socorros e intervenção psicológica.

Q4: Algumas pessoas afirmaram que as ações realizadas pela Marinha no âmbito do apoio humanitário se encontram alinhadas com a doutrina existente. No entanto, destacam-se lacunas no desenvolvimento e atualização da legislação para participar nessas operações. Apurou-se que existe necessidade de uma sensibilização política para atualizar normas e diretrizes relacionadas ao apoio humanitário e foi também identificada a necessidade de incluir a formação em DIH nos militares. De uma forma geral, a realidade atual ainda não reflete totalmente a doutrina e legislação correspondente, havendo necessidade de alinhamento de uma forma mais efetiva.

Q5: No geral, não existem obstáculos demarcados por civis ao exercício de funções por parte dos militares durante as operações de apoio humanitário, antes pelo

contrário. A coordenação, a comunicação e a cooperação são vistas como fulcrais para uma relação efetiva entre os militares e os civis. Ainda assim, foram mencionados alguns desafios, como a existência de cadeias de comando distintas e a necessidade de integração de vários agentes humanitários numa única missão. O estabelecimento de canais de comunicação efetivos e bancos de partilha de conhecimento, treino e exercícios são vistos como formas de contornar ideias pré-concebidas, fortalecendo a cooperação entre as partes envolvidas.

Q6: De um modo geral, as respostas demonstram diferenciação nos modos de atuação em TN e em TE, no âmbito do apoio humanitário. Relativamente ao modo de atuação no estrangeiro foi referida a necessidade de estabelecimento de acordos e solicitações para, assim, poder apoiar, foram também mencionados os desafios culturais e linguísticos, com FFAA de outros países e com locais, relativos ao cumprimento da legislação em vigor nos países de destino e à aceitação da religião e costumes locais. Ainda referente à atuação no estrangeiro, o desconhecimento dos atores humanitários e organizações humanitárias com que se deparam no país de destino, contrasta com a existência de relações no âmbito bilateral e multilateral, que poderão influenciar a atuação da Marinha. Em TN, a atuação poderá ser mais rápida devido à proximidade geográfica e cultural, que facilita a coordenação e a resposta, o apoio humanitário poderá ser facilmente direcionado para organizações e entidades civis, através de linhas de comunicação e acordos pré-estabelecidos, e a cooperação entre todos os agentes facilita a atuação. Apesar do objetivo final do apoio humanitário ser o mesmo, tanto em TN, como em TE, a forma como as operações são conduzidas pode diferir significativamente, destacando-se, generalizadamente, um maior desafio na adaptação e atuação em TE. Uma Marinha com meios disponíveis e devidamente preparada receberá mais solicitações e, conseqüentemente, melhorará a qualidade da sua prestação, o que contribui também para a sua integração.

Q7: A participação em operações de apoio humanitário é considerada uma missão nobre e de grande valor para a Marinha Portuguesa, tanto do ponto de vista do cumprimento da sua missão, quanto da promoção da paz e do bem-estar dos civis. Foram referidos alguns aspetos que confirmam o mencionado, como o facto da participação nestas operações ser gratificante para os militares, pois sentem que pertencem a uma Marinha útil e relevante, o facto destas operações serem vistas como

indicadores de promoção da paz e de garantia e construção de um ambiente seguro, enquanto oferecem visibilidade e interação com a sociedade civil. Foi também referida a dificuldade de equilibrar estas operações com as responsabilidades principais da Marinha, devido à falta de pessoas, recursos e à exigência própria de cada missão.

Q8: São várias as estratégias sugeridas pelos entrevistados e que contribuem para aumentar a participação da Marinha em operações de apoio humanitário, incluindo:

- O treino e a preparação, para capacitar os militares na resposta a todos os níveis;
- A vontade política e organizacional;
- A disponibilidade de meios humanos e materiais, bem como a aquisição de novos meios que ofereçam capacidade logística, como o NAVPOL;
- O estabelecimento de relações próximas e efetivas com organizações humanitárias e a realização de exercícios conjuntos, como meio de promoção para uma melhor compreensão e complementaridade entre as partes;
- A concretização de formação em primeiros socorros para todos os militares, sem exceção;
- A ativação e a revisão de protocolos existentes;
- O fornecimento de apoio pós-catástrofe, prevenindo a resistência e desconforto numa possível atuação futura;
- O reforço da guarnição em operações desta tipologia.

Q9: As respostas evidenciam algumas limitações que se fazem sentir na participação da Marinha em Operações de Apoio Humanitário, incluindo a limitação nos recursos humanos, financeiros e materiais. O treino e a capacidade para dar resposta às situações advém dos recursos disponíveis. A capacidade civil encontra-se aprimorada e com capacidade para atuar, sendo que, muitas vezes, as entidades civis estão mais preparadas para dar resposta, diminuindo a necessidade de atuação das FFAA e, consequentemente, da Marinha. A necessidade de navios específicos, nomeadamente um reabastecedor e um NAVPOL foi novamente mencionada.

Q10: As opiniões expressas oscilam entre uma necessidade de repensar a forma de atuação da Marinha, devido à curva descendente de pessoal e uma carência de investimento para aumentar a prontidão, e a importância da participação. Alguns

entrevistados referiram que a participação é importante, mas que, a montante disso, a formação, o treino e a disponibilidade dos meios são prioritários e essenciais. Muitos dos entrevistados destacaram a importância da participação devido ao impacto nas populações afetadas e a importância de defender os interesses nacionais, bem como a vontade e interesse institucional para cumprir protocolos e compromissos assumidos. Por outro lado, também foi referido que esta participação não deverá acontecer caso deixemos de contribuir para o cumprimento das missões e tarefas de *core business* na Marinha.

Q11: A Marinha distingue-se das ONG pelas suas valências e capacidades. A Marinha apresenta projeção estratégica e capacidade de combate, defesa e autossuficiência nos recursos, para além da rapidez e prontidão, principalmente devido ao constante empenhamento das Unidades Navais no mar, que as faz chegar a áreas afetadas com brevidade. O modelo de comunicação e liderança da Marinha é também fator diferenciador, incluindo, por exemplo, o uso do *briefing* e do *debriefing*, para além de uma noção de hierarquia, que em muito contribui para a eficiência e organização nas operações. A preparação e experiência da Marinha, mesmo que resultado de outros contextos diferentes, tem aplicação na capacidade de organização, adaptação e reação numa operação de apoio humanitário. A responsabilidade estadual da intervenção da Marinha, ao representar o país na prestação de apoio humanitário, confere-lhe responsabilidade adicional e uma atuação mais conscienciosa.

Q12: As respostas dos entrevistados sugerem várias abordagens e mecanismos para articulação da Marinha com as ONG, através da aproximação e ligação ao nível ministerial, com o estabelecimento de pontos de contacto. A partilha de plataformas e o desenvolvimento de trabalhos conjuntos poderia facilitar a atuação e a resposta. A integração de especialistas CIMIC na ligação com ONG, com vista a coordenar esforços conjuntos, o emprego de militares em situação de reserva para atuarem como sensores locais e regionais, no contacto com organizações humanitárias e autoridades locais, são também algumas estratégias que poderiam aumentar a articulação das duas partes, assim o queiram as entidades competentes. A definição e delimitação de áreas de atuação dos envolvidos, através de protocolos de cooperação e realização de treinos conjuntos, que desenvolvam a colaboração entre a Marinha e as ONG, são também sugestões potenciadoras desta articulação.

Q13: As respostas encerram uma variedade de opiniões sobre a possibilidade das FFAA serem um recetor centralizado adequado para receber pedidos de ajuda humanitária. Algumas respostas dão a entender que existem outras entidades com responsabilidade para esta receção de pedidos, como a ANEPC, e que as FFAA não têm essa função como *core business*. Os entrevistados, na sua maioria, afirmam não ser adequado às FFAA o assumir de um papel centralizador, principalmente devido à multidimensionalidade das operações humanitárias, que requerem a intervenção de várias entidades, onde as FFAA nem sempre se incluem.

Na segunda parte da entrevista, relativa a uma missão em que o entrevistado tenha participado, foram realizadas nove questões, obtendo-se, para cada questão, os seguintes dados:

Q1: As motivações das pessoas entrevistadas para participar em missões desta tipologia variaram, mas, no geral, todas desejavam ajudar em contexto de emergência, cumprir a missão da Marinha, contribuir para a paz e apoiar uma população afetada e necessitada. Algumas pessoas mencionaram que a sua participação foi voluntária, enquanto outras referiram ser esse o seu dever, de cumprimento de uma missão inerente à sua condição militar. Ainda houve referência à importância da Marinha em estar recetiva a participar neste tipo de missões, devido às valências e capacidades dos seus militares.

Q2: A duração das missões foi variável, desde poucos dias a um ano.

Q3: Em termos de preparação, alguns militares mencionam a existência de ações de aprontamento e preparação para a missão que desempenharam, enquanto outros relatam o oposto, muitas vezes, devido à urgência da situação. Nos casos em que essa preparação foi feita, as ações incluíram cursos de sobrevivência, palestras sobre questões legais e psicológicas, treinos de cooperação CIMIC, aprontamento médico-sanitário e exposições orais sobre as características da missão. Algumas pessoas entrevistadas mencionaram que o treino e formação que recebem ao longo da carreira militar, independente da prestação de apoio humanitário, os capacita e prepara para este tipo de operações.

Q4: A maioria das pessoas entrevistadas não tiveram formação CIMIC previamente à missão que realizaram. Alguns entrevistados demonstraram necessidade de receber

preparação nessa área ao longo da carreira militar, enquanto outros mencionaram a importância das formações específicas que receberam, em cursos CIMIC e cursos da ONU.

Q5: As funções que as pessoas entrevistadas assumiram durante as missões, ou que, pelo conhecimento que detinham ou cargo que ocupavam, exerceram durante o tempo previsto, variaram de acordo com a natureza da missão e as suas necessidades específicas. Algumas pessoas desempenharam funções de liderança e de comando e controlo, como comandantes de unidades ou forças, outras exerceram funções mais operacionais, como chefes de operações e responsáveis por equipas táticas, outras atuaram na área da saúde, como médicos e psicólogos, outras desempenharam funções de coordenação e apoio logístico e ainda algumas atuaram como assessoras jurídicas.

Q6: Algumas pessoas entrevistadas sentiram-se preparadas para o exercício das suas funções durante a missão que realizaram. Houve quem destacasse a importância da experiência do passado para atuar, bem como do treino e formação, mas também referiram a necessidade de preparação mais específica em determinadas áreas, como a medicina humanitária e a psicologia, para lidar melhor com os desafios.

Q7: Foram várias as dificuldades sentidas pelos entrevistados durante a missão por estes realizada, incluindo dificuldades logísticas de deslocação navio-terra com condições meteorológicas adversas, necessidade de racionar alimentos, inexperiência em diversas áreas, coordenação da ação no local, barreira linguística, complexidade multicultural, falta de coordenação e sensibilidade, dificuldades na comunicação e lidar com grandes equipas de pessoas num curto espaço de tempo.

Q8: Todos os entrevistados afirmaram ter-se sentido úteis nas suas respetivas funções, embora não se tenham considerado imprescindíveis. Alguns realçaram a importância da Marinha neste tipo de operações e as funções que desempenharam. No geral, o sentimento de gratidão é comum a todos os entrevistados, bem como o desejo de fazer a diferença e apoiar os afetados pela situação que desencadeou a missão.

Q9: A participação da Marinha em qualquer uma das missões teve um impacto positivo, de acordo com os entrevistados. Alguns destacaram as capacidades de resposta da Marinha e a projeção de uma imagem positiva para as FFAA e para Portugal. Foi reconhecida a importância da coordenação no terreno e da liderança efetiva. Das

lições aprendidas, salienta-se a necessidade de equipamento adequado à missão e de regulamentação para prestação de apoio humanitário. As sugestões dadas passam pela edificação de um centro de lições aprendidas e realização de uma análise ao aprontamento para cada missão. A maior parte das pessoas expressou que não sentiu mudança significativa após a realização da missão.

Conclusão

As Operações de Apoio Humanitário são cada vez mais desafiantes e complexas, devido à instabilidade global característica da atualidade, pelo que foi objetivo deste trabalho a apresentação e análise da participação da Marinha, numa perspetiva de identificação das suas limitações e valências, bem como da sua adequação e utilidade na prestação de apoio humanitário.

No primeiro capítulo foi realizada uma análise ao contexto legal e estratégico, nacional e internacional, de forma a apresentar a legislação e doutrina da Marinha que permite enquadrar as Operações de Apoio Humanitário. Existe alguma legislação específica para a participação das FFAA, e em específico para a Marinha, neste tipo de Operações, no entanto, esta requer atualização e revisão, bem como rigidez no seu cumprimento. A QD1 encontra-se respondida e o OE1 considera-se alcançado.

No segundo capítulo efetuou-se uma análise ao emprego da Marinha Portuguesa em Operações de Apoio Humanitário, onde foram referidos os planos passíveis de serem aplicados, as suas capacidades em termos de treino e meios, bem como as formações ministradas e os exercícios realizados neste âmbito. De forma a minimizar a vulnerabilidade dos militares, a Marinha poderá aumentar a sua prontidão através de formações de âmbito humanitário, como a realização de cursos de socorrismo, formação em SBV e noções de psicologia de catástrofe, de forma a garantir que os militares apresentam padrões de desempenho superiores quando forem empenhados. Para além da formação, a realização de exercícios que garantam um adequado treino e preparação dos militares, desenvolvem as suas valências e transmitem a imagem de uma Marinha credível e focada na ação. Desta forma, encontra-se respondida a QD2 e alcançado o OE2.

Através das dezoito entrevistas realizadas aos envolvidos nas Operações de Apoio Humanitário, foi possível recolher algumas das funções por eles desempenhadas nesse contexto. A apresentação de algumas missões e operações nacionais e internacionais, realizadas pela Marinha, e apresentadas no capítulo dois, permitiu a perceção de uma variedade de ações desempenhadas pelos militares, mesmo que de forma inopinada. Assim, considera-se que a QD3 foi respondida e o OE3 foi alcançado.

Ainda no capítulo dois foram referidos os protocolos existentes da Marinha com outras entidades e organizações internacionais, e de que forma essa ligação é assegurada, bem como as relações no âmbito bilateral e multilateral, que permitem a conservação de compromissos com outros países. Ainda que alguns compromissos e protocolos se mantenham, poderá existir uma necessidade de revisão e atualização. Desta forma, a QD4 considera-se respondida e o OE4 considera-se atingido.

Apesar do êxito e da prontidão na resposta a uma solicitação para ações desta tipologia, as competências adquiridas e as lições aprendidas consideram-se, no seu conjunto, um atual desafio ainda não explorado pela Marinha. As passagens de serviço entre camaradas e a documentação envolvida muitas vezes não consagra todo o panorama envolvido no emprego das suas ações. A frequência da participação da Marinha neste tipo de missões, e com uma tendência de aumento no futuro, poderá justificar a criação de listas de tarefas (*check-lists*) e procedimentos frequentes, onde vigore o aprontamento e as lições aprendidas, provenientes de missões efetuadas no passado. A efetiva valorização dos relatórios de missão passaria pela edificação de um centro de lições aprendidas, que permitisse a melhoria da projeção e emprego em missões futuras, mas também onde fosse possível discutir e debater sobre as características de duplo uso da Marinha em missões humanitárias e de apoio à proteção civil, sem descurar o compromisso essencial com a segurança e a defesa nacional. Ainda assim, a atual formação e treino ministrado aos militares, bem como as valências inerentes à profissão militar revelam-se vantajosas e diferenciadoras na prestação de apoio humanitário a civis, pelo que se considera integralmente respondida a QD5 e o OE5 considera-se atingido.

Ainda que com recursos humanos e materiais limitados, a Marinha é empregue na resposta a diversas missões no âmbito humanitário. Apesar da característica de duplo uso, encontrada em vários meios e equipamentos, poderá ser posta em causa a especialização desses mesmos meios e equipamentos, devido à sua redundância. O facto da Marinha não possuir um NAVPOL e de apresentar um quadro de retenção de militares diminuído, poderá pôr em causa a sua operabilidade e emprego neste, e noutro tipo de missões futuras. Uma UN deste tipo poderá garantir a capacidade de sustentação da Marinha, ao longo de uma missão, com projeção de força a partir do mar e capacidade de prestação de apoio logístico e humanitário, principalmente em casos

de crise de grande dimensão. O treino diminuto e a falta de formação específica são também lacunas da Marinha. Por agora, a solução para uma continuação de resposta efetiva, passa pela cooperação com outros Ramos e outras organizações, sempre numa perspetiva de melhoria e complementaridade. Considera-se, assim, respondida a QD6 e o OE6 considera-se atingido.

Desta forma, ficou evidente que, apesar da Marinha apresentar várias lacunas identificadas, nomeadamente, ao nível dos quantitativos militares, da falta de meios e de formação, a sua participação em Operações de Apoio Humanitário revela-se útil e necessária, o que fica comprovado pelo frequente auxílio prestado à população, pela capacidade de adaptação a vários contextos, pela versatilidade e redundância dos seus meios ou pela prontidão para enfrentar desafios. A QC encontra-se respondida e o OG considera-se atingido.

Limitações e dificuldades sentidas

Uma limitação sentida ao longo deste trabalho prendeu-se com a ausência de resposta à entrevista por parte de alguns militares, ainda que dezoito pessoas tenham sido entrevistadas, das vinte e sete contactadas. A ausência de testemunhos relativos a algumas missões e operações levou a que a abordagem efetuada não fosse tão crítica como desejável, impedindo a objetividade e especificidade na sua análise.

O facto deste tema assumir um carácter sensível, pois envolve vidas humanas, provocou um entusiasmo na generalidade dos entrevistados, ao partilhar a sua experiência de participação numa missão deste tipo, pelo que a emoção sentida originou uma certa romantização dos factos, o que limitou e moldou as suas opiniões de acordo com a nobreza e impacto da missão.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho foram também identificadas algumas dificuldades, principalmente a existência de uma grande quantidade de documentos legais aplicáveis às operações de apoio humanitário, o que tornou morosa e desafiante a realização do enquadramento legal do tema.

O facto do tema deste trabalho ser objeto de controvérsia no seio das FFAA, devido a uma prática numa vertente não militar, e a uma crença desajustada de que o

propósito das FFAA se limita apenas à guerra, dificultou o prosseguimento deste estudo numa fase inicial.

A logística na realização das entrevistas foi também um obstáculo, uma vez que alguns militares se encontravam em missão ou a frequentar cursos de formação no estrangeiro, implicando diferenças no fuso horário e disponibilidade.

A complexidade e a diversidade das operações de apoio humanitário em que a Marinha Portuguesa participou envolveram variáveis muito díspares, pelo que se apresentou complexa a identificação de funções desempenhadas, características, dificuldades e lições que sejam comuns para análise das entrevistas.

Sugestões de investigação futuras

Como sugestão futura de investigação, deixa-se a proposta de estudo do impacto da edificação de um centro de lições aprendidas e planeamento na Marinha, que incluísse uma base de dados de partilha comum, com várias organizações nacionais e internacionais, de forma a aumentar a gestão da informação e das necessidades. A criação de *check-lists* onde constem as necessidades a adquirir, pelo menos aquelas que se mantêm sempre, de acordo com o tipo de missão, seria uma mais-valia em termos de aprontamento, evitando a sucessiva determinação das necessidades a cada missão realizada.

Uma outra linha de investigação futura seria a realização de uma análise do emprego da Marinha Portuguesa em apoio humanitário, na perspetiva das categorias de sargentos e praças, através da realização de entrevistas a militares pertencentes a essas categorias. O resultado desse estudo poderia ser comparado com o atual, de forma a identificar as semelhanças e diferenças, de acordo com a categoria do militar.

O estudo da viabilidade de aplicação na Marinha Portuguesa, de modelos e estratégias adotadas recentemente noutros países, relativos ao apoio humanitário, poderá ser igualmente alvo de estudo no futuro.

Referências Bibliográficas

- Afonso, M. J. (2010). *Apoio humanitário, capacidades da marinha portuguesa*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Agência Lusa. (2017). *Marinha iniciou terceira fase de apoio à população de Pedrógão Grande*. <https://observador.pt/2017/07/02/marinha-iniciou-terceira-fase-de-apoio-a-populacao-de-pedrogao-grande/>, acedido em maio de 2023.
- Agência Lusa. (2021). *Forças Armadas colocam no terreno novo conceito de Apoio Militar à Emergência Civil*. <https://observador.pt/2021/05/14/forcas-armadas-colocam-no-terreno-novo-conceito-de-apoio-miliar-a-emergencia-civil/>, acedido em março de 2023.
- Alegre, E. (2013). *NATO CIMIC Functional Specialist Course*. Lisboa: Multinational CIMIC Group.
- Almeida, J. M. (2003). *A NATO e a Intervenção Militar na Bósnia*. Nação e Defesa, 105(2). Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Almeida, V. D. (2020). *A capacidade de empenhamento em intervenção humanitária e em assistência humanitárias das Forças Armadas*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Alves, J. (2013). *A Logística das Forças Armadas em Operações de Apoio à Paz, de Estabilização, de Apoio ao Desenvolvimento e de Ajuda Humanitária*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Anderson, D. (2002). Leading in crisis. *Executive Excellence*, 19(8), 4.
- Arena, M. C. P. (2020). *Leituras em Ação Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento – Volume II*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Assembleia Constituinte. (1976). *Constituição da República Portuguesa*. Diário da República, 1.ª série, 86, 738-775. Lisboa: Presidência da República.

- Barraza, J. A., McCullough, M. E., Ahmadi, S., & Zak, P. J. (2011). Oxytocin infusion increases charitable donations regardless of monetary resources. *Hormones and Behavior*, 60(2), 148-151.
- Boeno, R. K. (2017). *Relações entre alterações climáticas e segurança*. Blogue ATS - Grupo de Investigação do Ambiente, Território e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. <https://ambienteterritoriosociedade-ics.org/2017/05/31/relacoes-entre-alteracoes-climaticas-e-seguranca/>, acedido em fevereiro de 2023.
- Branco, C. M. (2007). *As Organizações intergovernamentais e as organizações não-governamentais na condução de operações humanitárias*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Branco, C. M. (2009). A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios. *E-cadernos CES*, n.º 6, 86-116.
- Cagarrinho, E., Godinho, E., Santos, E., & Silva, R. (2022). FRONTEX: Uma reflexão sobre as ameaças no Sul da Europa. *Cadernos Navais*, 64. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Campos, C. C. (2019). *As FFAA e a sua capacidade de intervenção/empenhamento em cenários complexos de assistência humanitária*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Cardoso, J. L. S. (2023). *A Influência do Pensamento Estratégico do Almirante Silva Ribeiro nas forças e serviços de segurança: hibridização*. Lisboa: LisbonPress.
- CEM. (2014). *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: Conselho de Chefes de Estado-Maior.
- CEMGFA. (2018). *Diretiva Operacional N.º 004/CEMGFA/2018 - Força de Reação Imediata*. Lisboa: EMGFA.
- Clark, J. (1993). *The state and the voluntary sector*. Human resources development and operations policy. The World Bank, 1-22.

- Coelho, A. M. (2020). O combate à COVID-19 no Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Revista Militar*, 6/7, 555-582.
- Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2014). *Missões das Forças Armadas (MIFA)*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Correio da Manhã. (2017). *Novo relatório assume 65 mortos em Pedrógão*. <https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/novo-relatorio-assume-65-mortos-em-pedrogao>, acedido em maio de 2023.
- Csikszentmihalyi, M. (1997). *Finding Flow: The Psychology of Engagement with Everyday Life*. New York: Basic Books.
- Cunha, S. C. (2022). *O agrupamento militar de apoio civil n.º2 no apoio militar de emergência no Arquipélago dos Açores em situação de catástrofe natural*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- CVP. (2023). Portal da Cruz Vermelha Portuguesa. <https://www.cruzvermelha.pt>, acedido em maio de 2023.
- Danish Institute of International Affairs. (1999). *Humanitarian Intervention, Legal and Political Aspects*. https://www.diis.dk/files/media/publications/import/extra/humanitarian_intervention_1999.pdf, acedido em maio de 2023.
- Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de Dezembro (2014). *Aprova a Lei Orgânica da Marinha*. Diário da República, 1.ª série, 250, 6397-6406. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro (2022). *Estabelece a Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas e altera as Leis Orgânicas dos três ramos das Forças Armadas*. Diário da República, 1.ª série, 16, 3-97. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto (2007). *Estabelece o regime jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa e aprova os respectivos Estatutos*. Diário da República, 1ª série, 151, 5066-5078. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Development Initiatives. (2022). *Global Humanitarian Assistance Report*. https://devinit.org/documents/1193/GHA2022_Digital_v8_DknWCsU.pdf,
[acedido em março de 2023](#).

DPO. (2023). Portal do Departamento de Operações de Paz da ONU. <https://peacekeeping.un.org/en/department-of-peace-operations>,
[acedido em maio de 2023](#).

Ebrahim, A. (2003). Making sense of accountability: Conceptual perspectives for northern and southern nonprofits. *Nonprofit Management and Leadership*, n.º 14, 191-212.

ECHO. (2023). Portal das Operações Europeias de Proteção Civil e Ajuda Humanitária. https://civil-protection-humanitarian-aid.ec.europa.eu/who/about-echo_en,
[acedido em maio de 2023](#).

Fernandes, H. M. M., 2016. As Novas Guerras: O Desafio da Guerra Híbrida. *Revista de Ciências Militares*, vol. IV, n.º 2, 13-40.

Freitas, R. (2012). *Estudo sobre a ajuda humanitária e de emergência em Portugal*. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD.

Fritz, A. T. (2008). *Humanitarian Logistics: Enabling Disaster Response*. Califórnia: Fritz Institute.

Gabinete do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. (2022). *Visão Estratégica Militar para as Forças Armadas Portuguesas 2022-2034*. Lisboa: EMGFA.

Ghebreyesus, T.A. (2020). Discurso do Diretor-Geral da OMS sobre a classificação da COVID-19 como pandemia. 11 março 2020. <https://www.who.int/director->

[general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020](#), acedido em abril de 2023.

Gomes, R.F. (2022). *O Poder de Portugal Nas Relações Internacionais. A Dimensão Militar*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Gonçalves, A. M. (2006). *Apoio Humanitário ao Paquistão*. Revista da Armada, 395, 10.

Governo da República Portuguesa. (2017). *Forças Armadas participam nas ações de contenção dos fogos florestais*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=20170618-mdn-incendio-pedrogao>, acedido em junho de 2023.

Hannah, S. T., Uhl-Bien, M., Avolio, B. J. & Cavarretta, F. L. (2009). *A framework for examining leadership in extreme contexts*. The Leadership Quarterly, 20(6), 897–919.

Henriques, A. (2009). *O dispositivo e as capacidades das Forças Armadas na resposta a situações de crise decorrentes de catástrofe ou calamidade pública*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Henriques, E. (2012). *As forças armadas e as operações humanitárias*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

ICRC. (2023). Portal do Comité Internacional da Cruz Vermelha. <https://www.icrc.org>, acedido em maio de 2023.

Januário, R. (2020). *Manual de Direito Internacional: os Direitos Fundamentais do Indivíduo, o Estado e o Direito Humanitário*. Lisboa: Petrony Editora.

Jochems, M. (2006). *O papel humanitário crescente da OTAN*. Notícias da OTAN, Primavera 2006.

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto (2005). *Sétima revisão constitucional à Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976*. Diário da República, 1.ª série, 155, 4642-4686. Lisboa: Assembleia da República.

- Lei n.º 2/2021, de 9 de agosto (2021). *Aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das FFAA*. Diário da República, 1.ª série, 153, 2-17. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (2006). *Aprova a Lei de Bases da Proteção Civil*. Diário da República, 1.ª série, Lisboa: Presidência da República.
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (2019). *Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016*. Diário da República, 1.ª série, 151, 3-40. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto (2015). *Aprova a Lei de Bases da Proteção Civil*. Diário da República, 1.ª série, 149, 5311 a 5326. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto (2014). *Procede à primeira alteração à Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho*. Diário da República, 1ª Série, 166, 4545 a 4557. Lisboa: Assembleia da República.
- Lusa. (2017). *Incêndios: Quase 53 mil hectares arderam na região centro - dados provisórios*. <https://www.dn.pt/lusa/incendios-quase-53-mil-hectares-arderam-na-regiao-centro---dados-provisorios-8586699.html>, acedido em maio de 2023.
- Lusa. (2019). *Marinha e Força Aérea estão na Ilha das Flores para recuperar danos do Lorenzo*. <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/marinha-e-forca-aerea-estao-na-ilha-das-flores-para-recuperar-danos-do-lorenzo-11368408.html>, acedido em maio de 2023.
- Lusa. (2021). *Gouveia de Melo e os incêndios de 2017: “Ainda hoje sofro com o que vi e sou uma pessoa treinada”*. <https://www.regiaodeleiria.pt/2021/07/gouveia-de-melo-e-os-incendios-de-2017ainda-hoje-sofro-com-o-que-vi-e-sou-uma-pessoa-treinada/>, acedido em junho de 2023.
- Madiwale, A. & Virk, K. (2011). Civil–military relations in natural disasters: A case study of the 2010 Pakistan floods. *International Review of the Red Cross*, v. 93, n.º 884, pp. 1085-1105. <https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/review/2011/irrc-884-madiwale-virk.pdf>, acedido em abril de 2023.

- Marinha. (2010). A Pátria Honrai que a Pátria vos contempla. *Revista da Armada*, 440, 8-9.
- Marinha. (2014). *NRP Viana do Castelo resgata mais de duas centenas de pessoas*. Notícias da Defesa Nacional, 2014. <https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/noticias/Paginas/NRP-Viana-do-Castelo-resgata-mais-de-duas-centenas-de-pessoas.aspx>, acedido em maio de 2023.
- Marinha. (2015). *NRP Viana do Castelo: Operação TRITON*. *Revista da Armada*, 493, 6-9.
- Marinha. (2017). *NRP Cacine: Cessa atividade após 48 anos de serviço*. *Revista da Armada*, 521, 9.
- Marinha. (2018). *ITSAUD 2B – Instruções Técnicas Sobre Medicamentos, Dispositivos Médicos, Equipamentos e Outros Produtos de Saúde*. Lisboa: Direção de Saúde.
- Marinha. (2018). *Portugal reforça apoio às operações de salvamento de migrantes no Mediterrâneo*. <https://www.marinha.pt/pt/media-center/Noticias/Paginas/Portugal-reforca-apoio-as-operacoes-de-salvamento-de-migrantes-no-Mediterraneo.aspx>, acedido em maio de 2023.
- Marinha. (2022). *Diretiva Estratégica da Marinha 2022*. Lisboa: Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada.
- Marinha. (2023). *NRP Viana do Castelo: Integração na Força de Guerra de Minas*. *Revista da Marinha*, 581, 10-11.
- Marinha. (2023a). *Marinha coordenou o salvamento de 458 vidas no mar em 2022*. Notícias da Marinha, 2023. <https://www.marinha.pt/pt/media-center/Noticias/Paginas/Marinha-coordenou-o-salvamento-de-458-vidas-no-mar-em-2022.aspx>, acedido em abril de 2023.

- Marinha. (2023b). *Navio da Marinha volta a atracar na Ilha das Flores, 2023*. <https://www.marinha.pt/pt/media-center/Noticias/Paginas/Navio-da-Marinha-volta-a-atracar-na-Ilha-das-Flores-.aspx>, acessado em junho de 2023.
- Martins, L. (2019). *Operação Embondeiro por Moçambique [Powerpoint Slides]*. Lisboa, Cruz Vermelha Portuguesa.
- Martins, L. A. (2018). *Modelo de Articulação entre o Sistema de Saúde Militar e o Sistema Integrado de Emergência Médica*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Matias, L. J. S., 2013. *Articulação operacional dos agentes de proteção civil em caso de catástrofe natural*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Mauri, G. (2013). *Análise do trabalho de algumas ONG em Moçambique*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MDN. (2009). *Protocolo de Cooperação entre as Forças Armadas e a Cruz Vermelha Portuguesa*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Melo H. G. (2019). Uma Marinha Útil e Minimamente Significativa. *Cadernos Navais*, 53. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Ministério da Defesa Nacional. (2015). *A Defesa de Portugal 2015*. https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/A-Defesa-de-Portugal-2015.pdf, acessado em março de 2023.
- Monteiro, L. S., Pinto, S. S., & Pedra, J. R. (2018). A Marinha Portuguesa nas operações de paz. *Revista Militar*, abril, 249-272.
- Moreira, A. & Carreiras, H. (2010d). *Portugal e as Operações de Paz: Soldados sem Inimigos? Um Olhar Sociológico Sobre os Militares Portugueses em Missões de Paz*, in *Portugal e as Operações de Paz: Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio.
- Moreira, A. & Pereira, C. (2010c). *Portugal e as Operações de Paz: O Contexto Internacional das Operações de Paz*, in *Portugal e as Operações de Paz: Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio.

- Moreira, A. & Saraiva, F. (2010b). *Portugal e as Operações de Paz: Elementos Cívicos nas Missões Humanitárias e de Paz: O Papel dos Órgãos e Entidades Cívicas Nacionais*, in *Portugal e as Operações de Paz: Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio.
- Moreira, A. & Saramago, M. (2010a). *A participação da Marinha em missões internacionais de paz*, in *Portugal e as Operações de Paz: Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio.
- Nascimento, D. (2013). Do “Velho” ao “Novo Humanitarismo”: os Dilemas da Ação Humanitária em Contextos de Conflito e Pós-Conflito Violento. *Revista Nação e Defesa*, 135(5), 93-113.
- NATO. (2001). AJP-3.4.1. *Allied Joint Doctrine for Peace Support Operations*. Military Agency For Standardisation (MAS).
- NATO. (2010). AJP-3.4. *Allied Joint Doctrine for Non-Article 5 Crisis Response Operations*. Edition A Version 1. NATO Standardization Office (NSO).
- NATO. (2015). AJP-3.4.3. *Allied Joint Doctrine for the Military Contribution to Humanitarian Assistance*. Edition A Version 1. NATO Standardization Office (NSO).
- NATO. (2018). AJP-3.19. *Allied Joint Doctrine for Civil-Military Cooperation*. Edition A Version 1. NATO Standardization Office (NSO).
- NATO. (2021). AAP-6. *NATO Glossary of terms and definitions (english and french)*. NATO Standardization Office (NSO).
- NATO. (2022). *Crisis management*. http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49192.htm?selectedLocale=en,
acedido em maio de 2023.
- Nunes, A. C. (2020). *A Marinha Portuguesa e a Capacidade de Empenho em Intervenção Humanitária e em Assistência Humanitária*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

- OCHA. (2020). *Humanitarian Programme Cycle*. https://www.unocha.org/sites/unocha/files/OoM_HPC.pdf, acessado em abril de 2023.
- ONU. (2023). Portal das Forças de Paz da ONU. <https://peacekeeping.un.org/en/military>, acessado em maio de 2023.
- Pereira, M.V. (2013). *Intervenção Humanitária e intervenção democrática: recurso força para garantir direitos fundamentais?*. Em P. Jerónimo (Org.), *A Primavera árabe e o uso da força nas relações internacionais?*. Coimbra: Edições Almedina. pp. 101-102.
- Plataforma Portuguesa das ONGD. (2018). *Ajuda Humanitária e de Emergência*, junho de 2018. Camões - Instituto de Cooperação e da Língua. https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2_conteudos_ficheiros/ficha_tematica_de_ahe.pdf, acessado em maio de 2023.
- Pollard, C. A., Morran, M. P., & Nestor-Kalinoski, A. L. (2020). *The COVID-19 pandemic: a global health crisis*. Physiological genomics.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (4ª edição). Lisboa: Gradiva.
- Regulamento (CE) nº 1257/96, de 20 de Junho (1996). *Relativo à ajuda humanitária*. Jornal Oficial da União Europeia, L163, 1. Luxemburgo: Conselho da União Europeia.
- Resolução da Assembleia Nacional, de 3 de agosto (1955). *Aprova, para ratificação, as Convenções entre os Estados Partes no Tratado do Atlântico Norte relativas ao Estatuto das suas Forças, [...]*. Diário do Governo, 1.ª série, 170, 640-682. Lisboa: Presidência da República.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2022, de 9 de dezembro (2022). *Aprova a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030*. Diário da República, 1.ª série, 236, 46-86. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2022, de 9 de dezembro (2022). *Aprova a Estratégia de Cooperação Portuguesa 2030*. Diário da República, 1.ª série, 121, 46 a 86. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril (2013). *Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª série, 67. 1981-1995. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 19 de abril (2013). *Aprova as linhas de orientação para a execução da reforma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas, designada por Reforma “Defesa 2020”*. Diário da República, 1.ª série, 77, 2285-2289. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2015, de 27 de agosto (2015). *Aprova a Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência*. Diário da República, 1.ª série, 167, 6421-6427. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Revista da Ordem dos Médicos. (2020). 204, jan-mai, pp. 61-62.
- Rey, F., & Currea-lugo, V. (2002). *El Debate Humanitario*. Barcelona: Icaria Editorial.
- Ribeiro, A. S. (2023). *Comandar em tempo de crise*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Rosa, P. R. S., & Bandeira, R. A. M. (2016). *Civil-Military Coordination in Humanitarian Logistics and the Role of the Armed Forces in Brazilian Disaster Management*. Rio de Janeiro: Instituto Militar de Engenharia (IME).
- RTP1. (2010). *Telejornal de 23 de fevereiro*. <https://www.rtp.pt/programa/tv/p32494/e4>, acedido em maio de 2023.
- Saavedra, L. & Knox-Clarke P. (2015). *Working together in the field for effective humanitarian response*. ALNAP Working Paper. London: ALNAP/ODI.
- Santos, J. F. (2021). *A ação das Forças Armadas num cenário de ajuda humanitária e de emergência*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

- Santos, L. A., & Lima, J. M. (2019). Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação. *Cadernos do IUM*, 8. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Santos, N. O. (2013). *A medicina de catástrofe na Marinha. A resposta da medicina naval em caso de catástrofe*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Silva, A. C. (2011). *O apoio humanitário, contributos das forças conjuntas e combinadas*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Silva, C. M. (2010). *A ação do Exército no Apoio à Proteção Civil: Madeira*, fevereiro 2010. Lisboa.
- Silvestre, C. (2010). *Enquadramento jurídico das operações de paz*, in *Portugal e as Operações de Paz: Uma visão multidimensional*. Lisboa: Prefácio.
- Soromenho-Marques, V. (2005). *Os desafios da crise global e social do ambiente*. Metamorfoses. Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável. Lisboa: Europa-América. 19-35.
- Taylor, D. (2020). *Performance*. Nova Iorque: Duke University Press.
- Terra, D. C. (2018). *Formação profissional e preparação do pessoal da área da saúde das Forças Armadas*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- UE. (2016a). *Versão Consolidada do Tratado da União Europeia*. (2016). Jornal Oficial da União Europeia, C 202, 7 de junho, pp. 13-45. https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF, acedido em maio de 2023.
- UE. (2008). *O Consenso Europeu em Matéria de Ajuda Humanitária*. Jornal Oficial da União Europeia, (C,25), pp. 1-12. https://ec.europa.eu/echo/files/media/publications/consensus_pt.pdf, acedido em março de 2023.

- UE. (2007). *Tratado de Lisboa*. Jornal Oficial da União Europeia, (C 306), pp. 1-229. https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:8d1c14fc-6be7-4d4e-8416-f28cfc7b3b60.0019.02/DOC_1&format=PDF, acedido em abril de 2023.
- UE. (2022). Política de Ajuda Humanitária do Conselho da União Europeia. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/humanitarian-aid/>, acedido em maio de 2023.
- UE. (2016b). *Versão Consolidada do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia*. Jornal Oficial da União Europeia, C 202, 7 de junho, pp. 47-199. https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF, acedido em maio de 2023.
- UE. (2023). Infografia do Portal do Conselho da União Europeia. <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/saving-lives-sea/>, acedido em maio de 2023.
- United Nations Disaster Assessment and Coordination (2014). *Volcano Eruption, Republic of Cabo Verde, Assessement Report*. <https://reliefweb.int/report/cabo-verde/republic-cabo-verde-assessment-report-volcano-eruption-16-december-2014>, acedido em maio de 2023.
- United Nations Office for Disaster Risk Reduction. (2015). *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030*. <https://www.undrr.org/publication/sendai-framework-disaster-risk-reduction-2015-2030>, acedido em abril de 2023.
- University of Deusto. (2006). *Working in Conflict-Working on Conflit: Humanitarian Dilemmas and Challenges*. <http://www.deusto-publicaciones.es/deusto/pdfs/hnet/hnet17.pdf>, acedido em maio de 2023.
- Wood Jr, T. (2010). Organizações Híbridas. *Revista de Administração de Empresas*, n.º 50, 241-247.
- World Health Organization. (2021). *Plano Nacional de Distribuição e Vacinação contra a COVID-19*. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/339154/WHO-2019-nCoV-NDVP-country-plans-2021.1-por.pdf>, acedido em maio de 2023.

Apêndices

Apêndice A - Militares Colaborantes

Sexo	Data	Local	Entidade	Motivo
F	23/03/2023	CCOM	CTEN TSN-RI Mara Saramago	Autora do Livro “Portugal e as Missões de Paz”
M	23/03/2023	CCOM	SCh Eng Emílio Alegre	CGerCIMIC
F	23/05/2023	ZOOM	Psicóloga Susana Gouveia	Cruz Vermelha Portuguesa
M	22/05/2023	E-mail	GMAR FZ Rodrigues Ribeiro	CGerCIMIC
F	01/06/2023	COMNAV	1TEN M Catarina Rolo	COMNAV
F	05/06/2023	DLS	CFR FN Helena Fernandes	Chefe da DLS

Apêndice B - Entidades Entrevistadas

#	Entidades	Cargo/Função
E1	CMG M Maurício Barbosa	Comandante da Força Naval no NRP <i>Bérrio</i> Missão de Apoio à Ilha das Flores 2019
E2	CMG M Monteiro da Silva	Comandante NRP <i>D. Francisco de Almeida</i> Operação Themis FRONTEX 2018
E3	CMG MN Filipa Albergaria	Médica Ginecologista Obstetra da Missão Operação PERA no Paquistão 2005
E4	CFR M Morais Chumbo	Comandante NRP <i>Viana do Castelo</i> Operação TRITON 2014
E5	CFR M Santos Jorge	Oficial de Logística Missão UNIFIL-MTF 2008
E6	CFR FZ Esquetim Marques	Comandante da Força de Fuzileiros <i>Peace Keeping Force</i> Timor 2004
E7	CFR FZ Jesus Alves	Comandante da Força de Fuzileiros Missão de Apoio à Ilha da Madeira 2010 e Missão de Apoio a Incêndios de Pedrógão Grande 2017
E8	CFR M Helena Santos	Observadora Internacional Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia (UNMVC) 2022
E9	CTEN TSN-JUR Ernestina Silva	Assessora Jurídica EU NAVFOR Somália: Operação ATALANTA 2020
E10	CTEN AN Gonçalves Pereira	Chefe da Célula Logística da CGerCIMIC
E11	CTEN AN Lara Martins	Chefe do Serviço de Abastecimento Missão de Apoio à Ilha da Madeira 2010
E12	1TEN ST-ERH Anjos Fragoso	Chefe da Equipa Tática Missão Kosovo <i>Force</i> 2021
E13	1TEN MN Mendão Rodrigues	Chefe do Serviço de Saúde Operação TRITON 2014
E14	1TEN FZ Silva Caseira	Responsável pela equipa de botes a bordo do NRP <i>Álvares Cabral</i> Missão DJARFOGO na Ilha de Cabo Verde 2014
E15	1TEN FZ Esteves Pacheco	Comandante de Pelotão Missão de Apoio a Incêndios de Pedrógão Grande 2017
E16	2TEN PSI Joana Correia Firmo	Psicóloga da Missão Missão DJARFOGO na Ilha de Cabo Verde 2014 e Missão de Apoio a Incêndios de Pedrógão Grande 2017
E17	2TEN ST-EJUR Inês Silva	Assessora Jurídica EU NAVFOR Somália: Operação ATALANTA 2021
E18	Engenheiro João Santos	Chefe do Serviço de Limitação de Avarias e Mecânica NRP <i>Afonso Cerqueira</i> Missão de Apoio à Ilha da Madeira 2010

Apêndice C - Guião da Entrevista

Dissertação de mestrado da Escola Naval “Operações de Apoio Humanitário: O emprego da *Marinha Portuguesa*”

Perante o atual panorama de necessidade de apoio humanitário nas mais variadas situações, em contexto nacional e internacional, justifica-se a realização de uma análise às Operações de Apoio Humanitário realizadas no passado pela Marinha Portuguesa, com vista a protagonizar este tema e o papel crucial que poderão ter num futuro muito próximo, em missões alheias aos seus tradicionais empenhamentos. Este trabalho desenvolve o apoio humanitário, numa altura em que continuamente as populações se vêm dependentes de ajuda devido a catástrofes naturais ou guerras, e a Marinha Portuguesa, como ramo das Forças Armadas poderá vir a ter um papel cada vez mais importante. Dadas as circunstâncias, torna-se extremamente necessária e importante a sua colaboração na entrevista.

Nota Introdutória acerca do entrevistador

Sou a Aspirante, da classe de Administração Naval, Inês Antunes Pereira, tenho 25 anos e sou natural de Torres Novas. Concorri à Escola Naval em 2018, e ingressei no curso “Contra-Almirante *Manuel Armando Ferraz*”, ao qual me orgulho de pertencer. Semelhante ao que encontramos na navegação em alto mar, as vivências na Escola Naval e a oportunidade de realizar uma dissertação de mestrado sobre um tema escolhido por mim, inspiraram-me a alargar os horizontes e a colocar em perspetiva as necessidades atuais e futuras da Marinha Portuguesa, nunca esquecendo a sua missão, “proteger e promover os interesses de Portugal no e através do mar”.

Nota Introdutória acerca da entrevista

A presente entrevista, no âmbito da dissertação do mestrado em Ciências Militares Navais, Ramo de Administração Naval, cujo tema se designa por “Operações de Apoio Humanitário: O emprego da *Marinha Portuguesa*”, tem como objetivo analisar e reunir os testemunhos reais dos militares da Marinha Portuguesa envolvidos nas Operações de Apoio Humanitário ou que pelas funções que desempenharam no passado ou desempenham atualmente, tenham frutuoso contributos na área das Operações e/ou do Apoio Humanitário.

O objetivo deste trabalho é o de analisar e responder à seguinte questão central: Em que medida a Marinha Portuguesa traz acréscimo no apoio a civis?

Questões gerais da entrevista

Q1: Qual é o papel da Marinha Portuguesa, como ramo das Forças Armadas, no empenhamento de militares para prestação de apoio humanitário?

Q2: Existe algum plano, meio, estrutura ou força específicos da Marinha Portuguesa para fazer face às situações decorrentes de conflitos e, assim, prestar apoio humanitário?

Q3: Quais são as funções desempenhadas pelos militares nas Operações de Apoio Humanitário?

Q4: Tendo em conta o cenário atual de que dispomos, o que acontece na realidade em termos de Operações de Apoio Humanitário está alinhado, e de acordo, com a doutrina e legislação correspondente?

Q5: Existe algum obstáculo, demarcado pelos civis, ao exercício de funções por parte dos militares durante as Operações? O que poderia facilitar esta relação?

Q6: Existe alguma diferenciação quando comparados os modos de atuação em território nacional e em território estrangeiro no âmbito do Apoio Humanitário?

Q7: Considera que as Operações de Apoio Humanitário são uma mais-valia para a Marinha Portuguesa? Em que aspetos?

Q8: Que estratégias contribuem para aumentar a participação da Marinha Portuguesa em Operações de Apoio Humanitário?

Q9: Quais são as variáveis limitativas, e que contribuem para diminuir a participação da Marinha Portuguesa em Operações de Apoio Humanitário?

Q10: Seria importante aumentar a participação da Marinha Portuguesa neste tipo de operações?

Q11: Quais são as diferenças que permitem à Marinha Portuguesa, enquanto ramo das Forças Armadas, distinguir-se das grandes Organizações Não Governamentais na ação e ajuda humanitárias?

Q12: Quais as ferramentas a serem criadas para que a Marinha Portuguesa, com competências na área do apoio humanitário, se articule com as Organizações Não Governamentais?

Q13: O pedido de ajuda humanitária, tanto a nível nacional, como internacional, provém sempre de diferentes origens, nomeadamente da NATO, da ONU, da Proteção Civil, da CVP, mas a entidade recetora nem sempre é a mesma. Qual é a sua opinião relativamente a este procedimento? Seriam as Forças Armadas, como instituição nacional, um adequado recetor centralizado? Porquê?

Questões específicas da entrevista (missão X)

Q1: Quais foram as suas motivações para participar na missão X? A sua participação foi de caráter voluntário?

Q2: Qual foi o período da missão X? Em que período viu a sua participação?

Q3: Que tipo de ações de aprontamento foram realizadas para a missão X? Em termos de preparação, existiu alguma ação de treino ou formação prévia?

Q4: Teve algum tipo de preparação para a interação civil-militar durante a missão X?

Q5: Quais foram as funções que desempenhou quando esteve na missão x?

Q6: Durante a missão X sentiu que algumas funções desempenhadas por si, deviam ter sido desempenhadas por outras pessoas? Sentiu que não tinha preparação para o exercício das suas funções? Sentiu falta de alguma função que não existiu?

Q7: Quais foram as maiores dificuldades sentidas durante a missão X?

Q8: Sentiu que a sua participação foi imprescindível durante a missão? Sentiu-se útil?

Q9: Qual foi o impacto para a Marinha Portuguesa devido à realização da missão X? Quais foram as lições aprendidas, na sua perspetiva?

Questões de caráter individual

Q1: Qual a sua idade?

Q2: Qual a sua nacionalidade?

Q3: Quais as funções que já desempenhou no âmbito das Operações ou do Apoio Humanitário?

Q4: Qual o seu cargo/função que desempenha atualmente?

Obrigada pela sua colaboração.

ASPOF AN Inês Antunes Pereira

Apêndice D – Participação em Operações Conjuntas: Agência FRONTEX

Ano	Operação Conjunta	Recursos Empregues	
2014	INDALO e TRITON	NRP <i>Figueira da Foz</i> NRP <i>Viana do Castelo</i>	1180 militares
2015	INDALO	NRP <i>Viana do Castelo</i>	
2016	TRITON	NRP <i>Figueira da Foz</i> NRP <i>Vasco da Gama</i>	
2017	TRITON e INDALO	NRP <i>Viana do Castelo</i> NRP <i>Tejo</i> NRP <i>Douro</i>	
2018	THEMIS e INDALO	NRP <i>D. Francisco de Almeida</i> NRP <i>Álvares Cabral</i> NRP <i>Douro</i>	
2019	THEMIS e INDALO	NRP <i>Douro</i> NRP <i>Figueira da Foz</i> NRP <i>Mondego</i>	
2020	INDALO	NRP <i>Tejo</i> NRP <i>Escorpião</i>	
2021	INDALO	NRP <i>Mondego</i>	
2022	INDALO	NRP <i>Mondego</i>	
Totais		3 fragatas, 6 NPO, 10 LFC e 1 LFR	

Apêndice E - Contentores das Tabelas Especiais

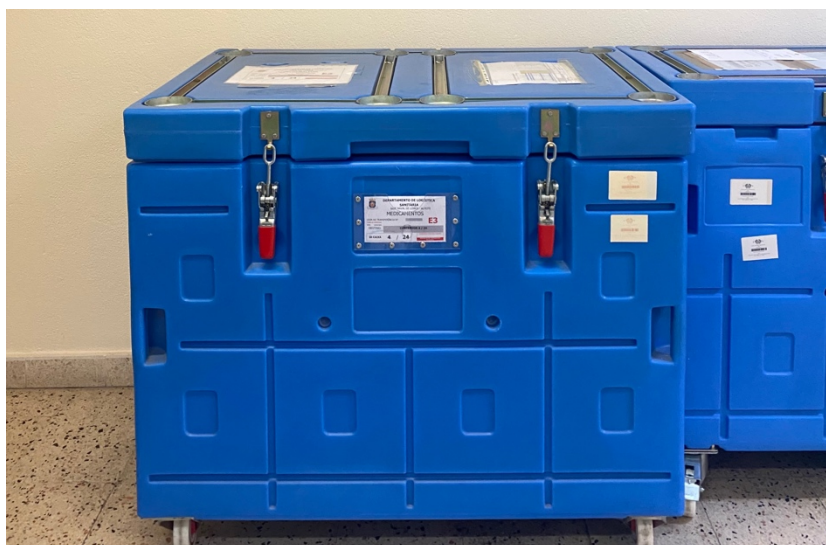


Figura 1 – Contentor fechado da Tabela E3



Figura 2 – Contentor aberto da Tabela E3

Apêndice F - Questões Gerais das Entrevistas

Tabela 1 - Questão Geral 1

Q1	Qual é o papel da Marinha Portuguesa, como ramo das Forças Armadas, no empenhamento de militares para prestação de apoio humanitário?
E1	É uma missão que pode ser incutida, desde que determinada pela lei e pelo CEMGFA. É das missões mais nobres e úteis, apoiar as populações nacionais e internacionais.
E2	O papel da Marinha está definido nas 3 grandes funções: defesa, dissuasão e segurança ao desenvolvimento. Enquadra-se no aspeto da função de segurança do Estado, embora não seja este o papel fundamental e principal das FFAA. As ações de apoio humanitário são muito diversificadas e podem ter enquadramentos muito diferentes. Pensamos sempre em situações de catástrofe, mas nem sempre é assim.
E3	Não é a missão da Marinha fazer missões humanitárias. Não é que a Marinha faça um apoio propriamente humanitário, mas antes porque serve Portugal no, e através do mar, por isso é que ajudamos, apesar de não ser o <i>core business</i> dos militares.
E4	A preocupação da Marinha com o passado permitiu continuar o treino em prestação de auxílio a uma população, através do OST, mas não temos a doutrina.
E5	—
E6	As FFAA apoiam operações humanitárias, não conduzem. O que acontece é uma saturação de um determinado país, em termos de capacidade, pedindo apoio a uma Organização, que o mobiliza. Consoante os requisitos e disponibilidade, a Marinha pode fornecer. Temos vantagens relativamente a outros, mas estamos limitados na capacidade de carga e de transição do mar para a terra.
E7	A Marinha enquanto ramo das FFAA tem um papel extremamente ativo na prestação de apoio humanitário, tanto no EEINP, como no EEINC, conforme vertido no art. 275º da CRP. Por outro lado, a Marinha tem a função de apoiar a AMN com recursos, que em determinadas situações, acabam por ter um carácter de apoio humanitário, seja no salvamento marítimo ou no combate à poluição no mar. Não somos apenas uma Marinha combatente. Só as FFAA estão preparadas efetivamente para estas situações, porque rapidamente uma operação deste tipo pode escalar em conflito armado.
E8	Assumimos vários papéis. Em 2009, na Somália, no fornecimento de alimentos. Em 2010, no Mar Aberto, prestamos, dentro da nossa capacidade, auxílio médico (consultas). Em 2010, no aluvião da Madeira, assumimos funções DISTEX, os navios estão preparados para lá estar (24h a 48h). No caso da Columbia, caso de FND, funciona

	como militar individual, o apoio é prestado “fora da caixa”. Na CGerCIMIC, as pessoas têm formação para o apoio na parte civil, é uma ligação com as ONG/OG mas não estamos na dependência de civis. Temos de ter a perceção da nossa missão, de acordo com a política e, acima de tudo, manter a ordem militar.
E9	A Marinha tem vantagens, nomeadamente no apoio humanitário de emergência, através de assessoria jurídica. A projeção de qualquer ajuda, de forma rápida e eficiente, é uma facilidade e uma mais-valia. É mais fácil quando falamos de um Estado que nos facilite a entrada num porto, mas mesmo não havendo essa possibilidade, temos mais facilidade na aproximação. Aprontamos os meios necessários com muita rapidez. A Força Aérea e o Exército obedecem a um planeamento com muita antecipação, o navio está sempre pronto. O acesso a comunicações satélite é mais fácil do que nos outros ramos, que tem uma complexidade maior. Se tivermos um grau de prontidão adequado, temos grandes vantagens no apoio humanitário.
E10	Desempenhamos um papel ativo, dependendo das situações e da tipologia do apoio humanitário. As MRCC assumem um papel fulcral no apoio humanitário, mas mais localizado.
E11	Primeiramente, reconheço que é fundamental, sobretudo na componente marítima, porque é a Marinha que, em Portugal, melhor domina o mar e o ocupa diariamente, e isso faz toda a diferença num cenário de crise e catástrofe. No dia a dia nem sempre é fácil andar no mar devido às condições, muitas vezes, adversas. Por isso, em situações atípicas, ainda mais difícil o é. Acho que é fundamental, enquanto entidade que domina a arte do mar e melhor o conhece, nada melhor que numa situação atípica, ser a Marinha a prestar o apoio. Em segundo lugar, seja pela componente naval, seja pelas próprias valências de um militar, está habituado a lidar com situações extremas que, muitas vezes, para quem sofre esse fenómeno, nem sempre são fáceis de lidar. Os militares estão preparados, organizados, treinados e mecanizados para, em determinado cenário, reagir de determinada forma. Temos o treino padronizado, exemplo disso é o DISTEX. Por último, pela flexibilidade em alterar o planeamento, pois estão treinados para isso.
E12	A Marinha pode empenhar militares neste tipo de operações através do EMGFA e do destacamento CIMIC.
E13	A Marinha pode e deve prestar apoio humanitário. Nós temos ordens para cumprir e devemos cumprir a nossa missão. Uma das missões é a salvaguarda da vida no mar, e penso que essa missão tem esse cariz humanitário.

E14	Estas operações desempenham um papel ativo na Marinha e não podem deixar de o ser.
E15	É uma função inerente à Marinha.
E16	Um papel muito importante. Umas das missões é a de prestar apoio humanitário, tanto a nível nacional, como em TE.
E17	Vem na CRP estabelecido que Portugal tem compromissos internacionais que tem de preencher neste âmbito, e por isso, são empregues as FFAA.
E18	É um papel de garantia da segurança e de necessidades básicas à população.

Tabela 2 - Questão Geral 2

Q2	Existe algum plano, meio, estrutura ou força específicos da Marinha Portuguesa para fazer face às situações decorrentes de conflitos e, assim, prestar apoio humanitário?
E1	Claro. Existem planos pela PRT MARFOR, existe uma força permanente que é imediatamente empregue.
E2	Todas as unidades operacionais da Marinha terão alguma capacidade menor ou maior. Não haverá um plano para empregar a Marinha toda, mas cada unidade terá o seu, inerentes às suas próprias características. Poderá haver uma preparação específica consoante a missão.
E3	O apoio humanitário é necessário em conflitos e catástrofes. A missão da Marinha é muito clara, apoiar a população através da articulação com a proteção civil. A proteção da população é ajuda humanitária, mas não puramente, independentemente de existir conflito armado. O apoio humanitário é vasto. Pode ser empregue em conflitos e catástrofes, pode ser apoio agudo ou crónico e apoio em emergências ou sustentado.
E4	A estrutura está ancorada no COMNAV, na parte operacional. Edificamos apenas exercícios.
E5	—
E6	Tem capacidade de gerar forças especializadas de acordo com a missão atribuída. A Marinha é a componente naval das FFAA, em termos de operações, tanto nas Operações de combate, como nas Operações de repostas a crise. A FRI está orientada para as NEO. A FRI esteve nas Ilha das Flores, foi também projetada para Moçambique com os FZ e também esteve na Madeira também com os FZ e motobombas. A dimensão da Marinha é pequena. É preciso estar presente para garantir a visibilidade e solidariedade.
E7	Existe toda a documentação estruturante (CRP, CEDN, CEM, as MIFA e as Leis Orgânicas) onde claramente estão enquadradas este tipo de missões e apoio. Temos a FRI, enquadrada pela DIROP Nº 004/CEMGFA/2018, que contempla uma organização para responder a um quadro de missões, onde se incluem este tipo missões. Além disso, ainda temos um conjunto de planos para responder a missões de proteção civil, onde podemos também enquadrar estas operações, numa lógica de apoio a diversas entidades civis. A Marinha, além das forças atribuídas à FRI, tem uma Força de Marinha para apoiar no âmbito das missões de proteção civil. A Marinha vai adaptando o dispositivo às necessidades na resposta a este tipo de missões.

E8	Os navios têm um treino particular, de uma forma limitada no tempo devido aos <i>Days of Supply</i> .
E9	A Marinha é responsável, não pelo emprego dos meios e forças, porque essa responsabilidade é do EMGFA, mas, como componente naval da FRI, temos aquilo que os outros ramos não têm: um Estado-Maior permanente. Para além dessa estrutura, temos um Comandante da PRT MARFOR, que nos permite ter a todo o tempo uma estrutura para dar resposta, de forma célere e adequada, a esse tipo de apoio que nos pode ser pedido. Temos vários planos de contingência, aprovados para cada situação.
E10	Existem os definidos ao nível do EMGFA e da FRI. Os meios têm de estar em prontidão para dar esse apoio. Dispomos também da CGerCIMIC e de planos.
E11	Da experiência que tenho, todo e qualquer apoio humanitário é diferente, seja na dimensão, seja no tipo de população que vamos encontrar culturalmente, como também a dimensão das consequências. Depende muito destas 3 componentes. Mas quer o plano, quer o meio, quer a estrutura é relativo e não deve ser estanque, porque depende das circunstâncias. O apoio humanitário devia ser transversal a toda a estrutura militar porque, em última instância, somos todos precisos. Não devemos empenhar a Marinha toda em apoio humanitário, mas deviam estar todos preparados e sensíveis para que, em última instância, possam ser empenhados. Por exemplo, se acontecer um cenário catastrófico como o terramoto de 1755, em Lisboa, existe uma necessidade de emprego em peso. Todos as crises e conflitos envolvem apoio humanitário, quando o assunto são pessoas. Os militares têm essa característica de apoiar o próximo, daí serem importantes neste tipo de fenómenos. O ideal seria que os militares estivessem sensibilizados para este tema, ainda que treinados e formados fosse o ótimo, porque faz toda a diferença nestes cenários. O ideal é estarmos preparados para o pior, mas esperarmos pelo melhor e isso só é conseguido se existir a máxima de que todos podem ser empenhados.
E12	Existem Planos do COMNAV e também sai uma ORDMOVE a cada missão. O CCOM tem um Estado-Maior e a Marinha tem forças entregues à FRI. Em termos de certificação e treino fazemos o Exercício LUSITANO.
E13	Que eu tenha conhecimento não há nenhuma estrutura montada, nem nenhum departamento que esteja direcionado para o apoio humanitário. Friamente a resposta é não. Fruto de algumas lições aprendidas e missões efetuadas, existem nalgumas unidades ferramentas de <i>know-how</i> , mas que se encontram demasiado dispersas.

	Deviam ser agrupadas num departamento. Em termos de treino o mais parecido é o DISTEX.
E14	Dentro da Marinha a estrutura principal para gestão de acidentes é a divisão de operações do EMA e do COMNAV. Não temos uma estrutura específica para este tipo de operações.
E15	A FRI e o conjunto modelado de forças.
E16	Desconheço. Temos planos de emergência no âmbito da proteção civil e fazemos exercícios no âmbito da proteção civil.
E17	Temos a Força Naval Portuguesa, que está em permanência. Eu sou a assessora jurídica do comandante português. Caso a FRI seja ativada, consoante essa ativação, podem ser empregues os meios.
E18	Missões da competência do COMNAV. Existe um dispositivo de emergência.

Tabela 3 - Questão Geral 3

Q3	Quais são as funções desempenhadas pelos militares nas Operações de Apoio Humanitário?
E1	São as funções que forem determinadas. Desde evacuar populações, evacuar populações. Os cenários são os mais variados dependendo da situação. São um conjunto daquilo que é feito nos treinos dos navios.
E2	Podem ser muito variadas, dependendo da UN ou Unidade em Terra, e em função das necessidades e características de cada operação. Funções de segurança, técnicas, logísticas e apoio médico. Uma fragata terá capacidades diferentes das outras UN. Das duas uma, ou as unidades são preparadas para determinada missão ou existe aquilo que é a grande vantagem das Marinhas; quando empenhadas em missões fora de área, conseguem socorrer a situações a algum local, em função das suas características, podendo fornecer algum primeiro apoio rapidamente. Existe uma flexibilidade no apoio diversificado que pode ser dado.
E3	No caso da missão do Paquistão, no hospital de campanha tínhamos técnicos de radiologia, farmacêuticos, logísticos, engenheiros, que reconstruíam pontes e estradas, e comunicativos, que estabeleciam a comunicação entre equipas quando projetadas fora das sedes. As funções são de suporte logístico para essas ações, principalmente infraestruturas, para depois assegurar a sustentabilidade.
E4	Dependendo da tarefa, conseguimos ter a bordo várias áreas interligadas. Em 1998, na Guiné-Bissau, com o NRP <i>Vasco da Gama</i> , fizemos prestação de consultas em Terra. Em 1999, em Timor-Leste, com o NRP <i>Vasco da Gama</i> , fizemos distribuição e apoio médico para hospitais e reconstrução de escolas. Em 2010, no aluvião da Madeira, fizemos comando e controlo, (...) eu estava no COMNAV, na divisão de comunicações. Em 2014, na Operação TRITON e em 2015, no sul de Espanha, na <i>WINDOW</i> , a bordo do NRP <i>Viana do Castelo</i> , foram missões do âmbito humanitário, apesar de não ser vocacionada para isso. Vamos lá para fazer controlo de fronteiras, mas está na lei que qualquer embarcação deve salvar no mar.
E5	—
E6	A principal função é a de uma contribuição militar principal, através da criação de um ambiente securitário, para que sejam reunidas as condições para as organizações responderem. A criação de um ambiente seguro é a principal. Mas desempenhamos outras funções, como a mobilidade, tratamento de águas, distribuição de alimentos, e no caso dos fuzileiros e mergulhadores, resgate de pessoas em locais com difícil acesso.

E7	As funções são diversificadas, tendo em conta o conjunto de capacidade da força estruturada para cada missão.
E8	Muitas. Desde equipas médicas, cursos de socorrismo, brigadas de limitações de avarias, esgotamento de infraestruturas e busca de pessoas, através dos fuzileiros. A Marinha pode participar em missões NEO. Tem de haver formação base, para os fuzileiros, cadetes e aspirantes, logo à entrada, com cursos de primeiros socorros. No caso de participação na CGerCIMIC, é necessária formação. Num navio que vai prestar apoio humanitário, existem equipas com formação específica. Cada pessoa tem um detalhe e quando se cumpre determinados cursos, estamos prontos. Antes do navio estar empenhado, o navio é treinado.
E9	Os militares têm as competências adequadas para reagir e aliviar o sofrimento humano neste tipo de teatros, porque temos os meios para atuar na diversidade, temos o treino, e, portanto, temos as pessoas para atuar de forma rápida e eficaz.
E10	Funções logísticas, assegurar bens e serviços, que numa situação específica, ficaram debilitados, para que as pessoas voltem ao seu estado normal. Fazer a ligação com as ONG também é importante.
E11	Funções de Socorro imediato, apoio psicológico, reestruturação de infraestruturas base e cooperação com as autoridades locais. Quando digo socorro refiro-me ao socorro a afetados, feridos, vítimas mortais ou resgate e busca de corpos. Ainda que sem formação, o apoio psicológico é muito importante. Como militares, nestes cenários, sentimo-nos na obrigação de dirigir palavras de apoio e consolo, e a formação nesse sentido seria muito útil. É extremamente importante que, ainda que haja vítimas mortais desaparecidas, as mesmas sejam encontradas e entregues aos familiares.
E12	Depende da área. A DIROP nº003/CEMGFA/2019 define as funções da FRI.
E13	A bordo de uma UN cada um tem a sua função e não dá para fugir disso. Em determinadas condições, existem funções que podem ser assumidas. O médico não tem bordada, por isso está inteiramente disponível. Precisamos sempre dos socorristas.
E14	Pode ser um papel direto ou mais passivo.
E15	De acordo com a tarefa. Cada missão tem um objetivo. Com base nessa causa, é desenhado um conjunto de tarefas que pode variar. Uma capacidade é desenhada para responder a uma função, seja qualquer for a causa.

E16	Depende da classe. Enquanto psicóloga, intervenção psicológica com os civis, mas de elevada importância com os militares. Os mergulhadores e fuzileiros também são muito importantes. Ações de divulgação na prevenção são importantes.
E17	Depende dos cargos que ocupam. Se falarmos da assessoria jurídica, dependemos do Almirante diretamente. O que fazemos é prestar aconselhamento em matéria legal e a tudo o que é o planeamento e a execução das missões.
E18	Na Ilha da Madeira, com o NRP <i>Corte Real</i> , foi aplicado aquilo que foi treinado no Apoio a zona sinistrada, no treino na Corveta. Chefe de equipas técnicas e esgotar carros.

Tabela 4 - Questão Geral 4

Q4	Tendo em conta o cenário atual de que dispomos, o que acontece na realidade em termos de Operações de Apoio Humanitário está alinhado, e de acordo, com a doutrina e legislação correspondente?
E1	Presumo que sim, apesar de não estar.
E2	Sim, aquilo que é feito na Marinha está alinhado com a doutrina. O treino que é realizado tem sempre isso em consideração.
E3	Não sei responder. A Marinha não tem como missão fazer apoio humanitário, mas tem de apoiar a proteção civil. Nacionalmente sempre atentos, bem como em termos internacionais, através dos compromissos, por exemplo UTM, FRONTEX, NATO. O treino também, por exemplo pilotos da Ucrânia. Introduzir os primeiros socorros psicológicos, algo pioneiro em Portugal: para se controlarem melhor em relação aos civis. Mais que treinar soldados para trabalhar bem. Eu via as maiores atrocidades sem denunciar (Princípio da não-ingêrência).
E4	A Marinha peca em legislação, relativamente ao apoio que pode dar no salvamento marítimo comum, como um navio SAR. A doutrina não está desenvolvida para este problema. Temos para incêndios, cheias, etc. Não há tempo e não se desenvolve doutrina estando fechada. Os exercícios efetuados não foram vertidos em doutrina.
E5	—
E6	A nível nacional, quem toma conta disto é a ANEPC. Através do CCOM, a Marinha pode ser empenhada. Em TN, tem funcionado bem com a ANEPC. Nos casos de incêndios, a cooperação tem funcionado bem. Existem mecanismos próprios em termos de UE e da NATO, está tudo alinhado. Existem exercícios. Existem equipas multidisciplinares que se reúnem para verificar mecanismos de resposta.
E7	Sem dúvida que sim, pois está claro em toda a documentação estruturante o apoio ou intervenção das FFAA nesta tipologia de missões. Podemos não gostar ou achar que não faz parte das missões das FFAA, mas temos de visitar toda a documentação estruturante, nomeadamente o art. 275º da CRP.
E8	Sim, naturalmente tem de estar alinhado. Temos de ter legitimidade para entrar em território. Caso contrário, não podemos atuar.
E9	Sim, creio que não há divergências entre o que é exercido e a doutrina e a legislação. Tem de existir um esforço de atualização, e sensibilização a nível político. Qualquer

	atualização depende da iniciativa, que fica nas mãos do nível político. Existem aspetos que mereciam atualização, e têm vindo a ser protelados.
E10	Não sei, não tenho conhecimento da doutrina. Acredito que esteja.
E11	Confesso que não conheço toda a legislação no âmbito humanitário. A preparação dos militares está prevista, mas não legislada. Está previsto na doutrina os militares terem formação em DIH, mas não está regulamentado em termos internos. Neste âmbito, julgo que há muito trabalho a fazer em termos de legislação. A ONU e o CICV têm imensa doutrina e boas práticas já feitas. Apesar da dimensão da ONU, muita informação e boas práticas são adquiridas através do CICV. De uma forma geral, a realidade ainda não reflete a doutrina, porque não se encontra legislada.
E12	Sim.
E13	Confesso que desconheço a legislação e a doutrina que nos rege. De uma forma muito geral, e na minha área, da saúde, está muito pouco doutrinada. Há legislação NATO que seguimos, mas pouco específica. Na área da saúde, não temos nenhuma.
E14	Honestamente não sei responder. Não estudei o suficiente sobre estas operações. A NATO tem a sua doutrina e no âmbito civil é a ONU que detém o conhecimento.
E15	Presumo que sim.
E16	As culturas são diferentes e a perspetiva de género pode ter implicações. A NATO tem STANAG 2564 e 2565, importantes na psicologia e aprontamento, que fala da obrigatoriedade de legislar. O planeamento dos navios não permite, muitas vezes, o aprontamento devido. Existem apenas 4 palestras obrigatórias previstas: prevenção suicídio, eventos potencialmente traumáticos, stress, consumo de álcool e substâncias.
E17	Sim, creio que sim.
E18	Não tenho dados para responder.

Tabela 5 - Questão Geral 5

Q5	Existe algum obstáculo, demarcado pelos civis, ao exercício de funções por parte dos militares durante as Operações? O que poderia facilitar esta relação?
E1	Obstáculo não há, tem de haver coordenação. Quando estive na Ilha das Flores, a bordo do NRP <i>Bérrio</i> , estávamos preparados para fornecer combustível, mas não foi necessário. Por isso, é criada uma estrutura, em que todos os <i>stakeholders</i> são envolvidos. Têm de estar alinhados e coordenados entre pedidos e o que é necessário.
E2	Desconheço que exista algum obstáculo, mas diria que não. A presença de militares nestas operações é sempre para colmatar lacunas, portanto, se houver capacidade de outras Organizações podem ser elas a responder e as FFAA não são chamadas.
E3	“Proibida a entrada a militares” em apoio humanitário não faz sentido. Num terramoto, não se justifica estarmos do lado dos inimigos. Ser rejeitado tem um impacto negativo, querem ignorarmos ostensivamente. Os militares fazerem voluntariado ajudaria a compreender ONG. As ONG não são desorganizadas, e também existem militares incorruptos. Havendo mais interação e cooperação entre nós (civis e militares). A pessoa só ama o que conhece e só conhece aquilo a que se expõe. Se não houver movimento de aproximação, não é possível.
E4	As funções estão bem definidas pela estrutura de apoio. O CCOM contacta a ANEPC. Existem oficiais de ligação e civis de ligação e é com esses que se fala. Não vejo obstáculos. Um militar não aceita funções dos civis, só aceita do EMGFA.
E5	—
E6	O papel das FFAA em termos de paz e de guerra. As FFAA estão orientadas para a Defesa, por isso não têm autoridade policial, estando limitadas nas suas funções. Algumas situações requerem recurso a entidades superiores para não passar por cima de legislação. O exercício de comando de situações de catástrofe não será militar, ao contrário de outros países. Os obstáculos são os que estão na lei. A Marinha tem uma dualidade (ex: o comandante de porto é o comandante de Comando de zona). Obstáculos são ultrapassados com acordos aos mais altos níveis.
E7	Não existe qualquer obstáculo, a relação está facilitada, pois nunca tive qualquer dúvida da ação das FFAA neste tipo de missão. Estamos em apoio às diversas entidades civis, a não ser em situações que essas entidades estão integradas nas FFAA, como a ação da DGAM no combate à poluição no mar. Em TN, mesmo no estado de emergência, apoiamos as entidades civis.

E8	TN: Em regimes de exceção (tempos de guerra) os militares têm legislado como trabalham com os civis (CRP). Quando em situação de emergência ou calamidade, os civis apoiam militares. Os civis têm de ter uma estrutura e capacidade de planeamento para apoiar militares, em tempo de guerra, em termos de alimentação, energia, etc. Efetivamente isto não está feito, está previsto em lei, mas não está estruturado. Este apoio está alinhado com a NATO. Em regime de exceção, também apoiamos civis.
E9	Não acho que existam obstáculos. Nomeadamente numa situação de catástrofe e crise, não creio que exista essa muralha. É quase um mito, e nós militares temos aprendido, e estamos cada vez mais formados para cooperar com as organizações civis. Regra geral, somos bem vistos com a forma como conduzimos esse apoio humanitário.
E10	O obstáculo maior que existe é das próprias organizações, eles querem sobressair em relação a nós, mas nós como FFAA, acabamos por limitar essa visibilidade. Acaba por retirar a visibilidade das ONG, por isso é necessário existir uma boa ligação, porque podemos sair prejudicados se a cooperação não for materializada.
E11	Existem. Existe a ideia de que o militar é intocável e inquebrável. O desempenho de alguns civis pode ser excelente, bem como o de militares. A palavra-chave aqui é cooperação. Se nos conhecermos melhor uns aos outros em termos de treino, exercícios conjuntos e pequena resposta, ajuda-nos a desmistificar ideias, quer dos civis em relação aos militares, quer dos militares em relação aos civis. Para diminuir as divergências devem ser criadas sinergias, porque se houver proximidade entre as pessoas e entre as instituições, ficamos todos a ganhar. A cooperação que existe tem de ser de confiança. Se conhecermos bem o outro e confiarmos, quer nas suas qualidades, quer nas suas fragilidades, conseguimos cooperar muito melhor, tendo como promotora a humildade na atuação. A existência do outro não ameaça a minha, pelo contrário, é melhor para todos.
E12	É necessário reunir com as respetivas entidades e perceber quais são as necessidades deles, para chegarmos a um acordo. A comunicação é a base.
E13	Nunca senti dificuldade, por parte de nenhuma entidade, quando estamos lá para ajudar. No FRONTEX tínhamos civis a bordo e nunca tive qualquer dificuldade com eles, nem obstáculos ao exercício das nossas funções. Estamos com o mesmo fim.
E14	Eu não sinto, da experiência que tive, que tenha existido obstáculos. Muito menos das populações civis afetadas. A legislação define bem os limites. O país pede apoio e baliza aí a sua atuação.

E15	Não. O Uso da força pode ser um obstáculo, dependente do cenário. Manter uma boa relação com as organizações é importante.
E16	Nunca senti isso, em nenhuma das missões, antes pelo contrário. Em Cabo Verde as pessoas estavam muito agradecidas pelos militares. Na Ilha do Fogo não havia psicóloga, foi uma tradutora que ajudou na língua, enquanto a psicóloga portuguesa fez a parte técnica. Em Pedrógão Grande também estavam muito agradecidos.
E17	Não, a lei de segurança interna estabelece um conceito de articulação operacional de forma genérica, que as FFAA e os serviços de segurança cooperam nas matérias.
E18	Não são entraves, são desafios. A minha experiência é que existem cadeias de comando distintas e isso pode ser um desafio. É também minha experiência que nenhum agente público tem os meios suficientes para desempenhar estas funções sozinho. O desafio, e arrisco a dizer, futuro, destas missões, é a integração de vários agentes públicos numa só missão. Não existe nenhum agente oblíquo capaz para dar resposta sozinho. É transversal ao mundo inteiro, existe uma grande imprevisibilidade, e com muita frequência, não temos meios para atuar. Não há entidades civis que consigam responder sozinhas, o segredo está em cooperar. As ONG têm dificuldades, principalmente na cadeia de C2. Pontos de C2 da proteção civil e da Marinha manifestam-se numa redundância.

Tabela 6 - Questão Geral 6

Q6	Existe alguma diferenciação quando comparados os modos de atuação em território nacional e em território estrangeiro, no âmbito do Apoio Humanitário?
E1	Nunca participei no estrangeiro.
E2	No modo de atuação não, mas a coordenação e dependência há diferenças. No âmbito estrangeiro, terá de existir um acordo e um pedido. A atuação poderá ser mais rápida em TN. Os procedimentos serão os mesmos.
E3	Depende de com quem nos estamos a articular. A estrutura é diferente conforme o cenário. A facilidade devido à proximidade cultural é mais facilitada do que com estrangeiros, que desconhecemos a cultura. No estrangeiro, há traduções mal feitas.
E4	Estrangeiro: debaixo do EMGFA (centro de operações conjunto). São dadas ordens pelo comando do FRONTEX e sou executante. Fazia-se o reporte ao EMGFA, também devido ao facto da comunicação social fazer chegar a informação ascendente. Temos um cordão umbilical com o EMGFA, por isso atuamos nesse quadro.
E5	—
E6	A questão cultural e a questão do género, a questão da integração entre forças de vários países. Integrar mecanismos que não conhecemos, como a linguagem. A religião é uma questão muito sensível. É importante o oficial de ligação. Uma força de fuzileiros apenas tem elementos masculinos e, em questões de género, poderemos estar limitados. De acordo com o cariz da missão, deverá ser feita uma análise da mesma para gerir a melhor forma, reunir e acautelar todos os aspetos.
E7	Em Portugal apoiamos entidades civis (...) nomeadamente, a Proteção Civil ou a AMN, como aconteceu na Ilha das Flores, quando cooperámos no transporte de mantimentos, mas também na recuperação do cais de atracação. No estrangeiro, podemos ser empregues ao abrigo de uma organização internacional, ou no âmbito das relações bilaterais ou multilaterais, como aconteceu em Moçambique, em 2019. Mesmo nestes casos, o poder está sempre nos governos respetivos e nas respetivas entidades.
E8	Regras de empenhamento e a legislação, bem como se estamos a cumprir com a doutrina NATO. Na Colômbia, tive de respeitar as regras das ONU. Cada Organização tem a sua doutrina e os militares têm de respeitar essa doutrina. No Kosowo, temos de adequar a nossa vivência de acordo com a doutrina, legislação, cultura. Em TN é mais fácil.
E9	São situações muito diferentes. O EMGFA tem um representante na ANEPC. Em termos nacionais, o procedimento pode ser mais rápido, por ser nacional, mas compreende

	todos os passos de coordenação, que podem tornar o processo complexo. Em termos internacionais, e quando se fala em ajuda humanitária, as dificuldades são facilmente removidas. Se estivermos a atuar ao abrigo dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, no âmbito da NATO ou ONU, o nosso quadro de atuação vai depender da visão que essas organizações têm do “mandato”, que advém da instituição ao abrigo da qual estamos a atuar.
E10	A grande diferenciação é que a nível nacional temos identificadas as linhas de comunicação, e como atuamos e a língua. A nível internacional desconhecemos os atores que estão no terreno, utilizamos o OCHOA. A nível internacional é maior o desafio.
E11	Sim, claro. Ainda que a essência humanitária seja a mesma. No fim a que se destina, acho que não. Na maneira como nos organizamos e integramos a resposta, sim. Em TN estamos a cumprir o nosso dever, é uma componente inerente que temos no Estado Português, enquanto Marinha. Já num TE somos convidados a cooperar. É totalmente diferente. Quando os idiomas são diferentes há uma dificuldade maior.
E12	O sentimento Nacional é diferente e os interesses de cada organização também. Por exemplo, no Kosovo, apenas com autorização entravam na nossa área restrita.
E13	Obrigatoriamente sim. Em TE temos de obedecer às leis e costumes de onde estamos. Se tivermos numa missão SAR próxima atuamos de uma determinada forma. Em águas internacionais, atuamos de acordo com as diretrizes que nos dávamos. Se eles diziam para fazer transbordo e levar para terra, levávamos.
E14	Não. O apoio humanitário é exatamente igual em qualquer parte do mundo. A única coisa que difere é quem coordena.
E15	Em Portugal não existe apoio humanitário. É a ANEPC é que iria fazer esse trabalho. Adaptamo-nos a regras de outro país. Só entramos noutro país quando autorizado diplomaticamente.
E16	Existe. A psicologia tem de ter em conta a especificidade, porque as pessoas têm uma cultura diferente. Tanto em Portugal, como no estrangeiro, há diferenças. E mesmo em Portugal, há diferença entre zonas rurais e cidades. Em Pedrógão, existiam já algumas doenças do foro psicológico. A forma de luto em Cabo Verde, por exemplo, era vivida de forma “esquizofrénica”.
E17	Existem. Primariamente são as forças civis que têm essa competência. As FFAA participam em apoio. No estrangeiro, existe um mandato.

E18

A minha experiência é só nacional, mas, do que li, missões internacionais acrescentam o desafio de conjugar agentes militares, civis e de várias nacionalidades a atuar num país estrangeiro. O ideal era a existência de um Navio para apoio a zona sinistrada, de duplo uso, para utilização, quer seja por militares, quer por ONG, no mundo anglo-saxónico. Ingleses e Canadianos já o fazem, com meios civis que são utilizados para militares. Internacionalmente, a cooperação entre público e privado é muito grande, ainda para mais num país estrangeiro. Não há alternativa. Só a China e os EUA têm navios hospitalais. Porque ninguém se dá ao luxo de adquirir para utilizar poucas vezes.

Tabela 7 - Questão Geral 7

Q7	Considera que as Operações de Apoio Humanitário são uma mais-valia para a Marinha Portuguesa? Em que aspetos
E1	Considero que é uma extraordinária mais-valia, naquilo que é a missão da Marinha. O apoio às populações que a Marinha faz em prol da comunidade é um aproveitamento das qualidades militares. É o conceito de duplo uso, com capacidade para apoio à defesa e na sua capacidade sobrança, deve ser usada em apoio à população. Nada mais relevante para a população que a Marinha ser útil (...) ao precisarem de nós temos de ser capazes de responder. É muito gratificante, sentir que faço parte de uma Marinha útil. Conceptualmente, a Marinha está desenvolvida num duplo uso simultaneamente militar e de apoio às populações. Só a tranquilização das populações ao verem que os navios estão atracados no porto, seja pelos mergulhadores ou trabalhos em terra pelo IH para avaliar as condições do porto, tem um efeito extremamente positivo, no sentido de garantir que eles conseguem voltar à normalidade. Numa ilha tão pequena como as Flores, só a existência da Marinha e a disponibilidade foi um bálsamo para todos os Florentinos e este exemplo aplica-se a todos.
E2	A participação da MP nestas operações é uma forma diferente de edificar as Forças militares, que podem ser empregues numa diversidade de situações em apoio às populações.
E3	Sim, porque há muitas pessoas que se identificam com essa tipologia de missões. Ao contrário do que muitos civis pensam, fazemos a paz. Dá uma visibilidade aos militares e oportunidade de interação com a população civil que, habitualmente, não temos do porque estamos fechados nas nossas instituições. Mas, por outro lado não, com a falta de pessoal, meios e dificuldades financeiras. Já é difícil manter a nossa missão básica, é penoso acrescentar tarefas a pessoas que estão em casos de limite da resistência. O pessoal está desgastado atualmente.
E4	As operações humanitárias têm uma mais-valia incalculável. Dão visibilidade ao que fazemos. Somos Marinha, logo parte integrante na Defesa. Quando estamos em paz, a população questiona-se o que fazemos. Partindo do princípio que ocorreu uma solicitação, devemos ter essa preocupação em participar. Com a guerra na Ucrânia, os países perceberam que nem sempre estamos em paz. A única maneira de evitar a guerra: dissuasão. As ações e a nossa participação dá-nos visibilidade e, por isso, ficamos reconhecidos. O apoio humanitário proporciona uma visibilidade que não é de descartar, se é que queremos ter uma palavra a dizer sobre o orçamento.

E5	—
E6	A Marinha é a Defesa do país. O nosso propósito primário não é o de contribuir para operações humanitárias. Dependendo do tipo e da causa, a Marinha pode ter vantagens relativas a outros ramos. Em TE, em que não seja possível acesso aéreo, a Marinha consegue ter capacidade de projeção, ao contrário do Exército. A Marinha consegue atuar em 3 domínios, dos 5 (<i>Space, Ciber, Lend, Air, Saber, Stace</i>) que tem. Os nossos helicópteros <i>Lynx</i> são uma mais-valia. As forças de desembarque são igualmente importantes. Os DISTEX são muito importantes. As equipas LA a bordo podem ser utilizadas. Os nossos cozinheiros podem preparar refeições em terra. Um NPO poderá facilmente dar apoio médico, água, alimentação, transportar pessoas de onde se encontra a navegar, num curto espaço de tempo. As forças anfíbias são as que materializam melhor a capacidade militar porque conseguem deslocar-se facilmente e rapidamente. Conseguimos ter este duplo uso.
E7	(...) estes tipos de missões estão enquadrados na lei, logo não é uma opção, mas antes uma necessidade das FFAA cooperarem em auxílio das populações afetadas. Quanto à minha opinião em particular, considero ser uma mais-valia, por diversos motivos como o de auxiliarmos a população, sempre que haja necessidade, mas também para uma aproximação e uma abertura à sociedade. A Marinha deve ser uma instituição aberta à sociedade e numa lógica de duplo uso (...) deve cooperar neste tipo de missões.
E8	Nós temos a capacidade para empregar militares no terreno. Nós, mais que ninguém, temos a sensibilidade para atuar, sem qualquer tipo de interesse. Não somos uma organização com interesses na área. Desde a Guerra Fria que o paradigma das FFAA tem vindo a mudar. Sim, é uma mais-valia. Temos de nos reinventar e adaptar, para variarmos com o CEM.
E9	Qualquer operação em que possamos dar o nosso contributo é sempre uma mais-valia. Quando é possível utilizar os recursos que temos, em tempos de paz, para ajudar nas situações mais complexas (...) é sempre uma mais valia podermos usar os nossos recursos e para os melhores fins.
E10	Estamos mais próximos da população, que muitas vezes, desconhece a nossa atividade. Pode interferir no recrutamento. Os Açores e a Madeira valorizam mais as FFAA porque têm mais noção e visibilidade do recrutamento. Na própria condução das operações militares conseguimos obter mais informações fazendo-as do que não as fazendo. Para

	nós é ainda mais importante, por sermos um país pequeno, mostrarmos o melhor que sabemos fazer.
E11	Claro que sim, inequivocamente. Quer na sensibilização dos militares para a componente humana num conflito, quer na forma de estar mais próxima da população e, de certa forma, reconheço que é uma das funções militares, precisamente pela atipicidade dos fenómenos. Se houver ligações mais estreitas, em cenários de guerra, há mais facilidade em reconhecer falsos atores humanitários, porque conhecemos os princípios que regem as instituições.
E12	No aspeto do sentimento de dever. Logisticamente somos mais capazes e céleres. Não devemos prestar apoio humanitário se as nossas capacidades para realizar as nossas funções primárias forem postas em causa.
E13	Sem dúvida que sim. Uma das missões é a salvaguarda da vida no mar, por isso já é inerente ao estatuto da Marinha algum cariz humanitário. Internamente, é congratulante e reconhecedor e, externamente a Marinha ganha aceitação pública com o decorrer das missões.
E14	Não considero uma mais-valia, considero uma obrigatoriedade, como ramo das FFAA. Primeiro temos de estar disponíveis, por ser uma obrigatoriedade participar numa missão. Segundo, não haverá missão tão nobre como apoiar população civil.
E15	O meu principal cliente é o cidadão nacional. O segundo cliente é tudo o que for interesse de Portugal, seja qual for o escalão. Se esse for o interesse, considero. Deve haver uma unidade específica e não um aglomerado.
E16	A CIMIC é muito importante, uma mais-valia. Ter a população segura antes de exercer o nosso trabalho. Retenção e recrutamento. Alinham os valores que temos com as necessidades.
E17	Sim, sem dúvida. Para além dos meios materiais e humanos, temos conhecimento atualista. Constitui-se como nossa obrigação os compromissos nacionais e a salvaguarda da vida humana.
E18	A mais valia tem de ser para a população que é apoiada. A Marinha tem um papel a desempenhar pelas suas competências e capacidades.

Tabela 8 - Questão Geral 8

Q8	Que estratégias contribuem para aumentar a participação da Marinha Portuguesa em Operações de Apoio Humanitário?
E1	Não há nenhuma estratégia. Há uma assunção das FFAA para estar na linha da frente, para atuar, saltar para a frente assim que seja necessário apoio, sem qualquer hesitação, com tudo o que tivermos para apoiar. Eu recebi uma ordem às 14h e às 20h estávamos a sair para apoiar operações de mergulho, conjunto de capacidades de apoio a faróis, apoio médico e sanitário e equipamentos para fazer transbordo de contentores que estavam à deriva, para apoiar na máxima extensão.
E2	Internamente, aquilo que é feito passar por manter a prontidão das Unidades Operacionais e, através dessa prontidão, podemos contribuir para aumentar essa operação. São catástrofes, situações inopinadas, por isso o treino é essencial. Não há um planeamento que seja necessário.
E3	Querer participar, que a Marinha queira. Apesar de respondermos ao poder político, podemos oferecer capacidade ou não para esse tipo de missões. A divulgação interna das missões que já existiram, e tudo o que trouxe de bom, aumenta as possibilidades e mais voluntários. A própria instituição recebe o que queremos, mais militares.
E4	Internamente, está tudo bem delineado. Temos de definir uma estratégia a nível político. Porque quando somos empenhados proporcionamos experiências únicas e isso é de manter. Não é só o estar presente nas reuniões e projetos (oficiais de ligação à PROCIV). Temos de estar presentes efetivamente, porque temos capacidades que os outros não têm. Temos a CPLP, a UE, a ONU, a NATO e nós temos militares de ligação a essas organizações. Temos de mostrar que somos competentes, não perder iniciativa e não deixar de ter capacidade de reposta ao nível mais baixo, o treino.
E5	—
E6	A estratégia é demonstrar cabalmente que temos forças navais, incluindo fuzileiros e mergulhadores, com todo o restante apoio, orientados para as suas funções estritamente militares e orientado para os compromissos, com uma capacidade para cumprir um leque de missões e tarefas. Esse potencial pode ser empregue sem menosprezar os protocolos. A estratégia dos militares é a de demonstrar que as FFAA têm uma capacidade de prontidão (pessoal, material e treino) para cumprir um leque alargado das suas tarefas. Esses mesmos meios são a mais-valia para as operações humanitárias. A organização tem de ser mais responsiva e célere, e as FFAA são isso. As FFAA são uma mais-valia.

E7	As estratégias são diversificadas, todas elas enquadradas num quadro legal.
E8	Existe um conjunto de interesses nacionais. Temos de ter as nossas forças prontas e tudo o resto vai depender da “chamada”. Já temos os nossos militares atribuídos às Forças.
E9	A aquisição de novos meios. Meios que nos permitissem uma capacidade logística mais ampla. Por exemplo um navio polivalente logístico.
E10	A disponibilidade da Marinha (...). Estas missões são aquelas que as pessoas querem ir, a nível institucional. Devemos estar sempre atualizados junto das entidades. A nível nacional, estarmos sempre prontos e disponíveis para prestar o apoio, que é o que tem acontecido. O problema é que somos empenhados naquelas que não temos visibilidade. A Marinha em si pode utilizar a CGerCIMIC para zonas necessitadas do país. Ex: Uma escola que não tinha vídeo. A Marinha instalou um intercomunicador porque identificámos os especialistas. E um projeto simples acabou por ter grande impacto. Nós temos os técnicos e especialistas, por isso, a nível material nem tem impacto financeiro, só precisamos dos técnicos que nós temos. Se fizermos mais relações com a comunidade civil aumentamos a nossa visibilidade e cooperamos para ajudar.
E11	Primeiramente, formação na EN e na ETNA, nesta área, e formação para todos os militares em primeiros socorros. A formação e treino a todos os militares e no âmbito conjunto. Uma cooperação mais próxima e efetiva com as instituições humanitárias para que se conheçam, interajam e se complementem. Rever e ativar protocolos, como o protocolo com a CVP. Por exemplo, um militar que se encontre na situação de reserva, que esteja a prestar serviço na CVP, encontra-se na efetividade de serviço, e este tipo de situações estreitam a estrutura militar da humanitária. Da minha experiência pessoal, fui convidada pela CVP para participar na missão “Embondeiro por Moçambique” e, pelo facto da Marinha Portuguesa ter aceite a minha participação, resultou na minha experiência pessoal da referida missão e, por inerência, para a Marinha. Foi uma mais-valia para mim participar, pelo reconhecimento e pelo meu desempenho, mas também posso retribuir com o conhecimento que trouxe e que tenho, para o serviço na Marinha. Senti, pelas situações que presenciei na Ilha da Madeira, em 2010, que devia existir ali alguém especialista em situações de trauma, e que me faltava formação neste aspeto. Estamos habituados a lidar com situações hostis, no entanto, torna-se desconfortável não saber o que fazer em determinados momentos. O mais importante é capacitar os “nossos” para que consigam ajudar outros, cuidando de quem cuida. A Marinha deveria, igualmente, apostar na catarse do pós operação, para que não haja uma resistência e

	desconforto em possíveis e futuros empenhamentos, mas, pelo contrário, que haja uma maior preparação para atuar.
E12	Isto depende da vontade e interesse em aumentar, de acordo com a diretiva estratégica de Marinha. As estratégias para aumentar passam pela sustentação de equipas e aumento de meios, como a aquisição de um Navio Polivalente.
E13	Nós estamos muito dependentes do poder político e das diretrizes para a Marinha. Se tivéssemos mais meios, estaríamos mais disponíveis para ajudar em determinados cenários. Com o que temos, já temos as parcerias para cumprir, por isso resta-nos pouca margem para ajuda humanitária. Em situações de catástrofe a Marinha tenta sempre ajudar, mas fica difícil dar uma grande ajuda. Estamos sempre limitados pelos socorristas que existem, porque têm funções primárias de cozinheiros. Não consigo sugerir uma maneira de corrigir isto. Neste tipo de missões, a guarnição devia ser reforçada. Se forem navios pequenos, o pessoal está todo empenhado.
E14	A minha análise é muito simples. Não tenho conhecimento político, mas parece-me, de forma leviana, que o que contribui para um maior número de intervenções tem a ver com a disponibilidade de meios naquele momento.
E15	Podemos definir uma unidade para emergência. O que treinamos é diferente do que atuamos (...) devia existir uma estrutura para o efeito. Os espanhóis têm uma e Portugal tem a proteção civil, mas apenas tem cargos de chefia e sobrevive do apoio de todos.
E16	Os recursos: humanos e materiais. A vontade política.
E17	No caso dos meios, tínhamos o NRP <i>Bérrio</i> que nos dava uma capacidade de projeção de força para o mar e providenciar esse apoio humanitário. Atualmente isso é uma lacuna. A vontade política é o mais indicado porque só com essa autorização é que as FFAA podem atuar.
E18	A Marinha é que tem de capacitar. Se a Marinha conseguir participar com outros países que tenham a ajuda, facilita.

Tabela 9 - Questão Geral 9

Q9	Quais são as variáveis limitativas, e que contribuem para diminuir a participação da Marinha Portuguesa em Operações de Apoio Humanitário?
E1	Desconheço quaisquer variáveis limitativas. A disponibilidade dos meios é fulcral. As variáveis do momento, analisando as capacidades que estão disponíveis e verificar as limitações. Não temos reabastecedor atualmente, é uma limitação. Tem de ser analisado o que está disponível. Mas nada pode prejudicar a participação da Marinha.
E2	São os recursos limitados, em termos humanos, financeiros e materiais. Também depende do apoio humanitário em causa.
E3	Não. Querer participar, que a Marinha queira. Apesar de respondermos ao poder político, podemos oferecer capacidade ou não para esse tipo de missões.
E4	As limitações estão relacionadas com os recursos, e há que efetuar uma boa gestão, porque se não há, eles chegam ao limite. Ao perdermos a capacidades também ficamos limitados, quer em recursos humanos, quer financeiros e operacionais. Quando não temos recursos também vai impactar o efetivo e a retenção, e isso pode limitar a nossa execução.
E5	—
E6	É o pessoal e o material. O treino depende do material e do pessoal. Se não temos capacidades para ser empenhados, acabamos por ser irrelevantes. Números são limitativos.
E7	A falta de recursos humanos e meios, seja pelo défice atual, seja pela indisponibilidade de meios, ou mesmo pelo empenhamento destes noutros tipos de missões, previamente previstas, como missões no quadro das OI ou no âmbito dos acordos bilaterais ou multilaterais. Também, por outro lado, o aumento de capacidade de resposta das entidades civis em determinadas missões desta tipologia.
E8	Monetariamente, falta de investimento e falta de pessoal. Cada vez vamos ter menos capacidade para participar.
E9	A escassez de recursos.
E10	Os meios disponíveis, humanos e materiais. A própria vontade política para que isso aconteça, porque temos de pagar suplementos de missão.
E11	A resistência institucional, carência de formação e sensibilização dos militares. A vontade institucional é o que permite o assumir das operações de apoio humanitário como uma componente, não digo essencial, mas complementar e determinante para cumprir a missão militar.

E12	Meios humanos e materiais que, por sua vez, limitam a atuação em termos internacionais.
E13	A principal forma de o fazer era mesmo ter mais meios humanos e materiais para que pudesse prontamente ajudar. Mas a decisão é de cariz político e estamos dependentes disso. Se perguntássemos a todos os militares, todos diriam que participavam, por isso o fator limitante não é a falta de vontade.
E14	Limitações de pessoal e meios disponíveis.
E15	Gastos e pessoal. Todas as missões têm um orçamento. Dinheiro, pessoas e meios. O treino e a capacidade também.
E16	—
E17	Recursos financeiros, recursos materiais (reabastecedor e navio polivalente logístico) e recursos humanos. Torna-se difícil que as pessoas sejam projetadas, deixando uma lacuna na organização. Por exemplo, a FRI é ativada e, se for necessário fazer uma extração de forças, na componente marítima, não tem a capacidade de fazer esse apoio. Se for necessário evacuar cidadãos da Guiné não é realizável pela falta de meios e navios que tenham capacidade. Têm a capacidade de fazer o transporte, mas não tem a capacidade de proteger essas pessoas.
E18	Do meu ponto de vista a capacidade material está bastante aquém das que a Marinha deveria ter, tendo em conta a necessidade de prestar apoio a zonas isoladas (como a Madeira e Açores). Não temos material e pessoal disponível.

Tabela 10 - Questão Geral 10

Q10	Seria importante aumentar a participação da Marinha Portuguesa neste tipo de operações?
E1	A Marinha será sempre empenhada em todas as missões.
E2	A Marinha tem uma série de compromissos e, por isso, depende das circunstâncias. Na situação atual, desconheço qual a relevância de aumentar a participação. Muitas das coisas que são feitas, como a busca e o salvamento, são feitas todos os dias e, por isso, importantes.
E3	Se continuarmos na curva descendente de pessoal, temos de repensar a forma de atuar, ou não aguentamos as tarefas. Principalmente na saúde. No atual modelo de Marinha, com as guarnições e tarefas que temos, isto não é possível. A tecnologia poderá revolucionar. A revolução industrial fez muita coisa, mas uma revolução tecnológica poderá fazer também. Voltar a ser 8mil poderá não ser possível.
E4	As limitações estão relacionadas com os recursos, e há que efetuar uma boa gestão deles, porque se não houver uma boa gestão, eles chegam ao limite. Se perdermos as capacidades e os recursos, isso vai impactar o efetivo (...) limitando a nossa execução.
E5	—
E6	Não, porque todos nós queremos que estas operações não ocorram. A Marinha contribui com o que consegue e faz verdadeiros milagres.
E7	Não considero ser importante, contudo considero que devemos ser capazes de responder às solicitações, de modo a contribuir para o bem-estar das populações, permitindo ou facilitando o regresso à normalidade, com a maior brevidade possível.
E8	Seria importante? Não. Deixamos de contribuir para outras tarefas.
E9	Depende de acontecimentos que não conseguimos prever. Aquilo que desejamos é que não aconteçam catástrofes. Mas devíamos apostar a nossa capacidade de resposta, para sermos chamados a fazê-lo.
E10	Sim, pelo impacto nas populações e pela própria natureza de um militar, de defender os interesses nacionais e da população nacional, através de protocolos.
E11	Claro que sim. Não só ao nível operacional, como a nível estratégico e ao nível tático. Não só nos cenários, é a montante disso, através de formação e treino. A liderança é o mais importante. Seria importante, dependendo do cenário e da catástrofe, entregar a liderança prévia a uma determinada entidade.
E12	Novamente, depende da vontade e interesse da instituição.

E13	Claro que sim, sem qualquer dúvida. (...) iria aumentar a satisfação das pessoas e, externamente, melhoraria a imagem da Marinha.
E14	Neste tipo de operações é sempre importante o estar disponível para apoiar. Não há ato mais nobre que apoiar um país que necessite (...) e porque existe colaboração com os países, é sempre importante estar disponível.
E15	Não. O meu nível está pago para obedecer. Mas seria importante, apesar de não estar por dentro da estratégia do EMGFA.
E16	As ONG têm a sua dinâmica e os seus valores alinhados para o apoio humanitário, mas nós não.
E17	Sim. Até como meio de atratividade, recrutamento e retenção para os jovens.
E18	A não ser que participemos regularmente no estrangeiro, não vamos estrar prontos.

Tabela 11 - Questão Geral 11

Q11	Quais são as diferenças que permitem à Marinha Portuguesa, enquanto ramo das Forças Armadas, distinguir-se das grandes Organizações Não Governamentais na ação e ajuda humanitárias?
E1	São as suas capacidades e valências. A capacidade de atuar no ambiente marítimo, aéreo e terreno, de atuar em 24h (...)
E2	O facto da Marinha estar a atuar 24h/dia em vários cenários, porque temos meios que estão no local e, por isso, se ocorrer alguma situação inopinada, através de uma Organização ou pedido, a Marinha, embora com uma capacidade limitada, pode fornecer algum apoio inicial. Já estamos no local da necessidade. Também isso é uma fragilidade, porque nem sempre estar no local envolve ter os meios para atuar. As ONG têm de deslocar e essa deslocação demora algum tempo.
E3	Temos uma, incomparavelmente, melhor noção de trabalho e hierarquia, e isso faz com que a eficiência e rapidez seja igual ou melhor que as melhores equipas de ONG. O nosso modelo de comunicação (<i>briefing e debriefing</i>) e a nossa experiência é uma grande mais-valia. Executar o que queremos executar, perceber o que falhou e aprender rapidamente o que errámos. Temos disciplina que nos protege muito em termos de segurança. O consumo de tóxicos em missões, por exemplo, é salvaguardado nas FFAA. A cadeia logística oleada (...) apesar da liberdade financeira das ONG, nós temos uma forma de atuação maravilhosa. Os STANAG têm tudo escrito, a existência de doutrina aumenta a eficiência. Nas ONG, por exemplo, as macas não cabem nas ambulâncias.
E4	Esta pergunta é muito boa. A nossa capacidade de agir com rapidez e prontidão distingue-nos das ONG. As maiores ONG também têm capacidade de ir para o terreno, mas nem todas, as de menor dimensão não têm. A Marinha tem muita capacidade de projeção. A nossa rapidez distingue-nos. O aluvião da Madeira foi um ótimo exemplo. As ONG locais, em situações de emergência, são limitadas. Por exemplo na SNMG1, integrados numa força NATO, os navios recolheram pessoas no lémen.
E5	—
E6	Não é apenas da Marinha, mas também das FFAA (...) é oferecer a panóplia de capacidades e meios que tem e a questão da prontidão na resposta.
E7	Antes de mais, devemos ser agentes complementares a essas organizações. Contudo, há situação de catástrofes, que a sua incapacidade para responder às necessidades leva a que sejamos essenciais nessa resposta, nomeadamente pela capacidade diferenciadora que as FFAA têm e, aqui, em particular a Marinha. Um bom exemplo

	disso são os meios navais, que face às suas capacidades e deslocamento, permitem chegar a determinadas áreas afetadas, que de outra maneira não seria possível.
E8	Temos um mundo de missões. O nosso <i>core business</i> não é o apoio humanitário. Nós não estamos tão focados, porque as nossas verbas têm de servir para exercícios e outros.
E9	Têm objetivos diferentes e formas de atuação diferentes. Nestas operações, que são muito complexas, a melhor postura é a de cooperação, e nunca de competição. O mais importante é a cordialidade, e que não se encare as ONG como uns competidores das FFAA, porque as ONG têm objetivos próprios e prestam apoio diferenciado dependendo desses mesmos objetivos. Nós podemos ter vantagens por termos meios mais eficientes e estarmos mais treinados. Mas não devemos fomentar esta competição.
E10	As ONG já estão muito vocacionadas para ajuda humanitária. A nossa grande vantagem é a nossa rapidez, mas neste momento as próprias ONG já o fazem. Tendo em conta os conflitos, não temos muitas diferenças. O espaço de cada um está muito bem definido, só em casos de necessidade é que atuamos, em situações/cluster deficitário ou inexistente, por exemplo.
E11	A resiliência psicológica, a ligação ao mar (cultura naval), a flexibilidade da atuação, a capacidade de organização, adaptação e a reação no terreno. O que distingue os militares dos civis é a preparação e a experiência que advém da formação e do treino. A capacidade que temos de gestão de esforço, muito importante neste cenário, também se reflete na coordenação e controlo como uma mais-valia.
E12	A nossa estrutura autossuficiente.
E13	Nós, ao contrário das ONG, estamos menos limitados da ajuda externa. O navio está no local e não estamos dependentes de donativos e contribuições, isso faz com que tenhamos maior liberdade de atuação, desde que seja essa a missão que nos seja atribuída. Nós contactamos com a CVP e complementamo-nos, visto que eles não estão dependentes de ordens e nós temos maior capacidade de projeção. O transbordo de pessoas e resgate é diferente deles, mas a proximidade que eles têm também é diferente. Como militares, por termos ar mais hostil, é mais difícil estarmos à vontade.
E14	Numa situação de catástrofe natural reina o pânico e a confusão. Existe constantemente uma enorme falta de gestão das autoridades locais. A grande diferença é que a ONG responde por ela própria (...) já as FFAA estão sempre agregadas a um país, a um Estado, portanto têm de atuar segundo isso. Temos a imagem de um país às suas costas. A intervenção da Marinha Portuguesa é muito mais escrupulosa que uma ONG.

E15	São altamente distintas. Temos capacidade de projeção estratégica e capacidade de combate e defesa.
E16	As ONG têm a sua dinâmica e os seus valores alinhados para o apoio humanitário, nós não.
E17	A especialização e a disciplina, a hierarquia, a capacidade logística.
E18	Deveria ter meios disponíveis com uma prontidão acima da média. Tem uma estrutura de comando bem definida, tem pessoal e material mais rápido a ser utilizado do qualquer ONG.

Tabela 12 - Questão Geral 12

Q12	Quais as ferramentas a serem criadas para que a Marinha Portuguesa, com competências na área do apoio humanitário, se articule com as Organizações Não Governamentais?
E1	Não há necessidade de criar novas estruturas. Fazemos sempre na perspectiva de utilizar as nossas capacidades. Desde sempre que treinamos para os DISTEX, temos capacidades. Não há ideias de criar estruturas, o que usamos é a nossa capacidade em apoio nas operações.
E2	Já existem algumas ferramentas, ao nível tático, que já permitem manter o <i>situational awareness</i> no local. O CITAN deverá ter essas ferramentas, e qual a localização das várias entidades que estão no terreno. É uma área que envolve vários países, por isso nem sempre essas ferramentas são comuns a todos.
E3	Não sei se as FFAA querem, porque não foi para isso que forem criadas. Se quiserem, em todas as fases de <i>pre deployment</i> , <i>post deployment</i> e <i>deployment</i> . A comunicação social articula connosco. A aproximação é o caminho para a oportunidade.
E4	Estas ligações são feitas a nível Ministerial, sendo o Estado português quem dispõem de pontos de contacto. Quando articulamos com as ONG, estamos num nível superior à Marinha. O Ministro dos Negócios estrangeiros está sempre envolvido. Só ao nível tático, depois das ligações estarem estabelecidas, é que nós podemos fazer algo. Exemplo: Em Timor-Leste, quando chegámos ao terreno, tínhamos reunião com a Cruz Vermelha e outras ONG, e articulávamos as necessidades deles com aquilo que são as nossas capacidades. O nosso helicóptero ajudava a transportar alimentos para as montanhas. Devemos reforçar as nossas posições em algumas organizações que têm a nossa colaboração.
E5	—
E6	Ela não tem de se articular. A Marinha articula-se com as Organizações definidas pelo Governo. Quando somos empenhados, a liderança é da ONU, geralmente. Uma <i>host nation</i> ou governo coordena, e existe uma ligação com as ONG ou com uma organização internacional. Os ofícios de ligação são uma peça fundamental (...). As ferramentas estão criadas. A NATO <i>crises response</i> tem um protocolo ministerial, por exemplo.
E7	Antes de mais, julgo que em situações de catástrofes, que são as situações mais críticas, importa ter plataformas de partilha para desenvolvimento de trabalhos, nomeadamente, salvaguarda da vida humana e depois facilitar a chegada de bens a

	locais de difícil acesso, ou tirar destes locais as pessoas mais carenciadas. Julgo que este é um ponto importante para este tipo de apoio.
E8	<i>Very high joint task force</i> : CGerCIMIC. Temos de ter uma equipa que estabeleça as ligações e apoiar o comando. A FRI também é uma força que assenta nisso.
E9	Temos desenvolvido muitas ferramentas, nomeadamente através do Corpo de Fuzileiros e através dos destacamentos CIMIC, que contribuem para uma CGerCIMIC. Eles participam em exercícios. No EMA, na FRI, há um especialista CIMIC que irá fazer a ligação com as ONG presentes no terreno. Nós temos feito todo um percurso de formação e treino nesse sentido. É um pressuposto de todas as operações de resposta a crise (...) é importante colaborar e cooperar com elas, naquilo que é a “Unidade de esforço” para fazer face ao evento/catástrofe que for.
E10	Estive na Academia de Crises Alemã. A nível de ligação, eu vi na Alemanha que todas as forças que existem têm reuniões estreitas regionalmente. Eles utilizam os oficiais e sargentos da reserva para serem sensores, para quando necessário, serem empenhados na ajuda humanitária. O militar tem contacto com o terreno e conhece-o bem. Em Portugal, faria sentido fazer isso porque somos um país pequeno. Apesar de continuar na reserva, compilavam todas as listas de ONG, PROCIV, autoridades, Câmara municipal; o militar era o POC da região e desbloqueava os meios necessários. Por exemplo em Pedrógão, teria sido útil para, assim, empenhar menos meios, não perdendo a eficácia.
E11	Os protocolos de cooperação. A formação e o treino. Exercícios conjuntos militares e exercícios conjuntos de apoio humanitário. O facto de ter estado na CVP, enraizou em mim essa característica humanitária.
E12	Todas as possíveis, desde que a nossa capacidade não seja ultrapassada pelas ONG.
E13	Na sequência de nos complementarmos, o que falta é uma estrutura que delimite o fim das nossas funções e o início das deles, para não existir mais que uma organização a fazer a mesma coisa. Por exemplo, uns anos depois de nós termos estado no Mediterrâneo, apareceu um navio de uma ONG que fez aquilo que andávamos a fazer.
E14	Tem de partir do EMA. Não tenho formação para responder. O EMA deve desenvolver e perceber de que forma se pode articular ou se há essa necessidade de articulação.
E15	A relação é a chave. Quando chegamos a um determinado teatro, como é exemplo a Iniciativa Mar Aberto, pedimos e perguntamos o que necessitam.
E16	No CCOM, existe um oficial designado. Os protocolos deviam ser criados. Têm de ser feitas reuniões e conversar. Antecipadamente, as pessoas deveriam ser treinadas para isto. As coisas não estão explicadas e não sabemos como fazer.

E17	Através de acordos.
E18	Equipas dedicadas e integradas em missões fora do TN.

Tabela 13 - Questão Geral 13

Q13	O pedido de ajuda humanitária, tanto a nível nacional, como internacional, provém sempre de diferentes origens, nomeadamente da NATO, da ONU, da Proteção Civil, da CVP, mas a entidade recetora nem sempre é a mesma. Qual é a sua opinião relativamente a este procedimento? Seriam as Forças Armadas, como instituição nacional, um adequado recetor centralizado? Porquê?
E1	Não. Quem tem essa responsabilidade é a ANEPC, em primeira instância, sobretudo na articulação. Não me parece que a NATO e a ONU tenham necessidade de intervenção. Muitas vezes são os próprios países que têm obrigação de despoletar. Organizações supra intervêm nos países (...)
E2	Não é necessariamente benéfico que sejam as FFAA. Existem outras entidades ao nível do Estado que têm competência. Este pedido pode vir de várias origens, por isso terá de envolver uma decisão política. As FFAA são um contribuinte importante, mas não o ator principal.
E3	Acho que não. Não tendo nós esse <i>core business</i> , não faria sentido. A nível nacional temos a ANEPC e internacionalmente o MDN é assessorado pela CVP, recebe e processa pedidos e identificar os melhores meios para responder.
E4	O pedido entra sempre pelo Ministério dos Negócios estrangeiros. Os elementos de ligação diplomatas têm um papel fundamental. Se o pedido for interno, compete à Administração Interna, através da PROCIV, desenvolver o processo. As FFAA são empenhadas pela PROCIV e eles podem nos pedir ajuda. O EMGFA decide se cada ramo tem capacidade para atuar. O pedido é centralizado já.
E5	—
E6	Não, as FFAA não seriam um adequado recetor. As FFAA têm uma função principal. Estas operações são sempre multidimensionais. A visão a adotar para a resolução é a de que tem de existir uma visão holística. Terá de ser centralizado ao nível do governo, a nível ministerial. Depois há uma decisão para empenhar. Se for solicitado apoio securitário e por questões legais, as FFAA poderá ser empenhada. A PSP e a GNR poderão até ser mais bem empregues (...), mas envolvidas no processo, através do CCOM, deveriam ser. Nunca como líderes, nem recetores, até porque os pedidos são realizados ministerialmente.
E7	Negativo, as FFAA só centralizam em TN e em situações que seja decretado o Estado de Sítio. A centralização nas FFAA é no CCOM, para receber a missão e atribuir ao Ramo ou

	aos Ramos, conforme capacidades de resposta. Naturalmente, antes disso, e quando se trata de emprego externo é sempre enquadrado e autorizado a nível político.
E8	Não. Não podemos ser centralizados, porque temos de ser mandados por decisão política. Quer a nível nacional, quer internacional. Tem de ser de uma forma governamental, porque quem dá esse despacho é o governo.
E9	Acho que os pedidos vêm pelos canais institucionais que já estão estabelecidos. Internamente, a ANEPC vai canalizar os pedidos consoante as necessidades. As FFAA não podem centralizar, porque em termos legais, não temos essa capacidade. A ANEPC tem essa capacidade e competências mais transversais. Em termos internacionais, quando nos solicitam apoio, é específico das capacidades que existem das FFAA, independentemente da origem do pedido.
E10	No âmbito da ANEPC, acabamos por nos estar a sobrepor a eles. Quem deve receber é a ANEPCS. As FFAA poderiam ter redundância da ANEPC, no caso de algo ao nível deles falhar. O <i>core business</i> da PROCIV é mesmo esse.
E11	Quem faz o pedido de ajuda humanitária é sempre o país (...). Há um país que pede, há uma entidade mediadora e um recetor de apoio humanitário. Tenho reservas que as FFAA sejam um adequado recetor centralizado. Se, junto das situações civis houvesse um reconhecimento das FFAA, concordo, não havendo, acho que talvez ainda não. Enquanto não existir um reconhecimento mútuo, não. Por princípio, só fará sentido em determinadas circunstâncias ou em determinado nível de empenhamento e isso tinha de ser muito bem definido. Há um risco em as FFAA assumirem esta centralização e depois não terem meios para o apoio humanitário, porque não é o seu <i>core business</i> . E até porque poderá não fazer sentido envolver as FFAA em alguns cenários.
E12	Não seria ótimo porque a Marinha Portuguesa, e acima o EMGFA, é que decidem se somos empenhados ou não. Master uma equipa de saúde e uma equipa CIMIC sempre prontas para este tipo de cenários seria ótimo. Por exemplo, no âmbito da pandemia causada pelo vírus COVID-19, foi estabelecida uma célula constituída por elementos CIMIC, elementos da FRI e um médico, que ajudavam na receção dos pedidos da ANEPC, em termos de triagem e logística, como por exemplo camas e material de saúde.
E13	Na verdade, não deveriam ser as FFAA a desempenhar esta função recetora. Nós temos um papel realizador, de ação. A decisão de ajudar ou não, ou qual a situação que temos de enfrentar não é das FFAA. Após esse trabalho, acho que a Marinha tem um papel ativo. A decisão tem de ser de uma entidade externa que preste esse apoio.

E14	Não. Em Portugal quem tem a atribuição dessa missão é a ANEPC, portanto, da minha análise, deverão ser eles a fazer a gestão. Porque nem todos os cenários dependem das FFAA.
E15	Para as realizar tem de existir uma DIROP do EMGFA. Também há autonomia dos diferentes ramos.
E16	As missões humanitárias deveriam passar pela CCOM com centralização no EMGFA.
E17	Diria que não, pela estrutura que temos. As FFAA dependem do MDN, que se articula com outros ministérios, nomeadamente o Ministério da Administração Interna. Deveria ser centralizado a nível ministerial e, consoante a missão, ser atribuído às FFAA.
E18	Julgo que não, no meu ponto de vista as FFAA devem desempenhar um serviço às entidades civis, podem, contudo, integrar a sua cadeia de comando na cadeia de comando civil. Têm cadeias de C2, material e pessoal. A resposta é da ANEPC e estaríamos a duplicar a resposta.

Apêndice G - Questões Específicas das Entrevistas

Tabela 1 - Questão Específica 1

Q1	Quais foram as suas motivações para participar na missão X? A sua participação foi de caráter voluntário?
E1	As motivações foram todas. Comandante do navio para cumprir a missão de prestar apoio às populações do nosso arquipélago dos Açores, através de uma força naval.
E2	Os militares estão cá para cumprir as missões, por isso a participação aconteceu porque estava embarcado.
E3	Ser voluntária nas FFAA para contribuir para a paz no mundo, se puder.
E4	Fui sempre voluntário, principalmente porque gosto de operações e gosto de ajudar. Gosto de ver concretizado aquilo para que fui treinado. Sinto-me um privilegiado por ver as coisas a acontecer. Na operação de salvamento de migrantes apliquei o que aprendi na pirataria, nomeadamente a prontidão de pessoal. Tínhamos tudo preparado antes de salvarmos aquelas pessoas. As motivações são grandes, e é com muita emoção que falo nisto, porque é gratificante e difícil de explicar verbalmente o que senti. Exemplo: Em Timor, construímos uma escola e fizemos uma festa de Natal para 1000 crianças e despedimo-nos em Dili. As pessoas estavam na praia a aplaudir e senti-me muito útil (...) estou muito grato à Marinha e à oportunidade que me foi dada. Valeu a pena viver isto. Como Comandante, foi muita a responsabilidade de salvar pessoas no mar às 4h da manhã. Foi graças às pessoas que trabalharam comigo que fui bem-sucedido. O Comandante Precioso era o XO e foi impecável.
E5	Participar numa missão <i>peacekeeping</i> . Fui voluntário.
E6	Nomeado por imposição.
E7	As minhas motivações foram sempre as de apoiar a população, contribuindo para que a mesma regressasse à normalidade o mais rápido possível, minimizado o seu sofrimento. Sempre fui de forma voluntário, como estou pronto a ir, sempre que seja necessário.
E8	A participação foi de carácter voluntário, em resposta a convite. A motivação foi a de experienciar uma missão da ONU, fora das áreas convencionais das operações desempenhadas pela Marinha, numa perspetiva maioritariamente de CIMIC e perspetiva de género.
E9	Sim, foi sempre de carácter voluntário.
E10	—

E11	Na Madeira: Cumprir a missão atribuída ao navio. Apoio à nossa população nacional. Experienciar um contexto de emergência pela primeira vez. Voluntário forçado devido à condição de militar. Em Moçambique: Representar o país. Ajudar o povo moçambicano. Cumprir os princípios da CVP. Totalmente voluntária.
E12	A Marinha Portuguesa deveria estar aberta a realizar comissões nesta tipologia de missão. As valências que temos como militares seriam importantes nestas causas.
E13	Todas as missões que fiz foi voluntário. Foi a primeira vez que resgatámos migrantes e tanta gente. Na verdade, não tinha nenhuma expectativa deste cenário, apesar de sabermos que era possível.
E14	O carácter foi voluntário. Respondi que sim por não existir algo mais nobre que ajudar alguém.
E15	Não é uma pergunta relevante. As pessoas sentem-se realizadas em participar. Em TE, há uma motivação extra. Nos incêndios de Pedrógão, houve um grande voluntariado. Essa motivação é irrelevante, mesmo não estando motivado, é para fazer devido à condição militar.
E16	As circunstâncias do cargo obrigam a que seja voluntária. Gostei muito da missão, foi marcada pessoalmente e profissionalmente. Gostaria de manter a atividade operacional.
E17	Sim. O gosto pela área. Tivemos uma breve apresentação dos departamentos e na altura chamou-me a atenção a oportunidade de participar em missões (...). Sempre foi o meu objetivo pessoal e profissional participar em missões.
E18	Estava embarcado num navio empenhado. O NRP <i>Afonso Cerqueira</i> foi atrás do NRP <i>Corte-Real</i> .

Tabela 2 - Questão Específica 2

Q2	Qual foi o período da missão X? Em que período viu a sua participação?
E1	Foi de 2 a 15 de outubro de 2019, considerando o trânsito.
E2	4 meses em Timor, na área, 6 meses de missão, no ano de 2000 e 2 meses no FRONTEX, em 2018.
E3	2 meses no Paquistão: outubro a janeiro de 2006 e Moçambique: 24 de março a 12 de agosto de 2019 (estive nos últimos 2 meses).
E4	Em Timor, em 1999, íamos coordenar equipas em terra, ajudar a construir infraestruturas. A TRITON foi em 2014.
E5	1 de novembro de 2008 a 28 de fevereiro de 2009.
E6	<i>Peacekeeping Force</i> em Timor, entre 1999 e 2004, para criação de um ambiente securitário, de modo que as ONG pudessem atuar no terreno. Fiz parte da última força portuguesa em Timor.
E7	Neste tipo de missão foi em junho de 2017, por altura dos grandes fogos em Pedrógão Grande, cerca de 3 semanas aproximadamente.
E8	5 de março de 2022 a 5 de março de 2023 (1 ano).
E9	As minhas participações foram durante o comando português da força da UE empenhada na Operação ATALANTA. Fiz sempre a totalidade do período de cada comando (2011 e 2023).
E10	—
E11	Madeira: 1 semana e meia. Moçambique: 24MAR a 12AGO 2019.
E12	3 meses. De setembro a novembro de 2021.
E13	Foi em novembro de 2014.
E14	2014, cerca de 20 dias. Participei na totalidade da missão.
E15	2 semanas.
E16	Em Cabo Verde foi em 2014: novembro e dezembro. Em Pedrogão foi em julho (1 semana).
E17	De dezembro a março de 2022 e de agosto a dezembro de 2022.
E18	3 semanas.

Tabela 3 - Questão Específica 3

Q3	Que tipo de ações de aprontamento foram realizadas para a missão X? Em termos de preparação, existiu alguma ação de treino ou formação prévia?
E1	Não. O navio recebeu ordem para partir às 14h e fomos às 20h com aquilo que tínhamos. Fomos reforçados pela Força naval de 3 oficiais de Estado-Maior que constituíram o CTG (3 CTEN da classe de Marinha).
E2	Em Timor: O navio saiu para a missão, sem saber o que ia fazer. As ações de aprontamento foram realizadas durante o trânsito, mais um mês para ir e um mês para voltar. O navio estava na área, por isso o aprontamento foi feito durante a missão. Esta contrasta com a FRONTEX, em que o aprontamento foi feito antes e sabíamos exatamente o que íamos fazer. O material já estava identificado e foi fornecido pela agência FRONTEX. Treinámos uma condição especial, recolha de migrantes regulares em grande escala.
E3	Sim, em ambas. Muito importante o aprontamento, quanto mais diferente em termos culturais, mais importante é a sensibilização. A língua foi muito limitativa no Paquistão. A Escola de Fuzileiros deu um curso de sobrevivência. O CADOP deu uma palestra. Para Moçambique a CVP fez palestra sobre as regras da missão no terreno. As pessoas que gostam de saber mais devem estudar previamente a cultura antes de ir para a missão.
E4	Na altura não existia preparação para este tipo de salvamentos. Apenas treinamos no OST o apoio a uma aldeia. O facto de aprendermos aplicados a certos contextos, não significa que não os possamos aplicar noutros contextos. Exemplo: A pirataria ensinou-me muito do que apliquei no resgate. Temos de fazer um <i>brainstorm</i> coletivo, não só internamente na Marinha. Deveria existir um plano, mas não há tempo para pensar.
E5	Nada a referir.
E6	O foco principal da missão foi o de criar um ambiente securitário. No aprontamento, houve pequenas ações de treino: cooperação CIMIC, fornecer escolta a colunas de refugiados ou ONG e fornecimento de alimentação que acabaram por entroncar na componente de AH.
E7	Frequentei nesse ano uma formação ministrada pela Força Especial de Bombeiros no Centro logístico de Castelo Branco. Mas não considereei essencial, pois a formação que temos enquanto militares, permite-nos deixar preparados para este tipo de missões, até porque há tarefas idênticas às que efetuamos nas missões estritamente militares.
E8	Sim, essa ação foi desenvolvida pelo Corpo de Fuzileiros (através da Escola de Fuzileiros), onde tive palestras de sobrevivência, questões legais e psicológicas associadas, relatos de anteriores militares que participaram nessa missão e primeiros socorros.

E9	Sim, para esta missão é feita sempre uma <i>joint comission preparation</i> com o Quartel-General da operação em terra. Em termos nacionais, a Marinha proporciona uma fase de aprontamento que compreende o aprontamento médico-sanitário e um conjunto de palestras, que têm variado, e que fazem parte da preparação.
E10	—
E11	Não existiu treino nem formação para nenhuma delas. Para a Madeira fizemos 4h30 de aprontamento. A missão foi ativada às 16h e largámos às 20h30. O aprontamento consistiu em botes de fuzileiros, própria equipa de fuzileiros, motobombas, moto4 e material logístico. Para Moçambique o aprontamento foi de 3 dias. Levámos 35 toneladas de material diverso (hospital de campanha, bens de primeira necessidade, alimentação, rações de combate, EPI e comunicações).
E12	Não. Tivemos apenas algumas palestras.
E13	Treino não houve. Formação sim. O navio foi instruído, através de palestra, do cenário que poderíamos encontrar, mas não estávamos minimamente expectáveis de resgate de tanta gente.
E14	Não houve nenhum dos dois.
E15	Para os incêndios existe um treino com a Força Especial de Bombeiros. Existe uma ação de formação anual com eles, mas eu não tive.
E16	Em 2014 fui chamada de um dia para o outro, não fiz sequer aprontamento médico, houve apenas questionamento de gravidez. Em Pedrogão, não perguntaram mesmo nada.
E17	Durante 1 semana o Estado-Maior vai a Rota e tem palestras. Existe uma preparação interna do staff. Fiz uma apresentação jurídica, e também uma interna a nível nacional, para além do aprontamento médico-sanitário.
E18	Os navios têm treinos a apoio a zona sinistrada. Não foi uma missão planeada, foi um emprego de urgência. Prolongou-se durante dias.

Tabela 4 - Questão Específica 4

Q4	Teve algum tipo de preparação para a interação civil-militar durante a missão X?
E1	Não.
E2	A interação acontece no local, em Timor, mas só quando se chega ao local. Nenhum tipo específico de preparação. Na missão FRONTEX essa interação acontece antes do navio sair para missão. A missão FRONTEX tem características específicas que obrigam e fazem com que a unidade se enquadre previamente.
E3	Informal sim. Ouve muito contacto com a população civil. A formação CIMIC não foi feita formalmente. Lá existia, nas reuniões dos briefings, uma preparação e uma transmissão de experiências anteriores. Toda a informação é útil.
E4	Não tive. Não temos essa preparação, enquanto comandantes. Quando desembarquei os migrantes, tinha polícia italiana, Cruz Vermelha e Médicos sem fronteiras. Isso é adquirido na nossa experiência, agora, devido ao meu percurso sinto que estou mais bem preparado. A equipa de CIMIC é projetada para preparar o envolvimento civil para quando os militares chegam às operações. Nalguma altura na nossa carreira devíamos ter essa preparação e passar por isso.
E5	—
E6	Sim, antes de ir. Sabíamos no que podíamos colaborar. UNHFC, UNICEF, ONU e ONG presentes no teatro.
E7	Tenho formação e treino CIMIC, o que também ajuda, e foi aplicada nesta missão.
E8	Sim, durante a fase de aprontamento, depois e já em Bogotá, efetuada uma capacitação feita pela ONU, na Colômbia, sobre o terreno, questões de segurança, procedimentos administrativos e políticas de assédio sexual, entre outras. De considerar também a formação complementar obtida, na área da CIMIC, e Perspetiva de Género recebida através das FFAA.
E9	Só ao nível da <i>joint comission preparation</i> que se reúne nalgumas palestras sobre a ligação que temos com as entidades civis no terreno.
E10	—
E11	Para a Madeira não tive. Para Moçambique, e quando estive na CVP, fui convidada para fazer o curso de segurança interna e o curso CIMIC.
E12	Tive formação com o pessoal da CIMIC, com os cursos de nível tático e de oficial de ligação.
E13	Infelizmente não. É uma lacuna. Na área da saúde militar, não temos este tipo de formação em saúde de catástrofe. Já propus. Não tinha e continuo sem ter.

E14	Não.
E15	Não. Havia equipas multidisciplinares para o efeito. A minha função não era essa.
E16	Não. Em 2020, no COMNAV houve uma reunião da geoestratégia. Não houve interação com civis. A interação foi com militares.
E17	Não. Ficamos a saber que entidades contribuem para a missão, e isso ajuda a ter um enquadramento.
E18	Não.

Tabela 5 - Questão Específica 5

Q5	Quais foram funções que desempenhou quando esteve na missão x?
E1	Comandante da Força naval que foi destacada para apoiar as populações vítimas do furacão Lourenço na Ilha das Flores.
E2	Em Timor era Navegador do NRP <i>Hermenegildo Capelo</i> . Em terra participei nalgumas atividades, nomeadamente dar apoio em termos de alimentação e construção de infraestruturas. No FRONTEX era Comandante do NRP <i>D. Francisco de Almeida</i> , com o principal papel de ligação às outras entidades que intervêm noutras missões. Tive interação com a guarda costeira, guarda italiana e guarda finança, que facilitavam a coordenação na ação. E tinha a coordenação do navio todo, enquanto comandante.
E3	No Paquistão fui como médica ginecologista obstetra. Em Moçambique era responsável diretora clínica.
E4	Chefe de operações, OQP, Comandante do Navio, nos navios. Chefe de equipas de coordenação em organização de apoio humanitário, em terra.
E5	Nada a referir.
E6	Comandante da Força de Fuzileiros.
E7	Na altura era Comandante de uma Força de Fuzileiros, logo acabei por fazer o comando do pessoal, o planeamento e o emprego de pessoal e meios, face às diversas tarefas atribuídas.
E8	Observadora internacional dos pontos de verificação do acordo de paz na Colômbia, nomeadamente a reintegração de ex-combatentes na vida, política, económica e social; garantir a segurança de organizações e ex-combatentes e famílias no terreno, interação com Forças Públicas, entidades civis, e acompanhamento das sanções impostas pela Justiça Especial para a Paz, no âmbito da Justiça de transicional, que se refere ao conjunto de medidas utilizadas para a reparação das violações de direitos humanos.
E9	Conselheira jurídica.
E10	—
E11	Na Madeira era Chefe de Serviço de Abastecimento e Adjunta ao Oficial Imediato para a coordenação das operações, no posto de comando em terra. Em Moçambique fui Chefe da Missão e Vice-Presidente da CVP.
E12	Chefe de Equipa Tática. Em termos de tarefas de rotina de campo, fazia <i>briefings</i> de operações para coordenar equipas táticas, dispúnhamos de um diário com as atividades previstas para cada semana e recebíamos as ONG. As interações com as outras organizações e autoridades locais é que desencadeavam o apoio humanitário.

E13	Médico do navio. Para além do apoio, fez prestação dos primeiros cuidados aos migrantes.
E14	Responsável pela equipa de botes a bordo do NRP <i>Álvares Cabral</i> .
E15	Comandante pelotão. Vigilância pós rescaldo, levantamento e entrega de bens e necessidades e apoio a reconstrução, através da colocação de lonas.
E16	Psicóloga da missão.
E17	Assessora jurídica.
E18	Chefe do Serviço de Limitação de Avarias e Mecânica a bordo do NRP <i>Afonso Cerqueira</i> .

Tabela 6 - Questão Específica 6

Q6	Durante a missão X sentiu que algumas funções desempenhadas por si, deviam ter sido desempenhadas por outras pessoas? Sentiu que não tinha preparação para o exercício das suas funções? Sentiu falta de alguma função que não existiu?
E1	Não, tudo preparado.
E2	Tendo em conta as minhas funções, não. Em Timor, seria difícil definir canais, dada a situação inopinada. No FRONTEX, não senti que devesse ter sido alguém a substituir-me. A questão da coordenação é muito importante neste tipo de operações, particularmente quando existem outras organizações de outras nacionalidades.
E3	Sim, em ambas senti falta de um pediatra. Quando voltei fiz formação em SBV pediátrico.
E4	Não. Nunca senti que tivesse falta de preparação para desenvolver aquele tipo de ação porque no meu conjunto de treino e experiência possibilitou estar preparado para desenvolver um plano, que iria resultar no salvamento de pessoas. Não senti falta de nenhuma função, porque apoiámo-nos muito na minha experiência e do XO “Robalo Franco” que nos edificou uma organização com a equipa de FZ reforçada e com os sargentos como braço direito. A organização veio da experiência, porque imaginei antes de partir o que poderia fazer falta. Quando chegavam a bordo, eram revistados em termos de segurança, depois passavam na área da saúde e, por fim, isolamento e tratamento. Os treinos humanitários em Inglaterra e Timor, complementado com o que aprendi na pirataria permitiram converter. Tive uma boa “escola”, por isso agradeço a quem perdeu tempo a ensinar-me.
E5	Nada a referir.
E6	Não. Uma das mais valias dos militares é a capacidade de adaptação e análise da missão. O que nos caracteriza, e em mim em particular, é a capacidade de humanismo e adaptação, de um modo geral. Sempre tive uma forte componente humana e que acabam por estar sensíveis a pequenas ações, que contribuem em muito para o aliviar do sofrimento humano.
E7	Esta era uma missão de proteção civil em resposta a uma catástrofe. Claro que houve tarefas que eram da GNR, dos Bombeiros, da Proteção Civil, mas a incapacidade de resposta destas entidades, pela evolução crítica do incêndio, levou a que tivéssemos de reforçar esse apoio e a fazer tarefas que descongelasse a situação (...) que foram muito bem-sucedidas. Acredito que esta situação não se irá repetir, pois essas entidades estão mais capazes de responder a este tipo de catástrofes críticas. Contudo, temos uma força

	de escalão Companhia, atribuída à FRI, que está capaz de apoiar em situações de catástrofe, bem como em cenário multi-vítimas e retirar pessoas de locais de difícil acesso, etc.
E8	Nada a referir.
E9	Temos trabalhado com Estados-Maiores muito reduzidos e tenho desempenhado outras funções para além de conselheira jurídica, mas considero que faça parte do processo. O meu papel ali também é apoiar com os recursos que tenho. Sim, exerci funções que não me cabiam devido à minha formação de base e à experiência que já tenho.
E10	—
E11	Na Madeira, a preparação que tinha, inerente às minhas funções como oficial de marinha, foi suficiente, mas senti necessidade de formação específica em apoio em crise. Entretanto fui fazer essa formação. Para Moçambique o facto de ter a experiência que tinha de Marinha, fez a diferença.
E12	Não.
E13	Eu gostava de estar mais bem preparado para o exercício das minhas funções no âmbito da medicina humanitária porque é sempre inopinado quando aparece, por isso dificilmente teremos tempo para preparar (...); ou temos previamente ou não temos e estamos preparados. Gostava muito de ter tido mais apoio por parte dos socorristas. Quando nós resgatamos 500 pessoas e uma das principais queixas são fome e sede, preferi que os socorristas cozinhassem. Felizmente não apanhámos nenhum caso de saúde gravoso que necessitasse do empenho de todos os socorristas. Eventualmente, neste tipo de missões, deveria haver um reforço de socorristas.
E14	Não para ambas.
E15	Não.
E16	Não senti. Senti que tinha formação e experiência, apesar da prontidão.
E17	Não.
E18	Não.

Tabela 7 - Questão Específica 7

Q7	Quais foram as maiores dificuldades sentidas durante a missão X?
E1	Foram sobretudo nas deslocações navio-terra face às condições METOC no período da missão. Tivemos de reabastecer o navio completamente em termos de alimentação. Tivemos de racionar os alimentos, e dificuldade de abastecimento da própria guarnição.
E2	A coordenação no local, não no sentido negativo, mas o sucesso das ações está dependente da coordenação no local. Em Timor, quando as equipas foram para terra, as equipa médicas que foram para lá e algumas ONG não perceberam o que estávamos a fazer. É importante perceber e comunicar com os atores no local. A dificuldade de comunicação foi ultrapassada com as pessoas mais idosas, que falavam português.
E3	No Paquistão, a falta de experiência, médica há apenas 6 anos, tinha medo do que pudesse aparecer, medo de errar. Em Moçambique, tinha 20 anos de profissão médica e militar, o comportamento dos civis às vezes era difícil de compreender, bem como a falta de disciplina.
E4	As dificuldades estão relacionadas com a logística. Na missão para Itália, tínhamos a Ébola, e naqueles navios não tínhamos percurso de descontaminação (...) tivemos de criar esse percurso, com a nossa experiência. O número de fatos esgotaram e solicitámos fatos a um navio logístico italiano, quando entregamos os migrantes. As <i>check-list</i> perdem-se no tempo. Na primeira missão não levámos, para a segunda levámos.
E5	Nada a referir.
E6	O apoio à ONU era em termos de recursos e ao mesmo tempo manter o ambiente seguro. O chefe da ONU pedia apoio, mas as patrulhas eram mais importantes. A gestão de meios e resposta às prioridades ao mesmo tempo.
E7	Alguma falta de Comando e Controle pela orografia do terreno. Mas também ver o sofrimento da população que perdeu os entes queridos e os bens de uma vida.
E8	A barreira linguística e a complexidade multicultural na Colômbia, assim como a diferença de ambientes e funções a desempenhar quando em comparação com as típicas missões humanitárias realizadas pela Marinha. Outra dificuldade, assentou sobre o facto de me encontrar sozinha no terreno sem outro militar, ou elemento nacional durante 1 ano.
E9	O que têm de mais interessante também é o mais difícil, que é conseguirmos coordenar os interesses de todas as nações a nível multinacional. Comandar uma força com países da UE, isto é, trabalhar com uma força multinacional é sempre um desafio e, ao mesmo tempo, é o que torna a experiência única e interessante.

E10	—
E11	Na Madeira, coordenação no terreno entre instituições. Falta de coordenação de quem lidera o processo. Estar no posto de comando não me permitia ter a sensibilidade do terreno. Em Moçambique, a coordenação logística com Lisboa, a dificuldade das pessoas que estavam em Lisboa não conhecerem o terreno. O facto de estar sozinha no terreno, em termos de salvaguarda da informação, que estava só comigo.
E12	Foi uma missão sem precedentes.
E13	As dificuldades foram as de serem tantas pessoas num tão curto espaço de tempo. Tinha receio que algo escapasse quando as pessoas entraram a bordo. É muito difícil avaliar corretamente tantas pessoas num curto espaço de tempo. Ainda para mais por ter menos experiência daquela que tenho agora. Fiz o melhor que sabia e estou verdadeiramente tranquilo.
E14	A questão do aprontamento. Quando fomos para a missão, o aprontamento da minha Unidade não estava definido.
E15	Nada de relevante.
E16	A questão da língua.
E17	A complexidade dos diferentes ambientes jurídicos, olhar para o Direito do mar, Regras de empenhamento e ter em consideração quais os enquadramentos jurídicos europeus e os diferentes enquadramentos jurídicos que contribuem para a missão. Neste caso, ter em atenção aquilo que é o enquadramento jurídico espanhol também.
E18	A estrutura de comando e sustentação logística. Um navio sozinho só tem apoio para um dia. Começou a ficar difícil com o passar do tempo. Fazíamos comunicações com telemóveis (não havia estrutura montada).

Tabela 8 - Questão Específica 8

Q8	Sentiu que a sua participação foi imprescindível durante a missão? Sentiu-se útil?
E1	Senti-me muito útil. Eu e a minha guarnição. Só saímos da Ilha quando foi garantido o reabastecimento no Porto, via marítima. Os mergulhadores retiraram os contentores que obstaculizavam, foi feito um levantamento Hidrográfico e foram dados apoios em terra para garantir as condições mínimas.
E2	Senti-me útil, mas não imprescindível.
E3	Senti que fui útil. Imprescindível não, se não fosse eu era outra pessoa qualquer. Foi muito bom ter ido, se não tivesse ido a missão teria êxito na mesma.
E4	Senti-me muito útil. Espero que todos possam passar por esta experiência. Sinto-me um privilegiado. Valorizo que o meu pessoal, abaixo de mim, me valorize.
E5	As funções de Oficial de Logística da UNIFIL-MTF são muito importantes dada a exigência de coordenação logística entre todos os navios da força. Senti-me útil!
E6	A participação das FFAA durante estes 5 anos foi muito importante, imprescindível e animadora, perante o panorama de Timor. Ainda que de forma limitada, demos o nosso contributo para a missão não militar, na parte do alívio das populações, em relação aquilo a que estavam sujeitas. A parte militar foi também importante.
E7	Claro que fui útil. A Marinha foi muito útil nessa missão, como em todas as outras onde tem participação. A ação da Marinha foi diferenciadora.
E8	A missão da ONU na Colômbia caracteriza-se por ser uma missão especial política e, como tal, com tarefas muito particulares definidas no acordo de Paz, estabelecido em 2016. Fui integrada nas funções a desenvolver no teatro de operações e nesse sentido, senti-me sempre muito útil nos objetivos a cumprir pela missão, acima de tudo em ações de empoderamento de mulheres ex-combatentes e vítimas do conflito.
E9	Sim. Esta missão da UE foi a primeira operação naval da UE no âmbito da política comum da segurança e defesa. Foi a missão que mudou a minha vida como conselheira e mudou o Departamento Jurídico. Não só me senti útil, como se tem vindo a transpor essa utilidade para lá da missão, para os chefes perceberem a utilidade deste aconselhamento, na área de operações.
E10	—
E11	Senti-me útil, mas imprescindíveis fomos todos. Em qualquer pessoa, independentemente da formação, do treino e da experiência, o fator mais importante é a atitude humanitária, olhar para o outro como eu gostava que ele me olhasse, se tivesse nas mesmas circunstâncias.

E12	Senti-me altamente útil. Foi muito motivador em termos profissionais, principalmente porque contribui para o conforto e melhoria de vida de pessoas que deixaram tudo para trás. Se tivesse a possibilidade de participar em mais missões deste tipo, fá-lo-ia com toda a certeza.
E13	Útil, sem dúvida. Imprescindível não. Qualquer médico empenhado nas minhas funções faria igualmente o que fiz, tão bem ou melhor.
E14	Afirmativo.
E15	Imprescindível não, útil sim.
E16	Senti-me muito útil e reconhecida. Individualmente, para as pessoas, foi imprescindível.
E17	Sim, senti.
E18	Sim.

Tabela 9 - Questão Específica 9

Q9	Qual foi o impacto para a Marinha Portuguesa devido à realização da missão X? Quais foram as lições aprendidas, na sua perspetiva?
E1	O impacto foi extraordinariamente positivo e isso refletiu-se na comunicação social. Tranquilização das populações pela Força naval.
E2	O impacto para a Marinha será a nível interno. Identificaram-se lições a começar pelo equipamento que temos a bordo dos navios; temos de utilizar o que temos, mesmo que não seja o mais adequado. No caso do FRONTEX, quando se sabe antecipadamente para aquilo que vamos, levamos o equipamento adequado e é facilmente implementado. Existe um kit de apoio humanitário na esquadilha. Uma lição a aprender é o que é que esse kit deve conter e no que ele pode ser melhorado.
E3	A participação dos militares portugueses, no geral, acaba por projetar uma boa imagem das FFAA, da Marinha e dos militares. Nós portugueses temos capacidade de nos articularmos com os estrangeiros, somos uma nação empática. Trazer mais conhecimento e partilhar a experiência e o entusiasmo dessas missões. O impacto foi a falta que fiz cá, sobrecarreguei os chefes de departamento e a diretora, sendo eu subdiretora. Quanto mais se sobe na antiguidade, maior é o buraco deixado para trás.
E4	Impacto enorme. Em 1998, em Bissau, permitiu às FFAA criar planos robustos. A missão de 1998 foi muito espontânea (...) agora já há vários planos. Há é falta de planos para o salvamento, legislação escrita e pensada (...) principalmente para salvamentos em massa. Nós falhamos nas lições aprendidas e no desenvolvimento de planos e doutrina para o apoio humanitário. A valorização das FFAA e o “estarmos aqui para o bem”.
E5	Dado que estava a prestar serviço no COMNAV, esta Unidade ficou sem um oficial durante 4 meses.
E6	A participação da Marinha foi quase como um desígnio nacional de ajudar o país. O aliviar e transmitir conforto ao país que tinha sofrido a ameaça Indonésia e melícias. Um bebé timorense nasceu na nossa ambulância, com o nosso enfermeiro a efetuar o parto, portanto foi muito positivo e prestigante.
E7	Muito positivo pela capacidade de resposta, demonstrando que a Marinha é holística, está pronta, é significativa e é uma Marinha útil, que muito nos deve orgulhar, enquanto militares e cidadãos.
E8	—
E9	A Marinha teve duas fases; envio de meios navais até 2013 e a partir daí só enviamos recursos humanos a bordo de um navio estrangeiro. A lição aprendida é que mesmo

	sem nós projetarmos os nossos navios, conseguimos, de certa forma, fazer valer as nossas capacidades e, no fundo, apresentar um contributo muito válido com a projeção destes recursos, com um comandante e um Estado-Maior reduzido. É sempre possível contribuir mesmo que os recursos sejam escassos.
E10	—
E11	Na Madeira foi uma missão bem cumprida e bem-sucedida, na medida em que demos apoio efetivo à população. A instituição sai prestigiada, mas também no terreno, quer no resgate de corpos, quer no esvaziamento do centro comercial, quer dos mergulhadores que andaram nas condutas de água para resgatar corpos. Houve lições aprendidas, mas desconheço se foram assimiladas. Mas as lições principais prenderam-se com a necessidade de coordenação no terreno, de uma liderança efetiva, legítima e reconhecida, e de ter procedimentos prévios para este tipo de cenários, através de <i>check lists</i>, por exemplo. Cada vez que surge uma missão, ainda que haja necessidade de adaptar algumas circunstâncias, há uma matriz base que normalmente é sempre a mesma. Uma outra lição é a força positiva que somos, é uma confirmação de que a nossa estrutura e forma de organização adapta-se muito a este tipo de cenários. Não basta apenas fazer os relatórios de missão. As lições aprendidas podiam ser muito contributivas para tipificar doutrina. Em Moçambique, o impacto foi o prestígio para a Marinha, que foi muito noticiado nos canais de comunicação, a valorização internamente da minha experiência de mar e o reconhecimento da nossa forma de atuação. As lições aprendidas foram o dever de existir maior definição nos critérios de recrutamento, criação de uma equipa de apoio à distância que dê suporte à missão, existência de redundância da chefe de missão, capacidade de gerir pessoas em situações extremas.
E12	As lições aprendidas a retirar foi talvez o facto da necessidade de militares femininas neste âmbito. Foi necessária uma oficial do exército para poder comunicar com as mulheres refugiadas. Faz falta a obrigatoriedade e formalidade do relatório de missão.
E13	Chegámos a participar em várias missões da FRONTEX, após este resgate (...) tive muitos médicos a vir falar comigo, que iriam desempenhar as minhas funções e queriam estar preparados. Não temos nenhum centro de lições aprendidas. O relatório de missão é feito, é lido por alguém, mas não trabalhamos bem as lições aprendidas. Não há um centro de integração que emita uma IP ou uma diretriz que possa auxiliar os próximos. Eu fiz um relatório de missão e identifiquei essas lacunas, mas a Marinha não explora bem as lições aprendidas. Comprovámos o que era efetivamente necessário, não foi uma

	suposição, nós temos a certeza absoluta. Não pretendo que cumpram aquilo que eu disse, mas com todos os contributos poderiam fazer um género de ITSAUD com o aprontamento médico-sanitário para este tipo de missão, apenas com aquilo que podemos controlar.
E14	O impacto é sempre muito pessoal ao nível militar, mas também a nível político. Quando Cabo Verde precisou, nós fomos e isso tem impacto político.
E15	Todas as operações que vêm a sua participação e nos aproximam mais à população trazem um impacto altamente positivo e muda a perspetiva que as pessoas têm dos militares (...).
E16	O reconhecimento público. E sentem-se úteis, primazia. O impacto direto é muito importante e o sentido da missão. As pessoas diretamente sentem-se mais reconhecida. Lições aprendidas foram muitas. Adaptar de que outra forma pode realizar o impacto técnico. Ajudaram a melhorar os procedimentos.
E17	O facto de trabalhar em Estado-Maior internacional, porque nos traz diferentes perspetivas de procedimentos a aplicar e isso é muito enriquecedor, e ao nível da missão o próprio desenrolar daquilo que é o dia a dia. A área de operações estende-se desde o mar vermelho, canal de moçambique e isso é um desafio porque temos de estar em permanente contacto (...) também existem outras forças a operar na zona e tem de existir essa dinâmica de partilha e relacionamento (...) é muito importante.
E18	Lições aprendidas foram poucas, não senti que alguma coisa tivesse mudado.

Apêndice H - Análise Estatística

Contactos efetuados para entrevista

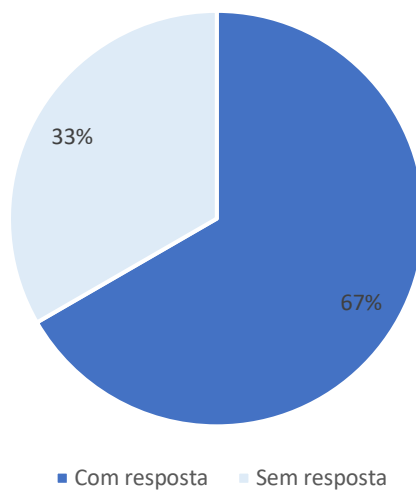


Figura 1 - Pessoas contactadas para entrevista

Sexo dos Entrevistados

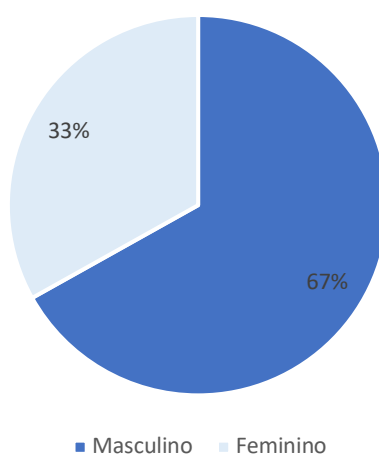


Figura 2 - Sexo das pessoas contactadas para entrevista

Missões realizadas pelos entrevistados

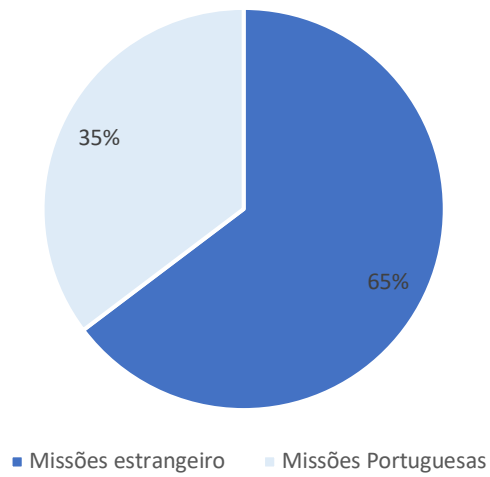


Figura 3 - Missões realizadas em TE e TN pelos entrevistados

